FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.710 | DOMINGO, 14 DE ABRIL DE 2024 | R$ 9,90

Irã faz ataque com drones a Israel; tensão regional sobe

Os drones lançados neste sábado (13) pelo Irã em direção a Israel chegaram a Jerusalém no início da madrugada, cerca de 20h em Brasília. O sistema de defesa aéreo israelense entrou em ação, e relatos locais falam sobre interceptações dos armamentos.

O presidente dos EUA, Joe Biden, reuniu conselheiros de segurança para discutir a crise. Mundo A12

Rubens Cavallari/Folhapress

RODOVIAS BANDEIRANTES E ANHANGUERA TERÃO 2 ANOS DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

Fábrica de asfalto em Campinas (SP); recapeamento das estradas operadas pela CCR Autoban deve começar em 1º de maio e custará R$ 1 bilhão Cotidiano B2

Meloni passa de ameaça à UE a aliada de Ursula Von der Leyen

Mundo A13

ilustrada ilustríssima

MÔNICA BERGAMO

Haja voz e coração

De contrato novo, Galvão Bueno se prepara para sua 10ª olimpíada C2

Eduardo Knapp/Folhapress

O apresentador vai atuar longe das cabines de transmissão em Paris 2024

Governo Lula não retomou 3,8 mil obras de educação

Projetos previstos em plano estão em 1.664 municípios; gestão cita burocracia

O governo Lula não reiniciou nenhuma das 3.783 obras de educação básica previstas em plano, anunciado há quase um ano, para a retomada dos trabalhos. Entre elas há futuras creches e escolas de ensino fundamental, além de reformas e ampliações.

As construções estão em 1.664 municípios, 80% deles nas regiões Norte e Nordeste. Metade dos esqueletos está em quatro estados —Pará, Bahia, Maranhão e Ceará, governado até 2022 pelo atual ministro da Educação, Camilo Santana.

Em abril do ano passado, Santana anunciou no Congresso um pacto pela retomada. Um mês depois, o governo permitiu a repactuação de obras contratadas com dinheiro federal, e prefeituras cadastraram milhares de projetos paralisados.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ligado ao MEC, é responsável pela transferência de recursos e pelos contratos. O órgão diz que o processo envolve várias etapas burocráticas e depende da agilidade dos municípios. Cotidiano B1

Beto Ricardo, um ativista discreto

Livro retrata o antropólogo do Instituto Socioambiental, histórico defensor dos indígenas do país. C4

Morre cineasta Eleanor Coppola, documentarista da obra da família C3

EDITORIAIS A2

Censura promovida por Moraes tem de acabar

Alexandre de Moraes, com decisões solitárias e secretas em inquéritos anômalos, reinstituiu a censura. Puna-se o que houver de crime, mas sem recorrer ao instrumento inconstitucional e autoritário da censura prévia.

Responsável por X no Brasil se demite ante crise com STF A6

Mulheres ganham menos em Caixa, Petrobras e BB

Relatórios de igualdade salarial mostram que mulheres têm salários menores na maioria das unidades das três principais estatais do país. Na Petrobras, a média salarial é maior para homens em 84% das unidades. No Banco do Brasil, em 75%, e na Caixa, em 69%. Mercado p.1

Subsídio faz pobre pagar energia renovável, diz CEO

Mauricio Bähr, CEO do grupo Engie no Brasil, afirma que o modelo de subsídios para energias renováveis no país se esgotou. Funciona como um "Robin Hood às avessas", transferindo renda de pobres para ricos. Ele vê com preocupação medida que prorroga benefícios. Mercado p.3

Esporte B7

Com áreas recriadas e linhas de metrô, Paris se transforma para os Jogos

Reinaldo José Lopes

O fim de Roma e a crise do Ocidente

Essa conversa sobre fatores do declínio romano e sua semelhança com o "Ocidente" atual esquece o Império Romano do Oriente, que enfrentou quase todas as mesmas mudanças do lado ocidental e sobreviveu "só" mais um milênio inteiro. Ciência B5

Mulher com câncer pode congelar óvulo no SUS, mas faltam orientações Saúde B6

STM tem ministro mais caro de cortes superiores

O Superior Tribunal Militar tem o maior custo mensal por ministro, com remunerações de até R$ 78 mil. A corte julgou 842 casos em 2023, ante 422.570 processos no Superior Tribunal de Justiça. Política A4

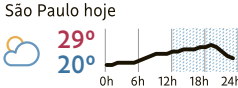
EDITORIAIS A2

Limites à polícia

A respeito de julgamentos meritórios do Supremo.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Censura promovida por Moraes tem de acabar

Impedir alguém de se expressar nas redes sociais viola a Constituição; puna-se o que de criminoso for dito, após o devido processo legal

A Constituição, no nobilíssimo artigo dos direitos fundamentais, dispõe ser "livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença".

Como se o comando fosse insuficiente, a Carta o reforça no capítulo em que trata da comunicação social, ao vedar qualquer tipo de restrição à manifestação do pensamento, à criação, à expressão e à informação. O ordenamento, em suma, impede o Estado de calar um cidadão sob qualquer pretexto.

A ampla liberdade, no Brasil como no cânone democrático, caminha ao lado da responsabilidade individual. Uma pessoa pode dizer o que quiser sem ser amordaçada, mas estará sujeita a sanções penais caso o seu discurso configure crime, ou pecuniárias se conspurcar a imagem de alguém.

Quaisquer intervenções repressivas do poder público, portanto, deveriam sobrevir somente após algo ser expresso, nunca antes.

Pois um ministro do Supremo Tribunal Federal, com decisões solitárias em inquéritos anômalos —conduzidos pelo magistrado e não pelo Ministério Público, o órgão competente—, reinstituiu a censura prévia no Brasil. Ordens secretas de Alexandre de Moraes proíbem cidadãos de se expressarem em redes sociais.

O secretismo dessas decisões impede a sociedade de escrutinar a leitura muito particular do texto constitucional que as embasa. Nem sequer aos advogados dos banidos é facultado acesso aos éditos do Grande Censor. As contas se apagam sem o exercício do contraditório nem razão conhecida.

Urgências eleitorais poderiam eventualmente justificar medidas extremas como essas. O pleito de 2022 transcorreu sob o tacão de um movimento subversivo incentivado pelo presidente da República. Alguns de seus acólitos nas redes não pensariam duas vezes antes de exercitar o golpismo.

Mas a eleição acabou faz mais de 17 meses e seu resultado foi, como de hábito no Brasil, rigorosamente respeitado. O rufião que perdeu nas urnas está fora do governo e, como os vândalos que atacaram as sedes dos três Poderes em 8 de janeiro de 2023, vai responder pela sua irresponsabilidade.

Escapa qual seja o motivo para sustentar os silenciamentos, que violam um direito fundamental. Alexandre de Moraes tem, no mínimo, o dever de publicar todas as decisões que o levaram a exercer esse poder extraordinário.

Melhor mesmo seria que suspendesse as proibições. É um direito inalienável dos imbecis do bolsonarismo propagar as suas asneiras. Expostas à luz do sol, elas tendem a desidratar-se. Silenciadas, apenas alimentam o vitimismo hipócrita dessa franja de lunáticos.

Puna-se o que houver de crime no que for dito, mas sem recorrer ao instrumento inconstitucional e autoritário da censura prévia.

Limites à polícia

STF impõe critérios civilizatórios para diminuir arbitrariedades em ações das forças de segurança

Em duas decisões proferidas na última quinta (11), o Supremo Tribunal Federal reafirmou o óbvio: no Estado democrático de Direito, há limites para a atuação policial.

A corte definiu que o poder público deve ser responsabilizado civilmente por morte ou ferimento de cidadãos em operações de segurança e quais critérios não justificam abordagens feitas por agentes.

A letalidade policial no Brasil é notória e vergonhosa. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 6.430 pessoas foram mortas por forças de segurança em 2022. São 18 mortes por dia.

Para se ter ideia da dimensão, no mesmo ano foram 1.176 óbitos nos EUA, sendo que lá há 130 milhões de habitantes a mais do que aqui.

Há também as vítimas das balas perdidas. Entre 2007 e agosto de 2023, foram 101 crianças mortas por disparos oriundos de operações policiais ou disputas entre facções criminosas no estado do Rio, segundo dados da ONG Rio da Paz.

Em relação a essas mortes, o STF determinou que perícias inconclusivas sobre a origem do disparo fatal —principal entrave para o ressarcimento da população afetada— não são mais um óbice para atestar a responsabilidade civil do Estado de indenizar as vítimas.

No outro julgamento, o Supremo proibiu abordagem policial motivada por critérios não objetivos, como raça, sexo ou aparência física.

O Código de Processo Penal exige a chamada fundada suspeita para que cidadãos sejam revistados. No entanto, como a lei não estipula com exatidão esse preceito, os policiais acabam decidindo o que seria um comportamento duvidoso, o que pode dar margem a preconceitos, notadamente o racial.

As decisões representam avanços. Contudo deve-se cuidar para que não sirvam apenas para a responsabilização do Estado, no caso de operações letais, ou anulação de processos, no caso da abordagem.

Tais medidas precisam ser internalizadas por agentes e autoridades para diminuir o número de vítimas da arbitrariedade e da brutalidade das forças de segurança.

Inimigos e vizinhos

Hélio Schwartsman

Segui o conselho de João Pereira Coutinho e devorei "Enemies and Neighbors" (inimigos e vizinhos), do jornalista britânico Ian Black. Não me arrependi. Black traça uma história razoavelmente detalhada do conflito que hoje opõe israelenses a palestinos. Começa com a declaração Balfour, de 1917, pela qual os britânicos prometeram um lar nacional para os judeus na Palestina (sem deixar de fazer promessa semelhante aos árabes) e vai até 2017, ano da publicação do livro.

O grande mérito de "Enemies..." é que ele consegue manter-se equidistante das versões mais inflamadas de ambas as partes, o que não é pouco num mundo em que cada vez mais a análise é substituída por palavras de ordem. A fórmula de Black para obter tal êxito é simples: não passar pano para nenhum dos lados e tentar ser tão justo quanto possível com ambos. É pena que o jornalismo, que até pouco tempo atrás adotava essa fórmula como mantra, esteja se afastando dela, no afã de emitir sinalizações morais sobre tudo.

Black mostra que, se os ultranacionalistas dos dois lados sempre tiveram posições inconciliáveis, o mesmo não pode ser dito das populações "normais", que em algumas ocasiões conviveram civilizadamente e acreditaram numa conciliação. O problema é que isso se perdeu. Um pouco porque os radicais triunfaram, as duas populações foram se isolando cada vez mais e, assim, deixando de ver o outro lado como digno de consideração.

Nas páginas finais, Black antecipa uma discussão que vem ganhando espaço. Se a fórmula de dois Estados hoje é dada como inviável por vários analistas, a solução de um Estado binacional parece ainda mais difícil. Além dos ressentimentos acumulados, abriram-se verdadeiros fossos psicológicos e sociais entre as duas populações, que não passariam a dividir um mesmo Estado como se nada tivesse acontecido.

A perspectiva, que já era sombria em 2017, não melhorou nos últimos seis meses.

helio@uol.com.br

De volta à 'suruba selecionada'

Bruno Boghossian

Quando o STF restringiu o foro especial, os políticos chiaram. Na época, o Congresso ameaçou estender a gentileza e também mandar para a primeira instância os processos contra ministros do tribunal. Na discussão, o então senador Romero Jucá resumiu a retaliação com uma pérola: "É todo mundo na suruba, não uma suruba selecionada".

Se os políticos encaram a obrigação de prestar contas à Justiça como uma farra, essa é uma cortesia das delícias do poder. Ainda que estejam expostas a excessos, essas autoridades trafegam com desenvoltura nos corredores dos tribunais. Mas o bagunçado vaivém do foro especial tornou a atividade mais custosa.

O STF achou que estava se livrando de um abacaxi, em 2018, quando limitou as circunstâncias em que julgaria processos contra políticos. O plano era desafogar os gabinetes dos ministros e jogar para a plateia a ideia de que as ações passariam a correr mais rápido nas instâncias inferiores, desfazendo o que era visto como privilégio e impunidade.

A manobra se mostrou uma barbeiragem. Sem previsão na lei, o tribunal decidiu que só julgaria crimes cometidos durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo. Deixou tantas lacunas que, em Brasília, era possível juntar numa mesa três políticos investigados em casos ligados à Lava Jato e encontrar cada um numa situação diferente.

A definição do tribunal em que uma autoridade é julgada passou a depender, muitas vezes, da habilidade de um advogado ou da disposição de um juiz. O casuísmo está próximo de ficar completo com a decisão do STF de rever a regra mais uma vez, retomando a prerrogativa de julgar políticos após o fim dos mandatos ou por crimes sem relação com o cargo.

O que se tem é mais uma briga por poder. O STF não quer perder o papel de vigilante do mundo político e largar processos contra figuras como Bolsonaro. O Congresso prepara uma reação e propõe levar processos de autoridades para o STJ, esvaziando o Supremo. Todos querem um foro à escolha do freguês.

Caretas e rebeldes

Ruy Castro

Outro dia, em Veneza, onde estive a trabalho, fiquei sabendo de um gondoleiro que, ao deslizar pelos canais cantando a plenos pulmões a eterna "O Sole Mio", foi desacatado pelo passageiro. Era um americano das antigas, red neck e com restos de macarrão nas barbas, revoltado com a, para ele, desfiguração da sacrossanta "It's Now or Never" —de Elvis Presley". E não se conformou quando lhe disseram que "It's Now or Never", de 1960, era apenas uma versão chinfrim em inglês de "O Sole Mio", de Edoardo de Capua e Giovanni Capurro, lançada por Enrico Caruso em... 1899!

Alguns radicais incultos reagem mal ao saber que grandes sucessos dos grupos que eles veem como "rebeldes" eram covers de canções lindamente caretas. Dois dos primeiros top five dos Beatles, em 1963, foram "Ain't She Sweet", sucesso de Gene Austin em 1927, e "Till There Was You", principal canção do musical da Broadway "The Music Man", de 1957. Sem falar em que, num compacto também de 1963, os Beatles gravaram até a já surradérrima "When the Saints Go Marching In", de 1896!

Nem os Rolling Stones se furtaram ao cover. Um de seus primeiros discos continha "Route 66", genial canção de Bobby Troup imortalizada em 1946 por Nat King Cole, ainda no tempo do King Cole Trio. Em 1968, Mama Cass, com o The Mamas & The Papas, estourou com "Dream a Little Dream of Me", de 1931, sucesso de Ella Fitzgerald e Louis Armstrong em 1950. E Janis Joplin explodiu em 1968 com "Summertime", de George Gershwin, da ópera-jazz "Porgy and Bess", de 1935.

Nenhuma dessas cópias supera os originais, claro. Mas há uma que quase empata: a de "East St. Louis Toodle-Oo", o tema instrumental que consagrou a orquestra de Duke Ellington em 1927, regravada magistralmente pelo grupo Steely Dan, em 1974, com os pedais wa-wa das guitarras recriando a surdina de Bubber Miley.

O bom nunca fica velho ou careta.

O tribunal das almas

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "Pensar Nagô" e "Fascismo da Cor". Escreve aos domingos

O STF tem exibido aparências "extrafederais". Sinal é a desconcertante visita do senador Moro, em meio a processo de cassação eleitoral, a um magistrado do Supremo. E precisamente a alguém que, aos olhos públicos, não parece apreciá-lo. Inexiste, claro, qualquer impedimento legal para o encontro. O que chama a atenção é o seu aparente caráter terapêutico no sentido americano do "counseling", que comporta aconselhamento e orientações de conduta. Extrafederalização, com certeza.

Ainda mais, o episódio evoca uma observância eclesiástica do remoto século 12 italiano, atinente ao Tribunal das Almas. Era o tempo dos papas reis, que misturavam poderes temporais com administração de sacramentos, como confissões de pecados. Cabia ao tribunal ponderar a gravidade dos atos e conceder ou negar absolvições.

Destoa do cânone litúrgico a publicidade do diálogo, o que não autoriza comparações rigorosas com contingências como a de um encontro entre um magistrado e um senador que já teve pretensões ao papel de Catão, o célebre questor romano, emblema de moralidade pública.

Mas uma analogia é justamente sugerida pela publicação de trechos da conversa: afiando a língua, o ministro deixou escapar que Moro e seu antigo parceiro da Lava Jato "roubavam galinhas juntos". Em seguida, destravado, fez reparos a deslizes processuais do ex-juiz e o aconselhou a estudar mais, fazendo bom proveito da biblioteca do Senado. Uma correção pungente, o Tribunal das Almas redivivo.

Bizarro em todo esse episódio é o sinal de uma plasticidade de imagem do STF que extravasa atribuições constitucionais. Imagem, bem sabem os analistas da cultura, é hoje a linguagem privilegiada do sujeito. Em sua dimensão eucarística e sacramental, ela substitui corpo e sangue de fiéis, criando realidades próprias com um fundo relacional de trânsito mais fácil que palavras. No confuso cenário político nacional, a imagem do Supremo oscila entre o de dispensador onipotente de punições ou absolvições e o de zelador da Constituição. Mas, pelo visto, indo além, com espírito moderador, também acolhe almas em apuros.

Em termos objetivos, o senador não foi pedir nada a outro Poder, e sim a uma imagem de potência. Queria tão só contato, proximidade com uma instância à qual já deve ter sonhado pertencer, mas acabou aprendendo que identidade é algo que se faz e refaz por atos de destino: a persona de Catão não lhe coube, a de senador oscila, a auto-imagem desmoronou.

Ainda assim escapou no tribunal eleitoral da ex-república-de-curitiba. É que no expansivo ecossistema religioso da política nacional, com cultos de devoção ao mal e o presidente da República apelando a milagres, pode ter efeito mágico uma genuflexão no Tribunal das Almas.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Cigarro eletrônico é ameaça à saúde pública

Desinformação é indutora do crescimento do uso

Como ex-ministros da Saúde, temos o dever de reiterar nosso posicionamento contrário à comercialização dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), conhecidos como "vapes" ou cigarros eletrônicos.

A proibição desse aparelho foi realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 2009 e ratificada em 2022. Por interesses da indústria do tabaco, no entanto, um novo projeto de lei foi apresentado no Senado Federal em 2023, fazendo necessário que saiamos, uma vez mais, em defesa da saúde pública.

Incontáveis estudos mostram que o cigarro eletrônico faz mal à saúde. As substâncias presentes nele estão relacionadas ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares, acidente vascular cerebral, câncer e inflamação dos pulmões. Além disso, o dispositivo traz risco de explosão da própria bateria, que pode causar lesões e morte. O cigarro eletrônico contém elevadas concentrações de nicotina e níveis significativos de metais como alumínio, associado ao enfisema pulmonar; cromo, relacionado ao câncer de pulmão; níquel, também ligado ao câncer de pulmão e do seio nasal; e cobre, causador de danos ao fígado, rins e pulmões.

A desinformação é importante indutora do crescimento do uso do vape. A propaganda da indústria de "redução de danos" é falsa e jamais se confirmou. Ao contrário: as evidências revelam que seus componentes químicos, além de prejudiciais à saúde, viciam e aumentam a dependência.

O Brasil tem sido modelo na luta contra o tabagismo em âmbito global. Em função de décadas de esforços, ocorreu clara redução no consumo de tabaco, que, entre adultos, foi de 34% em 1996 para 11% em 2023, com benefícios evidentes aos indivíduos e à sociedade em geral.

Esses avanços são, em parte, atribuídos a medidas regulatórias, tais como a proibição da propaganda de produtos de tabaco, por meio do decreto 5.658/2006, que promulgou a Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco; a lei 12.546/2011, que instituiu os ambientes livres de tabaco; e o decreto 8.262/2014, que aumentou espaços de advertências e imagens antifumo nas embalagens de produtos fumígenos e proibiu a venda a menores de 18 anos, entre outras medidas. A interdição dos cigarros eletrônicos mantém a coerência de uma política voltada para preservar a saúde tanto individual quanto coletiva.

Entretanto, esses avanços estão sob ameaça. Em pesquisas recentes do IBGE, já se observa que a experimentação de cigarro eletrônico entre escolares de 13 a 17 anos atingiu 16,8%, em 2019, e o uso regular de qualquer produto do tabaco, nesta faixa etária, aumentou de 9%, em 2015, para 12%, em 2019.

A liberação da venda de vapes ampliaria o acesso e a oportunidade de consumo entre os jovens e promoveria a falsa ilusão de que o produto é menos nocivo. O amplo comércio, aliado à limitada capacidade de fiscalização, proporcionaria aos menores mais chances de iniciar ou manter seu vício desde cedo, com todos os riscos associados à saúde que isso traria.

Diante das evidências científicas, da natureza dos riscos vinculados ao uso de cigarros eletrônicos e de seu elevado potencial para adição e vício, em especial na juventude, e visando prevenir um aumento do seu consumo, torna-se imperativo manter sua proibição no Brasil.

Conclamamos, assim, os senadores a afastarem essa ameaça e manterem a interdição dos DEFs no país. Todos temos o compromisso de nos engajarmos no esforço da sociedade brasileira em defesa da saúde pública e, especialmente, das nossas crianças e adolescentes.

Arthur Chioro, Humberto Costa, José Agenor Álvares da Silva, José Gomes Temporão, José Saraiva Felipe, José Serra, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich; ex-ministros da Saúde

Claudia Liz

Renda e educação: no meio do caminho tem uma perda

Para supri-la, políticas de distribuição de riqueza

Luiz Guilherme Piva
Economista, mestre (UFMG) e doutor (USP) em ciência política e autor de "Ladrilhadores e Semeadores" (Editora 34) e "A Miséria da Economia e da Política" (Manole)

Mesmo com as retinas fatigadas, é preciso sempre reler os dados de desigualdade de renda e riqueza no Brasil.

Sérgio Gobetti, da Fundação Getulio Vargas, analisa dados tributários de 2022 e demonstra que as 15.366 pessoas do grupo do 0,01% mais rico da população adulta ganham por mês, em média, mais de R$ 2,1 milhões; que as mais de 154 milhões que formam os 95% da enorme base da pirâmide ganham, em média, R$ 2.300 por mês; e que o 1% mais rico (1,5 milhão de adultos) fica com 25% de toda a renda nacional.

Segundo o IBGE, em 2022 quase 32% dos brasileiros ganhavam por dia menos de R$ 35 (pobreza) e 6%, menos de R$ 11 (extrema pobreza). Mesmos percentuais de 2015 e 2013, respectivamente. Samuel Pessôa e outros tentam explicar a pobreza e a desigualdade pela ótica da educação. Isto é, com mais estudo seria possível sair da pobreza e diminuir a desigualdade. Essa é uma ideia falsa, que elude os motivos reais da pobreza e da desigualdade e as trata como questão de oportunidade e meritocracia. É fácil verificar que, estudando muito, é até possível fugir da pobreza; mas que, para ser rico, não é necessário estudar muito. Basta olhar em volta.

Além do mais, maior escolaridade não altera a desigualdade e a concentração de renda e riqueza —a menos que se aceite que um diploma permite auferir patrimônio imóvel e financeiro tal qual o que tem sido acumulado e transmitido pelos ricos por meio de rígidos mecanismos estruturais e históricos. Marcelo Medeiros, da Universidade Columbia, mostra essa falácia (de que mais educação melhoraria a distribuição de renda) em artigo recente.

Mais do que falácia, trata-se de apofenia. Bombeiros não causam incêndios, estes é que atraem aqueles ao local. Pouca educação não concentra a renda: concentração de renda é que debilita a educação.

Vejamos. Os dados do IBGE são piores na população até 14 anos. Nesse universo, 49% vivem na pobreza e 10%, na extrema pobreza —como em 2013. Eis a perda: gerações sucessivas de crianças em condições indignas de vida. Pois bem, no mesmo ano de 2022 o resultado do Pisa, da OCDE, que avaliou 690 mil estudantes de 15 anos em 81 países, mostra o Brasil em 65º lugar no exame de matemática, área em que 70% de nossas crianças estão abaixo do nível considerado básico para participar plenamente da sociedade, com entendimento de conceitos cotidianos. Nas demais áreas nossas notas também foram muito baixas.

As médias dos dez países mais bem colocados foram 528, 506 e 527 em matemática, leitura e ciências, respectivamente. As notas do Brasil foram 379, 410 e 403. Ou seja, as diferenças entre as médias daqueles países e as notas do Brasil são de 149, 96 e 124 pontos. Já as notas do Brasil superam as médias dos dez países mais mal avaliados em apenas 30, 55 e 38 pontos. O desempenho do Brasil tem se mantido nesse patamar há dez anos.

Essas gerações de crianças não terão condições de estudar nem de aprender o suficiente para obterem cidadania digna. Elas têm que ter acesso, sim, pelo maior tempo possível, a toda a educação da mais alta qualidade. Mas, sem políticas estruturais de distribuição de renda e riqueza, isso não será factível. Seguiremos afundando no atraso educacional —e o Pisa será apenas a ponta do Titanic.

Porque tem uma perda no meio do caminho.

PAINEL DO LEITOR

Diplomacia latina

"Milei oferece colaboração a Musk no conflito com o STF no Brasil" (Política, 12/4). A Argentina está provocando faz tempo a diplomacia brasileira. Essa hostilidade merece reciprocidade por parte do Brasil. Algumas palavras sobre as ilhas Falklands ou uma aproximação com o Reino Unido daria excelentes recados pra diplomacia argentina conter o seu líder da extrema direita.

Vitor Cardoso (Rio de Janeiro, RJ)

Congresso Nacional

"Lula revela fraqueza na segurança pública com veto parcial a fim de saidinhas, dizem especialistas" (Cotidiano, 12/4). Lula vai no sentido oposto à segurança pública. Se o ato é correto, a sinalização e a mensagem públicas à sociedade não o são.

Antônio João (Brasília, DF)

*

Alguém consegue explicar por que não se chama ressocialização ao invés de "saidinha"? Com a concepção e tratamento equivocado fica difícil estabelecer normas e sua aceitação pública.

Alline Figueira (Rio de Janeiro, RJ)

Questões religiosas

"Após se formar com beca branca na UFSC, mulher conta que recebe ofensas nas redes sociais" (Equilíbrio, 12/4). Eu defendo a liberdade de cada um, mas há ritos que não devem ser misturados, como a colação de grau.

Paulo da Silva (Parnamirim, RN)

*

Minha esperança na melhoria de Santa Catarina foi renovada.

Audrey Constant Bruno (Niterói, RJ)

Acidente fatal

"Dono de Porsche paga fiança de R$ 500 mil e oferece 1 salário mínimo por mês para família de vítima" (Cotidiano, 12/4). Para se ter uma ideia do valor irrisório da indenização de um salário mínimo por mês, serão necessários 83 anos para atingir o valor atual do Porsche.

Fabio Anderaos de Araújo (São Paulo, SP)

*

Chega a ser ofensivo. O cara dirige em alta velocidade um Porsche de R$ 1,3 milhão, mata um pai de família que está ali ganhando honestamente o seu dinheiro e oferece uma esmola mensal para a família dele.

Marita Teixeira Soares (São Sebastião, SP)

Mobilidade paulistana

"Nova linha do Metrô deve cortar Jardins e moradores dizem estar apavorados" (Cotidiano, 12/4). Estão apavorados porque não querem ver os pobres circulando por lá, igual a "gente diferenciada" de Higienópolis que não queria a linha amarela passando por lá.

Marcelo de Souza (São Paulo, SP)

Eleições municipais

"Gestão Nunes tem proliferação de contratos sem licitação para obras de escolas com indícios de cartas marcadas" (Política, 12/4). Obras sem nenhum fundamento. A maioria das obras está sendo feitas em escolas que já foram reformadas na época da Covid, portanto, há pouco tempo.

Alexandre de Castro (São Paulo, SP)

Apresentadora e filantropa

"Oprah Winfrey, a gigante" (Djamila Ribeiro, 11/4). Linda alma! Oxalá as sementes que tem plantado deem muitos frutos férteis!

Angela Bueno (Florianópolis, SC)

ASSUNTO PARA VOCÊ, QUAIS RESPONSABILIDADES OS DONOS DE CACHORROS DEVEM TER NAS RUAS?

Andar com seus cães na guia, independentemente da raça. De preferência mantendo distância de pessoas e de outros animais.

Marcilio Pinho Braz (Santos, SP)

*

Usar focinheira, evitar lugares de maiores aglomerações, pois o animal fica mais nervoso. Expressamente proibido frequentar praias.

Dario Cesar Capucci (Uberaba, MG)

*

Pela parte do governo, proibir a reprodução de cães extremamente agressivos com pitbulls e outros.

Marco Antonio Saulle (Tupã, SP)

*

Guia, sempre! Guias curtas para raças agressivas. Recolhimento de fezes e diluição de urina no caso de superfícies pavimentadas.

Luciano Cardinali (São Paulo, SP)

*

Em dias de calor, os donos têm a obrigação de cuidar dos cães para que não queimem as patas, optando por espaços sombreados e oferecer água durante a caminhada.

Afra Maria Miceli (Curitiba, PR)

*

Todas as vacinas dos cachorros que passeiam em lugar público devem estar em dia! Nenhum cachorro deve andar solto, a não ser que seja num parque de cachorros!

Renata Argentino Milanez (Miami, FL)

*

Avisar as pessoas para não tocarem ou se aproximarem se o cão for antissocial. Evitar que brincadeiras ou comportamentos súbitos que possam assustar sejam realizadas. O cão age por instinto e, muitas vezes, ataca para se defender. Na dúvida, deve-se manter a distância de pessoas estranhas.

Ana Lucia Pereira da Silva (São Paulo, SP)

*

Manter na focinheira, com coleira e responder pelo comportamento deles.

Renato Paoliello Palet (Brasília, DF)

*

Devem ter atenção a tudo que está acontecendo a sua volta. Tutores devem conhecer seus cães, especialmente suas reações diante de outras pessoas e de outros animais. Devem ter liderança, domínio sobre eles na forma de postura e atitudes — sem uso de violência.

Erani de Camargo Stutz (Itu, SP)

*

Animais perigosos deveriam ser proibidos, pois, apesar de ser possível criá-los de maneira a ficarem dóceis, não há como garantir e isso põe em risco a vida do outro. Assim como armas são proibidas, especialmente em centros urbanos, cachorros agressivos também deveriam ser.

Rogério dos Santos Fernandes (São Paulo, SP)

*

Garantir a segurança de todos, humanos e animais, responder penalmente pelos atos do animal, como tentativa de homicídio.

André Bohlsen (São Paulo, SP)

*

Treinar o animal para não latir demasiadamente ou depois das 22h.

José Ilton Chiaradia Fernandes Junior (Bom Jesus do Norte, ES)

*

São seres especiais para nossa vida, nos tiram de situações adversas como depressão, nos fazem companhia e cabe a nós retribuir com os cuidados necessários. Animais não são responsáveis pela irresponsabilidade de seus tutores.

Marcia dos Santos Alarcon (Botucatu, SP)

*

Os tutores devem ter capacidade física de controlar os impulsos de movimentação dos seus cães. Devem estar atentos não somente ao comportamento dos animais no ambiente doméstico, mas, também, às características naturais de temperamento das raças que criam, especialmente a previsibilidade de reações e a agressividade.

João Fernando Cravos (Brasília, DF)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Freio de mão

Pressionado por denúncias em contratos sem licitação, o prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), determinou a seus secretários o fim do uso deste expediente. A partir de agora, as contratações do tipo só serão feitas quando houver pedidos do Ministério Público ou da Justiça. As obras sem licitação, em geral classificadas como "emergenciais", se tornaram um dos principais flancos da gestão e vêm sendo exploradas por seus adversários na corrida eleitoral, Guilherme Boulos (PSOL) e Tabata Amaral (PSB).

EXPLOSÃO A gestão Nunes vinha dizendo que as contratações sem licitação eram feitas mediante atestados técnicos de engenheiros da prefeitura e da Defesa Civil. O Tribunal de Contas do Município concluiu, contudo, que a prefeitura tem "fabricado" emergências para gastar o dinheiro com contratações diretas. O valor desta rubrica aumentou de R$ 20 milhões em 2017 para R$ 2,1 bilhões em 2022.

BOLÃO A vereadora Rute Costa (PL), líder da frente parlamentar cristã na Câmara de SP, entrou na lista de cotados para vice de Nunes. Ela é filha do pastor José Wellington Bezerra, que está à frente do Ministério Belém, o maior braço da Assembleia de Deus. Costa deixou o PSDB em março para se filiar à legenda de Jair Bolsonaro.

NO PÁREO Outros nomes cotados são a vereadora Sonaira Fernandes (PL), a delegada Raquel Gallinati (PL) e o secretário Aldo Rebelo (MDB).

CAPITANIA A Justiça do Trabalho suspendeu a posse de Tirso Meirelles como presidente da Faesp (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SP). O evento, inicialmente marcado para domingo (14) no Theatro Municipal, foi adiado. A liminar foi pedida por opositores, que contestam o fato de a candidatura não ter sido aceita por questões formais. Tirso é filho de Fábio Meirelles, 95, que deixou o comando da entidade em 2023, após 48 anos à frente da instituição.

CANA O Tribunal de Justiça do Paraná negou pedido de habeas corpus do ex-policial penal bolsonarista Jorge Guaranho, que matou o petista Marcelo Arruda durante uma festa de aniversário em 2022 em Foz do Iguaçu (PR). O júri de Guaranho estava previsto para 4 de abril e foi remarcado para maio.

O SHOW... O Ministério da Cultura vai procurar os governos de SP, Minas Gerais e DF para tentar convencê-los a aceitar recursos para construção de equipamentos culturais. As três unidades têm governadores alinhados à direita e recusaram a verba federal para os chamados CEUs da Cultura, centros culturais em áreas periféricas.

...NÃO PODE PARAR Segundo a pasta, muitos municípios desses estados demonstraram interesse em participar do processo seletivo para receber os recursos, mas não conseguem porque o aval dos governos é necessário. "O programa é um grande avanço para a política de acesso a bens e serviços culturais do MinC", diz a subsecretária de Espaços e Equipamentos Culturais, Cecília Gomes de Sá.

EM CAMPO A recém-criada CPI das Apostas no Senado quer que o presidente do Botafogo, John Textor, seja o primeiro depoente, em duas semanas. O presidente, Jorge Kajuru (PSB-GO), diz que um contato já foi feito e que o convite, aceito. A ideia seria ele revelar no depoimento as supostas provas que tem de manipulação de resultados no Brasileiro.

NÃO PODE Parecer do Conselho Federal de Medicina afirma que o Atestmed, sistema de envio de atestados médicos pela internet para concessão de auxílio-doença sem perícia presencial, desrespeita leis e pode provocar prejuízo" ao erário e à sociedade. A plataforma é uma das apostas do Ministério da Previdência Social para reduzir a fila do INSS.

FORA DOS TRILHOS O grupo de trabalho criado pelo governo federal para discutir a Ferrogrão, que levará soja de Mato Grosso para o Pará, foi prorrogado por 180 dias. Nos bastidores, as discussões sobre o traçado, que atravessa áreas ambientais, estão emperradas.

Três Poderes

VENCEDOR DA SEMANA
O senador **Sergio Moro**, vitorioso no julgamento de cassação do mandato no Paraná. A disputa agora segue para o TSE.

PERDEDOR DA SEMANA
O presidente da Câmara, **Arthur Lira**, que saiu chamuscado na decisão que manteve a prisão de Chiquinho Brazão e ainda passou recibo com chilique contra o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

FIQUE DE OLHO
Governo deve mandar regulamentação da **reforma tributária** para a Câmara em meio ao clima de guerra entre Lira e Padilha.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

STM tem maior custo por ministro e menor volume de ações entre tribunais

Órgão máximo da Justiça Militar julga menos de 1.000 processos por ano, e resultados levantam discussão sobre sua extinção

Cézar Feitoza e José Marques

BRASÍLIA O STM (Superior Tribunal Militar), órgão máximo da Justiça Militar, julga menos de 1.000 processos por ano e tem o maior custo mensal por ministro, com salários e benefícios que beiram R$ 78 mil.

Os resultados da corte são apresentados por críticos à Justiça Militar como argumento para defender a extinção do tribunal —discussão que se arrasta por mais de duas décadas e foi retomada após os ataques às sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro de 2023.

Do outro lado, integrantes e apoiadores do STM sempre reforçam o discurso de que só um órgão especializado tem a capacidade de analisar na Justiça casos relacionados aos valores da caserna e das instituições militares com a celeridade necessária para evitar danos às Forças Armadas.

Também pleiteiam maior influência no CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que não tem em seus quadros um integrante da Justiça Militar.

O tribunal finalizou 842 processos em 2023. As outras cortes superiores, em comparação, tiveram produtividade maior, como o Superior Tribunal de Justiça (412.570 processos baixados), Tribunal Superior do Trabalho (353.877) e o Tribunal Superior Eleitoral (11.843).

Os dados coletados pelo CNJ e divulgados no último boletim "Justiça em Números" dão a dimensão de cada uma das cortes superiores. Enquanto no STM cada ministro julgou, em média, 51 processos em 2023, cada magistrado do STJ analisou mais de 12 mil casos no mesmo ano.

As diferenças seguem grandes quando analisada a quantidade de processos concluídos nos tribunais e o número de servidores da área judicial. A proporção no STM é de 3 processos por servidor, número menor que o verificado no STJ (231), TST (229) e TSE (27).

O STM é ainda a corte superior que mais gasta com salário e benefícios por ministro. O gasto mensal com cada um dos 15 juízes do tribunal militar é de R$ 77.964.

O valor é menor no TST (27 ministros, R$ 77.434), no STJ (33 ministros, R$ 55.424) e no TSE (14 ministros, R$ 17.116).

"É uma instituição muito pesada em termos de organização e funcionamento. E é uma sinecura, porque o tribunal acaba julgando, em boa parte dos casos, uso de entorpecentes em ambiente militar —basicamente maconha", destaca Maria Celina D'Araujo, pesquisadora visitante da PUC-Rio, que se dedica ao estudo da área militar.

"A Justiça Militar tem uma estrutura muito grande para julgar poucos casos. Para se fazer justiça militar não precisa de um tribunal permanente, especializado, ainda mais em tempos de paz. Os casos no Brasil podem ser perfeitamente julgados em varas da Justiça comum", completa.

No último ano, os três crimes mais julgados pelo Superior Tribunal Militar foram estelionato (134 casos), posse ou uso de entorpecente (112) e deserção (92).

A maioria dos processos que chegaram ao STM (447) foram recursos de instâncias inferiores. Em dezembro, por exemplo, o colegiado decidiu manter a condenação de 21 militares e civis envolvidos em esquema de fraudes em licitações de alimentos em Manaus.

O criminalista Fernando Augusto Fernandes, criador de site sobre julgamentos políticos no STM durante a ditadura militar, defende que a Justiça Militar seja extinta em tempos de paz, por ser "uma estrutura sem sentido na democracia".

"Matérias militares podem ser resolvidas internamente e, se judicializadas, a prestação jurisdicional pode ser da Justiça comum, mesmo que tenham varas especializadas."

Em outros casos, os ministros do Superior Tribunal Militar são criticados por atuarem com corporativismo ao reduzir penas de oficiais ou militares envolvidos em mortes de civis.

É o cenário que envolve o julgamento do caso Evaldo Rosa, músico assassinado por militares do Exército durante ação que envolveu o disparo de 257 tiros em 2019.

Na primeira parte do julgamento, o ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira apresentou relatório favorável à redução de até 28 anos da pena dos oito militares envolvidos na morte do músico e também do catador Luciano Macedo.

Ele foi acompanhado pelo ministro-revisor José Coêlho Ferreira, e o julgamento foi interrompido pelo pedido de vista (mais tempo para análise) da ministra Maria Elizabeth. Não há previsão de retorno do julgamento.

O STM é formado por 15 ministros, sendo dez militares e cinco civis. Os cargos são ocupados a partir de indicação do presidente da República e aprovação do Senado.

A ministra Maria Elizabeth, única mulher no plenário do STM, afirma que o tribunal julga poucos processos em comparação com as demais cortes superior porque só analisa casos criminais. Além disso, há regulamentos dentro das Forças Armadas que já estipulam punições para militares, o que reduz o volume.

Ela entende que não há corporativismo na Justiça Militar. "É uma Justiça que pune bastante, não admite acordos de não persecução penal, não tem nenhuma das benesses concedidas aos réus na Justiça comum", disse a ministra à **Folha**.

Elizabeth afirma que o STM se debruça sobre muitos casos de uso de drogas por militares e que, em regra, a Justiça Militar "é muito dura" nesses processos. Quando trata sobre crimes cometidos por militares contra civis, como assassinatos durante operações militares, a situação já é diferente.

"Entendo as críticas [ao STM] e acho, inclusive, que os crimes dolosos contra a vida deveriam ser julgados por um tribunal do júri —mas nós nunca instituímos um júri sequer", completa.

A ministra diz que a Justiça Militar "foi criada pela Constituição e respeita todo o devido processo legal". "A sociedade civil ainda é muito marcada pela ditadura de 1964. Enquanto as feridas estiverem abertas, a Justiça Militar vai ter de suportar esse ônus, que é uma grande injustiça", diz a ministra.

Ex-presidentes do STM também já se manifestaram, em debates anteriores, contra propostas de extinção. O general Edson Alves Mey disse, em 1999, que o baixo número de processos julgados no tribunal pode ser resultado da eficiência da própria corte.

Em 2013, o então presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa defendeu abertamente a extinção da Justiça Militar. Em resposta, o então presidente do STM, general Raymundo Nonato de Cerqueira, disse que a prerrogativa é do Congresso e que, nem em 1988, "em um clima de revanchismo, isso foi discutido".

> **Para se fazer justiça militar não precisa de um tribunal permanente, especializado, ainda mais em tempos de paz**
>
> **Maria Celina D'Araujo**
> pesquisadora da PUC-Rio

A produtividade no STM (Superior Tribunal Militar)

Quantidade de processos baixados/magistrado

Quantidade de processos baixados/servidor

Custo médio mensal dos tribunais por magistrado, incluindo benefícios
Em R$

Tempo médio dos processos baixados

Tribunal	Tempo médio
TST (Tribunal Superior do Trabalho)	1 ano e 3 meses
STM (Superior Tribunal Militar)	**11 meses**
TSE (Tribunal Superior Eleitoral)	9 meses
STJ (Superior Tribunal de Justiça)	8 meses

Processos do STM

Processos em 2023
Distribuídos
Finalizados

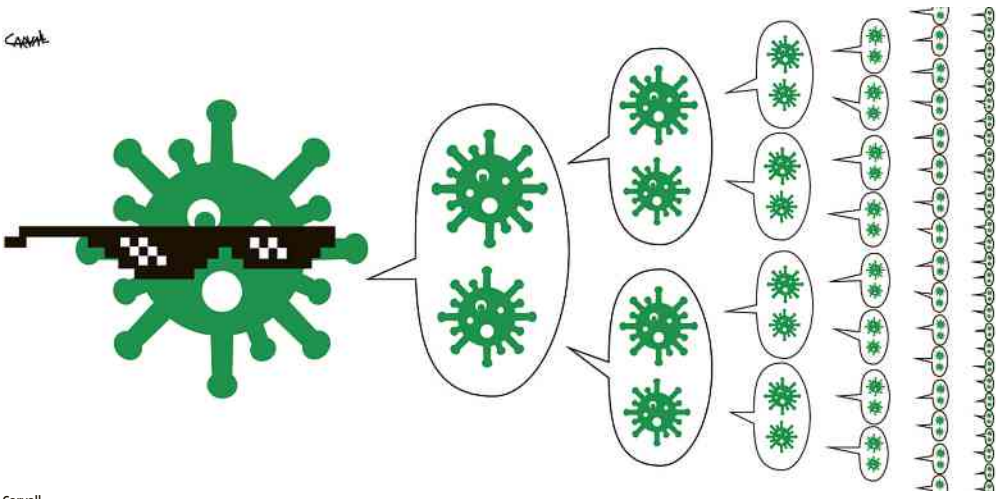
Fontes: CNJ (Conselho Nacional de Justiça), STM (Superior Tribunal Militar), STJ (Superior Tribunal de Justiça), TST (Tribunal Superior do Trabalho) e TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

INÊS249

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

O mundo é dos broncos

País entra e sai da pancadaria mundial, só para continuar no mesmo lugar

José Henrique Mariante

Morreu O.J. Simpson, o jogador de futebol americano que se transformou em estrela de muitos comerciais de TV e do cinema bobo que divertia os anos 1980. Nos 90, ele matou a ex-mulher e o rapaz que a acompanhava com requintes de crueldade. Ou não matou, pois assim decidiu um júri no chamado "julgamento do século", em que o nome Kardashian, de um dos advogados, pela primeira vez ganhou proeminência, e até o magistrado ficou pop, com direito a fã clube.

Parece apenas curiosidade em uma semana que teve de Elon Musk provocando Alexandre de Moraes, o Judiciário e o governo Lula, sopro na brasa golpista e desesperada por anistia do bolsonarismo, a Arthur Lira enterrando o PL das Fake News e acusando rival de plantar notícia nos jornais, após fracasso em votação corporativa no Congresso.

Como, porém, avaliar novas versões da série antes de rememorar o impacto do primeiro episódio, um dos momentos mais marcantes da história da mídia americana, em tempos em que ela pesava muito mais em âmbito mundial.

Em 17 de junho de 1994, diante de uma montanha de evidências e um longo acumulado de violência doméstica, foi decretada a prisão de Simpson, que não se entregou. Empreendeu fuga a bordo de um Ford Bronco, conduzido por um amigo. No banco de trás, com uma arma apontada para a própria cabeça, ameaçava se matar se alguém chegasse perto. Por mais de uma hora e cem quilômetros de highways californianas, acompanhado por uma passiva procissão de carros de polícia, Simpson reuniu 92 milhões de pessoas diante das então dominantes telas da TV, em uma transmissão ao vivo tão bizarra como histórica, que atravessou o cotidiano do país como uma avalanche.

Simpson, em um tempo em que ainda não existia redes sociais, viralizou sua própria desgraça. Era evidente que não havia saída sensata que não se entregar à polícia, mas, ainda assim, ele fez o país e, nas horas, dias e anos seguintes, o resto do planeta prestar atenção em seu drama e até mesmo em sua desfaçatez. As vendas do Ford Bronco aumentaram.

O resto da história é conhecido e mudou a receita de como lidar com a imprensa. Se antes era preciso fazer força para convencer mídia e opinião pública a se inclinarem por uma versão, agora isso parecia apenas um detalhe diante da força de seu protagonista.

O personalismo ganhou força com as redes sociais. Ali alguém simplesmente é alguma coisa, não importa muito o que fez, faz ou deixa de fazer. Nada mais natural que próceres da intolerância brilhem nessa terra de ninguém ou que os algoritmos só trabalhem para os fortalecer. Três décadas depois do piloto da série, há milhões de Simpsons se degradando na internet por poder. A maioria, por migalhas.

Rosebud

Aquela imprensa ostensiva não existe mais, seria tentador concluir. Em alcance de audiência e peso econômico faz sentido. O que não bate com essa história é o aparente fetiche de endinheirados com o jornalismo. Após mais de uma década, bilionários de vários matizes continuam brincando de ter ideias geniais e, em proporção parecida, prejuízos na mídia americana. No Reino Unido, o governo discute se é razoável um jornal ícone do país, o Telegraph, ser adquirido por fundos do Oriente Médio. Na França, Bernard Arnault, magnata do conglomerado de luxo LVMH, já vai atrás de seu terceiro veículo, a Paris-Match, que nos dias atuais soa quase como uma excentricidade.

Musk, adversário frequente do francês nos rankings de riqueza pessoal, é apenas mais um a se envolver com o setor, com a diferença que partiu de vez para a nova mídia, em sua versão mais jornalística, o Twitter —qualidade que o X extinguiu. O fogueteiro repete também o objetivo de atropelar a política, como ocorre escancaradamente na Hungria, mas também, ainda que como exceção, na França e em outros lugares. A crise no setor facilita as aquisições, mas pouco se discute ou se legisla sobre o assunto. Controlar a propagação de notícia falsa e o risco de censura são aspectos do problema, há mais em jogo.

Preocupa, mas não surpreende, o presidente da Câmara retirar a discussão da pauta.

Vazado

*Sites amanheceram com títulos sobre a tibieza de Lira na votação que manteve preso o deputado Chiquinho Brazão, um dos acusados de mandar matar Marielle Franco e Anderson Gomes. Horas depois, na mesma quinta-feira (11), o presidente da Câmara acusou o ministro Alexandre Padilha de vazar a avaliação "aos grandes jornais". A **Folha** perdeu a chance de explicar em seu relato se a queixa procedia.*

Como na novela Petrobras, enquanto Lula 3 patina, a imprensa parece trocar apuração por recados, servindo de veículo para intrigas fabricadas e fofocas. E o país continua como antes, sem sair do lugar.

Responsável pelo X no Brasil sai do cargo em meio a embate

Advogado foi citado em decisão do STF como procurador do ex-Twitter no país

Angela Pinho

SÃO PAULO O advogado e cientista político Diego de Lima Gualda, 40, renunciou ao posto de administrador do braço brasileiro do X (ex-Twitter) em meio às ameaças de Elon Musk, dono da plataforma, de descumprir ordens judiciais no país.

A ficha cadastral da firma na Junta Comercial paulista registra, na quarta-feira (10), carta de renúncia de Gualda datada de dois dias antes, em que ele deixa as funções de administrador e representante da empresa.

Não consta do documento, até a noite desta sexta (12), o nome de um novo responsável.

Na última terça-feira (9), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes havia negado pedido do X no Brasil para que a responsabilidade por eventual desobediência a decisão judicial fosse atribuída ao X internacional.

Os advogados do braço brasileiro da empresa argumentaram que o escritório no país não teria "capacidade alguma para interferir na administração e operação da plataforma, tampouco autoridade para a tomada de decisões relativas ao cumprimento de ordens judiciais nesse sentido".

Moraes negou a postulação, dizendo que ela beirava a litigância de má-fé.

Ele lembrou que a plataforma se submeteu a determinações judiciais brasileira por anos, além de participar de reuniões tanto no STF como no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) a respeito da instrumentalização criminosa das redes sociais nas eleições.

Em outro trecho da decisão, ele diz que "as consequências de eventual obstrução da Justiça, ou de desobediência à ordem judicial, serão suportadas pelos administradores".

Conclui dizendo não haver dúvidas da integral responsabilidade jurídica civil e administrativa da empresa, "bem como de seus representantes legais, inclusive no tocante a eventual responsabilidade penal". Na decisão, Gualda foi citado em dois trechos, como procurador das duas empresas que compõem a sociedade limitada Twitter Brasil (hoje X Brasil).

Ele havia assumido o posto em 17 de agosto passado, segundo o documento da Junta Comercial, quando Fiamma Zarife deixou a empresa. Ex-líder do Twitter no Brasil e na América Latina, ela havia saído meses antes para virar diretora-geral do AirBnb para a América do Sul.

Diego de Lima Gualda, ex-representante jurídico do X (ex-Twitter) no Brasil Reprodução/FGV no YouTube

> As consequências de eventual obstrução da Justiça, ou de desobediência à ordem judicial, serão suportadas pelos administradores
>
> **Alexandre de Moraes**
> ministro do STF, em decisão expedida na última semana

Na noite desta sexta-feira, em seu perfil no Linkedin, Gualda colocava que ficou no X até abril de 2024.

Ele chegou à rede social em 2021, após passar dois anos no escritório Machado Meyer, quase um ano e meio como chefe do departamento legal da 99, cinco no Yahoo e 6 no Yahoo! Brasil.

Pessoas que trabalharam com ele afirmaram à reportagem que ele tem perfil discreto e exaltaram a sua formação.

O advogado tem graduações em ciências sociais na USP e em direito no Mackenzie e fez mestrado em ciência política pela USP.

Seu nome apareceu nos últimos dias no chamado "Twitter Files [arquivos do Twitter] - Brazil", nome dado pelo jornalista e ativista Michael Shellenberger a postagens no X com uma série de críticas a Moraes.

Ele insere nas publicações o que seriam emails de funcionários da plataforma relatando demandas de autoridades brasileiras antes de Musk assumir a empresa. Em um deles, um representante do Twitter cita determinação às redes para que os algoritmos deixem de recomendar conteúdos que desacreditem o sistema eleitoral e que forneçam dados sobre eles.

Em uma das mensagens, de agosto de 2021, Gualda diz, em inglês, que "há um forte componente político com essa investigação e a corte [TSE] está tentando colocar pressão" para obediência às decisões.

A reportagem o procurou por email e mensagem de WhatsApp, mas não obteve retorno.

Foi após a divulgação do "Twitter Files" que Musk passou a atacar Moraes e ameaçou reabrir perfis bloqueados por ordem judicial.

Em reação, o ministro o incluiu no inquérito das milícias digitais e decidiu que o X deveria se abster de qualquer reativação de perfil com bloqueio judicial, sob pena de multa diária de R$ 100 mil por perfil e responsabilidade por desobediência dos responsáveis legais pela empresa no Brasil.

A possibilidade de funcionários do Brasil serem punidos havia sido aventada por Musk, na segunda (8). "Precisamos levar nossos funcionários para um lugar seguro ou então não em uma posição de responsabilidade" antes de fazer uma extração de dados, publicou. "Eles foram informados que serão presos."

A punição de um administrador de uma big tech no Brasil não seria novidade.

Em 2012, o então diretor-geral do Google Brasil, Fabio Coelho, foi detido em São Paulo pela Polícia Federal, sob suspeita de crime de desobediência pelo fato de o YouTube não ter excluído dois vídeos com ataques a um então candidato a prefeito de Campo Grande.

Na ocasião, o executivo foi autuado e liberado no mesmo dia, por se tratar de crime de menor potencial ofensivo.

Segundo Mauricio Dieter, professor de direito penal da USP, em tese o administrador do braço brasileiro de uma plataforma pode responder, em caso de descumprimento de ordem judicial, pelos crimes de desobediência (pena de detenção de 15 dias a 6 meses) ou de desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito (de 3 meses a 2 anos).

Além disso, estaria sujeito a multas e a medidas cautelares, caso haja o entendimento de que esteja impedindo a investigação, o que incluiria em tese até uma prisão temporária.

O advogado Fabio Veras, por sua vez, diz que seria mais fácil conseguir a responsabilização de um administrador brasileiro do que a de Musk. Mas isso não impediria a matriz internacional do X de eventualmente reativar as contas suspensas sob ordem judicial.

Bruno Santos - 11.abr.24/Folhapress

Zeca Ribeiro - 1.dez.21/Divulgação Câmara

Lukasz Glowala - 22.jan.24/Reuters

1 O ministro Alexandre de Moraes, do STF, que ordenou a prisão em flagrante do 2 deputado Chiquinho Brazão por suspeita de obstrução de Justiça, mantida pela Câmara dos Deputados, e também incluiu o 3 dono do X, Elon Musk, em inquérito que apura milícias digitais depois de ter sido chamado de ditador por ele

Politização de casos Brazão e Musk ofusca discussão jurídica sobre STF

Episódios conduzidos na corte envolvem interpretações complexas que ficam em segundo plano

Renata Galf

SÃO PAULO Episódios recentes envolvendo o STF (Supremo Tribunal Federal), como a prisão preventiva do deputado federal Chiquinho Brazão e a inclusão do dono do X, Elon Musk, no inquérito das milícias digitais suscitam questionamentos jurídicos, que têm, entretanto, ficado em segundo plano, ofuscados pelo embate político levantado por grupos à direita e à esquerda.

Brazão foi preso em março por ordem do ministro do STF Alexandre de Moraes sob suspeita de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ). Na última quarta-feira (10), por 277 a 129 votos, a Câmara aprovou a manutenção da prisão.

No debate político, de um lado a direita disse temer a criação de um precedente que pudesse ser usado no futuro e queria, com eventual soltura do parlamentar, mandar um recado ao Supremo. De outro, parlamentares da esquerda defenderam que Brazão seguisse preso, clamando por justiça e contra a impunidade.

A decisão do ministro Alexandre de Moraes tem paralelos com a prisão do senador Delcídio do Amaral (então no PT-MS), ordenada em 2015 pelo então ministro do Supremo Teori Zavascki no contexto da —àquela altura ainda aclamada— Operação Lava Jato. Apesar das diferenças entre os dois casos, ambas as detenções levantam o debate sobre como o STF interpreta a Constituição, que diz que os membros do Congresso "não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável".

Também quanto à inclusão de Elon Musk como investigado no inquérito no STF, a discussão ficou restrita à polarização política. Assim como em outros casos em que tomou decisões controversas, neste episódio o ministro Moraes não foi alvo de críticas da esquerda.

Na direita, por outro lado, o empresário que disse que descumpriria decisões judiciais brasileiras foi aclamado e tratado como herói. Em postagens no X, Musk também chegou a questionar Moraes quanto ao porquê de "tanta censura no Brasil" e defendeu o impeachment do ministro.

Em paralelo, ministros do STF voltaram a se manifestar fora dos autos, inclusive para posicionamentos sobre regulamentação das redes sociais.

Ficaram sem serem debatidas a instauração de mais um inquérito de ofício e sua distribuição sem sorteio para a relatoria de Moraes.

Juliana Cesario Alvim, professora de direito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e da Central European University, avalia de modo geral que, ao passo que a corte construiu uma espécie de jurisprudência de emergência para lidar com ameaças à democracia, é preciso estabelecer limites.

"É importante que isso seja demarcado. O que é o excepcional? E o que é o excepcional que corre risco de virar cotidiano?", questiona.

O professor de direito da USP (Universidade de São Paulo) Rafael Mafei vê uma instrumentalização da pauta da liberdade de expressão por parte de Musk e ressalta que o empresário não pode descumprir decisões tampouco ameaçar pessoas.

Ele não vê, no entanto, que nos posts de Musk já haveria elementos justificando relevância criminal.

Já no caso da prisão do deputado, Mafei entende que, ainda que seja possível debater a argumentação jurídica do caso, a análise da Câmara quanto a prisão é o aspecto mais importante a ser respeitado e que ele carrega uma dimensão política.

Parte dos deputados defendia a soltura de Brazão, sob o argumento de que Moraes tem violado prerrogativas de parlamentares.

Ao comunicar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a prisão de Brazão, o ministro afirmou que ela se dava "em face de flagrante delito pela prática do crime de obstrução de Justiça em organização criminosa".

A professora de direito penal da FGV Direito SP Raquel Scalcon vê semelhanças entre os casos de Delcídio e Brazão.

"A discussão por trás desse caso, assim como o do Delcídio, é uma interpretação sobre o próprio crime de obstrução de Justiça", diz. "A depender de como eu interpreto a consumação do crime, eu posso dizer que a flagrância acontece a todo momento ou não."

Apesar de citar o artigo desse crime em sua decisão, o ministro não parece desenvolver a argumentação sobre por que seria um caso de flagrante. Também não ficam claros quais fatos o ministro considerou para entender que houve obstrução de Justiça.

No entendimento da PF, a investigação do homicídio de Marielle foi talhada para ser natimorta devido a um ajuste prévio dos autores com quem seria responsável pela apuração de homicídios no Rio.

A prisão de Brazão teve como base a delação do ex-PM Ronnie Lessa, acusado de ser o executor do crime. Reportagem da **Folha** mostrou que há lacunas quanto à apresentação de provas de corroboração sobre os relatos do delator.

Em 2015, com ordem do Supremo contra o líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral, pela primeira vez desde a redemocratização um senador foi preso em exercício de mandato.

O político era acusado de obstruir as investigações sobre a Lava Jato, constando como prova uma gravação dele em conversa com terceiro. O então relator das ações da operação na corte entendeu que no caso do então senador havia um estado de flagrância.

"Nos dois casos, me parece que há uma ginástica [interpretativa] para estender a consumação do crime de obstrução de Justiça", avalia Tatiana Badaró, advogada criminalista e doutora em direito pela UFMG.

Ela diz, porém, que há uma dificuldade para entender a lógica usada na decisão sobre o deputado Brazão, devido à falta de identificação dos atos concretos que justificaram a obstrução de Justiça.

"Sem saber que atos são esses, eu não consigo saber quando eles ocorreram e se eles ainda estavam ocorrendo", diz.

Segundo ela, na ideia de crime permanente relacionada ao crime de obstrução, é preciso que haja uma permanência —que ainda esteja sendo praticado. Uma segunda alternativa, que ela entende que talvez tenha sido a lógica do ministro Alexandre de Moraes, é a de que os fatos que configurariam obstrução teriam ocorrido no passado, mas continuam gerando efeitos até hoje.

Já ao enfrentar o requisito de crime inafiançável, Moraes cita a decisão de Teori Zavascki sobre Delcídio como precedente.

O ministro usou como fundamento a regra que diz que também não pode ser concedida a fiança nos casos em que estiverem presentes os motivos que autorizam a prisão preventiva.

Raquel Scalcon, da FGV, diz que essa interpretação também acaba por ampliar a regra constitucional sobre a restrição de prisão parlamentar, ao não considerar apenas o rol de crimes inafiançáveis, entre os quais estão os crimes dolosos contra a vida, tortura, terrorismo e racismo.

"Se eu fico sempre excepcionando uma regra, com o tempo ela na verdade deixa de ter uma função de ordenação e de segurança jurídica. Ela morre, de certo modo", diz.

Relembre os casos e entenda as questões jurídicas e políticas

CASO BRAZÃO

Discussão jurídica A principal questão jurídica no caso de Chiquinho Brazão (ex-União Brasil-RJ) envolve sua prisão enquanto deputado federal em exercício, e se o crime de obstrução de Justiça pode ser considerado flagrante, mesmo com os acontecimentos do assassinato de Marielle Franco (PSOL-RJ) tendo ocorrido há seis anos

Questões políticas Apesar dessa discussão, o que pautou a votação para manter ou suspender a reclusão de Brazão foram os conflitos do Congresso Nacional com o STF (Supremo Tribunal Federal); parlamentares de centro e de direita queriam passar recado a Alexandre de Moraes libertando o parlamentar

Resultados Em votação na quarta-feira (10), a Câmara dos Deputados decidiu manter a prisão do parlamentar acusado de mandar matar Marielle e o motorista Anderson Gomes

CASO MUSK VS. MORAES

Discussão jurídica Há questões importantes, como o desrespeito ao cumprimento de ordens judiciais no país, algo que Musk ameaçou fazer em seus posts no X; a regulamentação das redes também é tema de discussão relevante para o caso

Questões políticas O caso, entretanto, virou plataforma dos bolsonaristas para afirmarem que a liberdade de expressão no Brasil estaria sendo cerceada pelo ministro Alexandre de Moraes e pelo STF

Resultados A querela continua, mas já é possível ver algumas consequências, como o enterro do PL das Fake News

Bolsonarismo tentou soltar Brazão

Deputados queriam evitar o risco baixíssimo de pagar pelos crimes

Celso Rocha de Barros
Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História"

Os bolsonaristas lideraram um movimento para tirar o suspeito de matar Marielle Franco da cadeia. Quase deu certo. O deputado Eduardo Bolsonaro gravou vídeo explicando sua posição: se o Congresso não soltasse Brazão, em algum momento chegaria a vez de os bolsonaristas serem presos.

Na divisão do trabalho da família Bolsonaro, Eduardo era o responsável por cultivar relações com o fascismo internacional. Flávio administrava aquele negócio com Queiroz, Carluxo cuidava do Twitter e Jair organizava o golpe.

Não há a menor dúvida de que muitos parlamentares bolsonaristas merecem ser presos. Já escrevi aqui sobre o intensivão do golpe, a reunião de 30 de novembro de 2022 em que quase todos os parlamentares bolsonaristas se reuniram no Congresso para defender golpe de Estado. O terrorista que tentou explodir o aeroporto de Brasília na véspera de Natal estava na plateia. O golpista Oswaldo Eustáquio disse, durante a sessão, que ela estava sendo transmitida em telões para os acampados nas portas dos quartéis.

Vejam o vídeo, assistam ao aplauso generalizado que irrompe sempre que alguém pede "artigo 142". É o mesmo artigo que Kassio Nunes Marques e André Mendonça, os dois indicados por Bolsonaro para o STF, já garantiram que não autoriza intervenção militar nenhuma.

Em uma República funcional, só voltaríamos a ouvir as vozes desses parlamentares golpistas quando algum deles nos passasse trote do falso sequestro de dentro do presídio.

Gostaria, portanto, que Eduardo Bolsonaro tivesse razão em seu pânico. Mas não acho que tenha.

Eduardo, o sistema é feito pra que gente como Marielle se dê mal e gente como você se dê bem.

Ela era mulher, negra, cria da favela, extraordinariamente talentosa e combatia milícias. Quantos dos seus colegas de Congresso são assim?

Já você é um fascista adotado pelo centrão que tentou soltar Brazão e não seria capaz de dizer qual das suas mãos é a direita em duas tentativas. No Congresso de hoje, você está em casa.

Os bolsonaristas, aliás, continuam sendo tratados como políticos normais, mesmo enquanto tentam rearticular o golpismo.

Vocês também estão vendo Derrite substituindo todo o comando da PM paulista, na esperança de que os novos comandantes saiam do quartel na próxima tentativa de golpe?

Estão vendo os bolsonaristas tentando arregimentar apoios nos Estados Unidos para evitar o problema de 2022, quando Biden ajudou a manter os militares brasileiros dentro dos quartéis?

Para isso, contam com apoio de extremistas como Tucker Carlson, oportunistas como Elon Musk e um ou outro desinformado que realmente acha que a briga aqui é sobre liberdade de expressão.

Mas fique tranquilo, Eduardo. Não vejo ninguém se mexendo para prender os golpistas com mandato. E o centrão adora vocês, que deram ares de "guerra cultural" à velha reivindicação de impunidade da classe política brasileira.

Para evitar esse risco baixíssimo de pagar por crimes que de fato cometeram, os bolsonaristas tentaram soltar o suspeito de mandar atirar pelas costas em uma mãe, negra, cria da favela, que apenas começava em uma trajetória rumo à grandeza que os Eduardos deste mundo nunca vão sequer vislumbrar, por mais que o sistema se rebaixe até eles.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, **Camila Rocha** | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

PF vai aos EUA apurar transações sobre caso de joias de Bolsonaro

Após pedido de cooperação internacional por parte das autoridades brasileiras, FBI colabora com investigações

Julia Chaib e Ana Pompeu

BRASÍLIA A Polícia Federal vai enviar uma equipe aos Estados Unidos para checar as transações envolvendo joias feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados, como o ex-ajudante de ordens Mauro Cid e seu pai, o general Mauro Lourena Cid.

A expectativa dos investigadores é fazer a viagem ainda neste mês. Apenas depois dessa etapa a investigação brasileira será concluída.

Desde o ano passado, após pedido de cooperação internacional formalizado pela PF ao governo dos EUA, o FBI, a polícia federal dos EUA, começou a colaborar com as investigações de autoridades brasileiras sobre a venda de joias e outros artigos de luxo recebidos como presente pelo ex-mandatário. O acordo tem o nome de Mutual Legal Assistance Treaties.

As joias enviadas pelo governo da Arábia Saudita para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro foram avaliadas em R$ 5.602.897,30 pela Receita Federal, segundo mostrou a colunista Mônica Bergamo.

As investigações apontaram que Bolsonaro e auxiliares retiraram do país, no avião presidencial, pelo menos quatro conjuntos de bens recebidos pelo ex-presidente em viagens internacionais, na condição de chefe de Estado.

> Há fortes indícios de que os investigados utilizaram a estrutura do Estado brasileiro para desviar de bens de alto valor patrimonial entregues por autoridades estrangeiras
>
> **Representação da PF sobre o caso em 2023**

A viagem ocorreu em 30 de dezembro de 2022, véspera do último dia de mandato de Bolsonaro, para assim evitar seguir o rito democrático de passar a faixa a seu sucessor eleito, o hoje presidente Lula (PT).

A família Bolsonaro mantém contas em bancos nos Estados Unidos, bem como a de Mauro Cid. Elas podem ter sido utilizadas nas transações, segundo pessoas que acompanham as apurações ouvidas pela **Folha**.

Além disso, a loja e a leiloeira onde as joias foram negociadas estão no país. Nesse caso, o objetivo é, desde a primeira viagem, mapear quem procurou essas lojas e para quem elas repassaram os valores provenientes da venda.

Uma caixa de joias dada a Bolsonaro pela Arábia Saudita foi colocada à venda por uma loja de artigos de luxo de Nova York no começo do ano passado.

Acima, anúncio de joias doadas a Jair Bolsonaro; abaixo, reflexo do general Mauro Lourena Cid em caixa de escultura Reprodução

Em agosto passado, intimados a comparecer à PF para serem ouvidos simultaneamente sobre o caso, Bolsonaro e Michelle decidiram silenciar diante dos investigadores.

Afirmaram à época, por meio de seus advogados, que a PGR (Procuradoria-Geral da República) não reconhecia a competência do Supremo Tribunal Federal e do ministro Alexandre de Moraes para o caso de investigação da venda das joias no exterior. Na ocasião, a PGR era comandada por Augusto Aras, que ficou no cargo por quatro anos após ser indicado duas vezes por Bolsonaro.

O inquérito sobre as joias deve ser o segundo que mira Bolsonaro que a PF concluirá. A ideia dos investigadores é terminar também a investigação que trata de uma trama do ex-presidente e aliados para impedir a posse do presidente Lula até o meio do ano.

Em outra frente, a PF indiciou em março o ex-presidente, Mauro Cid, o deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ) e outras 14 pessoas no caso que apura a falsificação de certificados de vacinas contra a Covid-19.

A apuração apontou a suspeita dos crimes de inserção de dados falsos em sistema público e associação criminosa, e a PF diz que a fraude pode ter sido realizada no escopo da tentativa de aplicar um golpe de Estado no país e impedir a posse de Lula.

Bolsonaristas atacam secretária de Nunes e insistem em vice

Carolina Linhares

SÃO PAULO Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ficaram irritados com o prefeito Ricardo Nunes (MDB), a quem apoiam na eleição de São Paulo, por causa da nomeação da secretária interina da Cultura, que consideram ser de esquerda, e voltaram a pressionar pela escolha do coronel da PM bolsonarista Ricardo Mello Araújo para a vice.

Como mostrou a **Folha**, Nunes realizou uma série de trocas em seu secretariado por causa da eleição. Os auxiliares que vão concorrer a vereador tiveram que deixar seus cargos na semana passada, caso da então titular da Cultura, Aline Torres, que vai disputar pelo MDB.

Em seu lugar, o prefeito nomeou de forma provisória Lígia Jalantonio Hsu (MDB), que era supervisora de Formação Cultural na secretaria. Nunes ainda busca um nome definitivo para a pasta.

Nos círculos bolsonaristas, a escolha não agradou. Aliados do ex-presidente levaram ao MDB e ao prefeito sua indignação —que, segundo eles, atinge também outros membros da coordenação política da pré-campanha de Nunes, somada a reclamações gerais sobre falta de agendas positivas e planejamento.

Na última pesquisa Datafolha, Nunes aparece empatado na liderança com Guilherme Boulos (PSOL), com 29% e 30%, respectivamente.

Interlocutores do prefeito, por sua vez, minimizaram o episódio, afirmando que a insatisfação é restrita a um núcleo pequeno e que Lígia Jalantonio vai ser substituída em breve.

A nova secretária é educadora e defende a primeira infância. Ela foi candidata a vereadora pela Rede em 2020, mas sem sucesso. Em 2022, ela se filiou ao MDB.

Entre os bolsonaristas, Lígia é vista como uma ativista ligada a coletivos de extrema esquerda. Viralizou entre eles uma foto dela em uma manifestação, em 2021, segurando uma faixa em que se lê "fora famíliCia", em referência aos Bolsonaros.

Como reação ao que consideram falta de compromisso de Nunes com a direita, que deixou de lançar um candidato do PL para apoiá-lo, bolsonaristas afirmam que vão insistir no nome de Mello Araújo para a vice.

Na última semana, Bolsonaro voltou a afirmar a deputados bolsonaristas que sua preferência é pelo coronel.

Nos bastidores, um parlamentar bolsonarista afirmou haver surpresa e perplexidade pelo fato de a equipe do prefeito não ter feito uma pesquisa prévia sobre o perfil de Lígia, ainda que seja uma secretária temporária. O episódio foi lido como falta de maturidade eleitoral do entorno de Nunes.

A indignação atual é mais um capítulo na relação de idas e vindas entre Nunes e Bolsonaro. Ao mesmo tempo que precisa conquistar a direita e faz acenos para o eleitor bolsonarista, como ter comparecido ao ato a favor do ex-presidente em fevereiro, o prefeito também busca distância para não se contaminar com acusações de golpismo e negacionismo. Sua equipe tem pregado que ele representa uma frente ampla e que Bolsonaro é apenas um entre os apoiadores.

A secretária municipal interina da Cultura em São Paulo, Lígia Jalantonio Hsu Reprodução/@ligia.jalantonio no Instagram

Com um arco de apoio de mais de dez partidos, o acordo na pré-campanha de Nunes é o de que o PL de Bolsonaro, a maior legenda, tem a preferência pelo posto de vice. O nome, contudo, só deve ser definido próximo das convenções, em julho, e deve ter o aval também do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e das demais legendas.

Em janeiro, Bolsonaro afirmou que seu indicado para o posto era Mello Araújo.

No entanto, o ex-Rota e ex-diretor da Ceagesp enfrenta resistência entre aliados de Nunes, mesmo dentro do PL. Há preferência por mulheres e dúvidas sobre a conveniência de trazer a questão da segurança pública para o centro do debate com um vice da área.

Ato bolsonarista no Rio será teste para Ramagem e Cláudio Castro

Pré-candidato do PL à prefeitura terá destaque, mas não deve discursar; governador terá fidelidade avaliada

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em ato de apoiadores em São Paulo, na avenida Paulista, em fevereiro; nova manifestação foi convocada no Rio de Janeiro Carla Carniel - 25.fev.24/Reuters

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O ato marcado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para o próximo domingo (21) na praia de Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro, deve ser usado como uma forma de ampliar a exposição do deputado federal Alexandre Ramagem (PL), escolhido como pré-candidato do grupo à prefeitura da cidade.

Os organizadores do evento defendem que Ramagem não discurse para evitar acusações de uso da manifestação como propaganda eleitoral antecipada. O ex-diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), porém, terá lugar de destaque no carro de som ao lado do ex-presidente. Os detalhes do evento serão discutidos ao longo da semana.

O ato também tem sido visto como uma espécie de "teste de fidelidade" do governador Cláudio Castro (PL) ao bolsonarismo. Ele não compareceu à manifestação na avenida Paulista, em São Paulo, em fevereiro, sob alegação de que tinha viagem a Portugal.

A ausência, contudo, ocorreu para não melindrar ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), onde Castro tem pedidos para anulação de investigações de que é alvo.

O comício em Copacabana faz parte da série de atos marcados por Bolsonaro para mobilizar a militância e mostrar apoio popular em meio às investigações de que é alvo no STF. O ex-presidente é suspeito de tentar organizar um golpe de Estado após a vitória de Lula (PT) nas eleições de 2022.

O primeiro evento foi o da avenida Paulista, que foi marcado quatro dias após Bolsonaro ser alvo de um mandado de busca e apreensão. No mesmo dia da convocação, o ex-presidente foi para a embaixada da Hungria, em Brasília, onde passou duas noites, levantando questionamentos, refutados por ele, de eventual tentativa de blindagem em caso de ordem de prisão.

O comício em Copacabana foi marcado sem o mesmo ambiente de tensão. Um dos temas a serem abordados pelo ex-presidente será o que ele vem chamando de censura do ministro Alexandre de Moraes, do STF, nas redes sociais.

> É um desafio difícil. Parabenizo pela coragem em disputar a Prefeitura do Rio de Janeiro. [...] Ramagem, você tem tudo para dar certo. [...] Até o dia 21, com todos vocês em Copacabana, no nosso grande ato pela nossa liberdade e pela nossa democracia
>
> **Jair Bolsonaro (PL)**
> ex-presidente da República

O assunto voltou a mobilizar a direita brasileira após as publicações do bilionário Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), sobre o tema, há uma semana.

A intenção principal, porém, é manter seus apoiadores mobilizados e demonstrar força política. É o que Bolsonaro tem feito em cidades de todo o país. Na última semana, ele esteve em João Pessoa (PB), Fortaleza (CE), Cuiabá (MT) e cidades do interior.

No Rio, a mobilização visará também ampliar a associação da imagem de Bolsonaro à de Ramagem. O deputado teve a pré-candidatura lançada há um mês num evento esvaziado na quadra da escola de samba Mocidade, em Padre Miguel. Espera-se que Copacabana receba grande público.

O vínculo do ato foi indicado em mensagem gravada pelo ex-presidente exibida na quinta-feira (11) durante homenagem ao ex-diretor da Abin na Câmara Municipal.

"É um desafio difícil. Parabenizo pela coragem em disputar a Prefeitura do Rio de Janeiro. [...] Ramagem, você tem tudo para dar certo. [...] Até o dia 21, com todos vocês em Copacabana, no nosso grande ato pela nossa liberdade e pela nossa democracia", disse Bolsonaro.

Em seu discurso na Câmara Municipal, Ramagem disse que encerrou o período de estudo sobre a cidade, tendo chegado a hora de ir às ruas.

"Esse foi um momento de estudar o Rio de Janeiro. [...] Agora estamos entrando para ir às ruas, juntos pelo melhor do Rio de Janeiro a partir de agora", disse Ramagem.

Cláudio Castro deve ir ao evento do próximo fim de semana, já que o clima político está menos tenso do que em fevereiro, além do fato de o ato ser realizado no Rio. A presença ainda será confirmada. Também são esperados os governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Ronaldo Caiado (União-GO), Jorginho Mello (PL-SC) e Romeu Zema (Novo-MG), que foram ao comício de São Paulo.

Bolsonaro voltará a Copacabana um ano e meio depois de usar a estrutura das Forças Armadas para fazer um ato político no Bicentenário da Independência, em 7 de Setembro de 2022, ainda como presidente, durante a corrida eleitoral

O Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública pedindo a condenação da União pelo uso político do evento, incluindo um pedido de desculpas das Forças Armadas. A Justiça em primeira instância negou o prosseguimento da ação, e há recurso pendente de julgamento no TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região).

Na Justiça Eleitoral, Bolsonaro foi condenado à inelegibilidade por causa do uso eleitoral do evento de 2022.

Na ocasião, houve uma solenidade oficial bancada com recursos públicos com oito horas de programação. Ao lado do palanque do governo foi instalado um carro de som bancado pelo pastor Silas Malafaia, onde os discursos de campanha foram proferidos. Bolsonaro foi para esse local quando aviões da Esquadrilha da Fumaça ainda faziam exibições previstas no ato oficial.

Malafaia também custeou o ato realizado em São Paulo em fevereiro. O financiamento da estrutura do evento de Copacabana terá a participação do pastor evangélico, assim como de deputados do PL-RJ. O partido afirma que não vai usar seus recursos para o ato.

CIDADE DE SÃO PAULO APRESENTA

EstúdioFOLHA

Mais segurança alimentar em SP

Programas da Prefeitura de São Paulo combatem a fome e promovem alimentação e nutrição adequadas, por meio de iniciativas como Cidade Solidária, Rede Cozinha Cidadã, Rede Cozinha Escola, Armazém Solidário e Bom Prato Paulistano

A Prefeitura de São Paulo mantém programas de segurança alimentar que beneficiam milhões de pessoas em toda a cidade, seja em equipamentos públicos ou entidades comunitárias. Somente nos serviços de acolhimento e núcleos de convivência para pessoas em situação de rua da rede socioassistencial mantida pela Prefeitura, são distribuídas diariamente uma média de 117 mil refeições. Além disso, são entregues 7.000 cestas básicas diárias por intermédio do programa Cidade Solidária.

O programa de segurança alimentar, porém, é mais abrangente e atua em várias frentes. Na rede municipal de ensino, por exemplo, são oferecidas diariamente 2,3 milhões de refeições aos estudantes. Mesmo nas férias, eles não deixam de ser atendidos. Em janeiro deste ano, a Secretaria Municipal da Educação ofereceu diariamente 1,5 milhão de refeições para os cerca de 30 mil participantes do programa Recreio nas Férias, que tiveram à disposição café da manhã, almoço e lanche da tarde.

Ainda no período das férias escolares, no ano passado, a atual gestão distribuiu cerca de 830 mil cestas básicas às famílias dos alunos da rede municipal de ensino.

DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA ALIMENTAR

Duas importantes iniciativas da prefeitura remontam à época da pandemia de Covid-19, o Programa Cidade Solidária, de distribuição de cestas básicas, e a Rede Cozinha Cidadã, de entrega de marmitas.

Em 2023, o **Cidade Solidária** distribuiu 1,6 milhão de cestas básicas. Neste ano, foram mais de 400 mil unidades. São mais de 7.000 cestas entregues todos os dias, por meio de mais de 2.000 Organizações da Sociedade Civil (OSC), que atendem públicos vulneráveis de diversos perfis, e para os povos indígenas no município.

Já o **Rede Cozinha Cidadã** conta com 83 restaurantes credenciados que fornecem mais de 15 mil marmitas por dia. No ano passado, foram entregues 5,5 milhões de refeições em 27 comunidades atendidas e para pessoas em situação de rua.

Outra iniciativa, sob gestão da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, é o **Rede Cozinha Escola**, que, desde o seu início, em agosto de 2023, já conta com 57 unidades em funcionamento. Cada uma delas teve condições de realizar pequenas reformas e adaptações e receber recursos da Prefeitura para fornecer gratuitamente, no mínimo, 400 refeições por dia, de segunda a sábado, para as pessoas em situação vulnerável.

Além de oferecer alimentação saudável, a Rede Cozinha Escola gera empregos na região em que atua, fortalece a comunidade e ainda proporciona oportunidades de formação em gastronomia e outros temas, inclusive para beneficiários do Programa Operação Trabalho, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Em 2023, foram entregues 1,2 milhão de refeições. Neste ano, a marca já atingiu 1,68 milhão.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL AOS MAIS VULNERÁVEIS

5,5 milhões
de refeições distribuídas em 2023 pela Rede Cozinha Cidadã para comunidades e população em situação de rua

1,6 milhão
de cestas básicas distribuídas em 2023 pelo Cidade Solidária; atualmente, são 7.000 cestas básicas diárias

1,68 milhão
de refeições distribuídas neste ano pelas 57 unidades da Rede Cozinha Escola

809 mil
refeições distribuídas em 2023 nas duas unidades do Bom Prato Paulistano

117 mil
refeições diárias na rede socioassistencial

17,2 mil
atendimentos em duas unidades do Armazém Solidário

2,3 milhões
de refeições diárias na merenda escolar

830 mil
cestas básicas a famílias de estudantes nas férias

Edson Lopes Jr./SECOM

Terceira unidade do Armazém Solidário

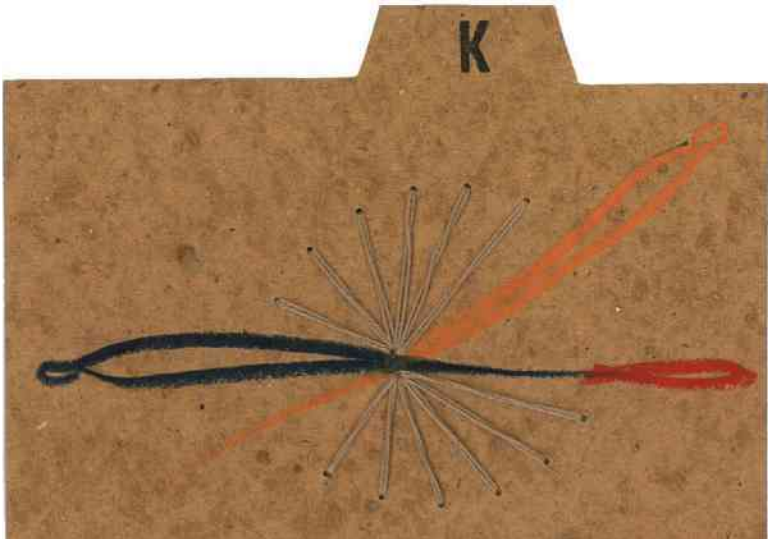
A Prefeitura também lançou o **Armazém Solidário**, um mercado em que a população de baixa renda pode comprar produtos alimentícios, de higiene pessoal e limpeza a preços até 50% mais baratos do que os praticados em estabelecimentos tradicionais. O programa beneficia as pessoas inscritas no CadÚnico (Cadastro Único).

No Armazém Solidário é possível adquirir os produtos da cesta básica, hortifrúti, leite, ovos, carne, frango e peixes, pães, sucos naturais, fraldas, absorventes e até repelente contra o mosquito da dengue. Não há comercialização de produtos ultraprocessados.

O primeiro Armazém Solidário foi inaugurado no ano passado, em São Miguel Paulista. O segundo, no City Jaraguá, em março. Essas duas unidades, juntas, já fizeram mais de 17.200 atendimentos. A terceira unidade, também na zona noroeste, foi entregue neste mês no Jaraguá. A previsão da atual gestão é disponibilizar um total de sete mercados do gênero até o fim deste ano.

Outro projeto da Prefeitura que visa atender aos mais vulneráveis com alimentação saudável todos os dias é o **Bom Prato Paulistano**. Duas unidades foram implantadas em M'Boi Mirim e Parelheiros, na zona sul da cidade, em dezembro de 2022, em parceria com o governo do estado.

Essas unidades fixas oferecem café da manhã (R$ 0,50) e almoço (R$1). População em situação de rua e crianças até seis anos não pagam. Em 2024, foram servidas mais de 802 mil refeições. Neste ano, a marca já ultrapassou 209 mil distribuições.

Além de combater a fome, os programas de segurança alimentar visam promover a educação nutricional, a valorização da cultura alimentar, a promoção da saúde, geração de renda e fortalecimento da cidadania.

Juliana Freire

Uma grande leitura, a Revista Brasileira

Atual e erudita, ela vai do primeiro poeta à inteligência artificial

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Está na rede, grátis como um arco-íris, a última edição da Revista Brasileira, da Academia Brasileira de Letras, editada pela escritora Rosiska Darcy de Oliveira. São 192 páginas de cultura na veia.

Tem de tudo. José Paulo Cavalcanti Filho conta que o primeiro poeta brasileiro não foi Bento Teixeira, publicado em 1601, mas o jesuíta Bartolomeu Fragoso, descoberto pelo historiador Victor Eleutério. Sua poesia foi preservada em 1592 pelo tribunal da Inquisição, que o excomungou e condenou ao degredo. Isso para o século 16. Para o século 21, a revista publica cinco artigos sobre a vida virtual.

Para todos os outros séculos, surge a figura de Alberto da Costa e Silva, o historiador, poeta e diplomata morto em novembro passado. São dois textos de uma preciosa entrevista concedida em 2003 a Marina de Mello e Souza.

Costa e Silva (nada a ver com o marechal que jogou o Brasil no Ato Institucional nº 5) foi um estudioso da História que liga o Brasil à África. Tendo sido embaixador na Nigéria e em Portugal, publicou seis livros sobre a África, o tráfico negreiro e a escravidão. Dois deles ("A Enxada e a Lança" e "A Manilha e o Libambo") são essenciais para se saber que, na África dos séculos 16 ao 19, existia uma civilização pujante. Num terceiro, "Francisco Félix de Souza, Mercador de Escravos", contou a vida de Xaxá, o baiano que viveu no Benin, tornando-se o maior traficante do período. Ele morreu em 1849 e muito provavelmente foi um dos homens mais ricos do mundo.

Alberto Costa e Silva falava claro e convidava quem o ouvia a fazer o mesmo. Como o historiador inglês Eric Hobsbawn, expunha sua erudição com o estilo do ator americano Fred Astaire ao dançar: dando a impressão de que é fácil.

Por exemplo:

"Há maneiras africanas. Essa nossa tendência de falar da África como uma realidade única, como uma totalidade, serve, em última análise, para facilitar nosso entendimento e a nossa compreensão. Mas não há nada mais diferente de um axante do que um ibo ou um ambundo. [...] Tal qual ocorre na Europa".

A Revista Brasileira coloca a História do país à disposição do leitor. Fernando Gabeira trata da internet, Ruy Castro fala do grande cronista João do Rio (1881-1921). Rosiska Darcy de Oliveira e Carlos Eduardo de Senna Figueiredo resgatam a memória de Mário Pedrosa (1900-1981), o jornalista e crítico de arte que padeceu na América Latina da segunda metade do século 20 como ativista da política e da vanguarda artística. Penou o exílio no Chile e no México.

A Revista Brasileira existe pelo trabalho de quem a faz e pela contribuição de quatro apoiadores: Arminio Fraga, Barbosa Müssnich Aragão Advogados, o banco Opportunity e a Faperj.

O PSDB não teve choro nem vela

Fechada a janela que permitia migrações partidárias, o PSDB definhou. Perdeu todos os oito vereadores que tinha em São Paulo, a cidade onde nasceu e no estado que governou por 27 anos. Em São Paulo e em 11 outras capitais o PSDB não terá candidato a prefeito. É um caso raro de derrocada de um partido durante um período de liberdades democráticas.

Um dia essa derrocada será mais bem estudada, mas, ao lado do PT, o tucanato foi um partido que, bem ou mal, teve atividade cerebral além do aparelho digestivo. Definhou aos 36 anos depois de ter governado o Brasil de 1995 a janeiro de 2003. Sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, restabeleceu-se o valor da moeda, modernizou-se a economia e cimentou-se o regime democrático brasileiro.

Esse partido nasceu de uma costela (a melhor) do velho MDB, onde estavam políticos com ideias novas, moderadas e práticas. Era o tucanato de Franco Montoro, FHC, Mário Covas e Tasso Jereissati, um jovem de 39 anos ao assumir o governo do Ceará, em 1987. Intitula-se Partido da Social Democracia Brasileira e foi de fato um momento social-democrata na vida nacional.

No seu apogeu, nos anos de FHC, o PSDB teve como rival o Partido dos Trabalhadores, e o Brasil vivia o conforto de uma disputa entre sociais-democratas e matizes da esquerda. Ao tempo da Revolução Francesa, a política parecia dividida entre a Montanha (mais radical) e a Planície (mais moderada), até que essa turma foi chamada de Pântano.

Durante o tucanato, qualquer brasileiro sabia a força de três partidos, o PSDB, o PMDB e o PT, com alguma noção do que cada um deles significava. Coincide com o definhamento do PSDB uma feira onde há 29 partidos. Salvo o PT, nenhum tem identidade programática. O Partido Liberal, que hospeda Jair Bolsonaro, tem a maior bancada de deputados e ganha uma estadia em Budapeste quem souber o que ele representa, além do antipetismo.

Biden tem chances

Um sábio que nos últimos 30 anos acertou o resultado de todas as eleições presidenciais americanas assegura que Joe Biden tem fortes chances de derrotar Donald Trump.

Bullitt deu o Baile de Satan

Para quem decidir ler o romance "O Mestre e a Margarida", de Mikhail Bulgakov:

Um dos capítulos mais divertidos do livro conta o "Baile de Satan", uma festa delirante ocorrida em Moscou. O baile aconteceu em abril de 1935 nos piores anos do stalinismo e foi dado pelo embaixador americano William Bullitt.

Boa parte da elite bolchevista apareceu e pelo menos três dos convidados viriam a ser executados. O secretário de Bullitt soltou a imaginação e colocou na festa um ursinho (a quem um bolchevique deu champanhe na mamadeira), galos (um deles pousou na travessa de foie gras) e centenas de passarinhos (que fugiram da gaiola). Bulgakov foi com a mulher.

Tremenda figura, de aparência satânica, esse William Bullitt (1891-1967). Formou-se em Harvard com John Reed, que viria a escrever "Os Dez Dias Que Abalaram o Mundo", e casou-se com sua viúva.

Negociou a dívida russa com Lênin, escreveu um livro com Sigmund Freud e em 1938 ajudou a tirá-lo de Viena. Virou amigo de Franklin Roosevelt, cuja secretária namorou, e ganhou a embaixada em Paris. (Em Moscou ele havia namorado a bailarina favorita de Stálin).

Em 1940, quando Hitler atacou a França, Bullitt transferiu reservas de ouro da França para os EUA. No dia 12 de junho, durante o colapso do governo, virou prefeito de Paris por alguns dias. Em maio de 1944, alistou-se como major do Exército francês e em outubro, fardado, entrou de novo na embaixada, hasteando a bandeira americana que a governanta havia escondido.

Bullitt desencantou-se com a União Soviética. Em 1935, comparou-a à Alemanha nazista, "uma teocracia de ateus". Cantou a pedra de uma aliança de Stálin com Hitler com três anos de antecedência.

Deve-se a Bullitt a afirmação factual de que comunistas comiam crianças. Em 1945, depondo no Congresso americano, um senador perguntou-lhe se havia canibalismo na Rússia e ele respondeu:

— Eu vi a fotografia de um corpo de criança comido pelos pais.

Candidato da situação é o mais votado para o MP-SP

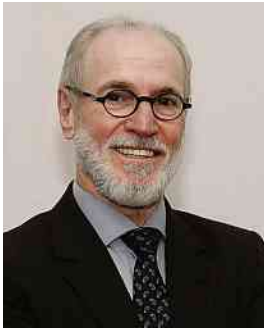
Tarcísio vai escolher nome para a chefia do Ministério Público via lista tríplice

Flávio Ferreira

SÃO PAULO Os membros do Ministério Público estadual de São Paulo votaram neste sábado (13) e escolheram os procuradores José Carlos Cosenzo, Antonio Carlos da Ponte e Paulo Sérgio de Oliveira e Costa para integrar a lista tríplice que será usada pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) para a definição do novo procurador-geral de Justiça, o chefe do Ministério Público paulista.

Na eleição, por meio eletrônico, Cosenzo recebeu 1.004 votos, Ponte obteve 987 e Costa 731. Os outros dois candidatos que estavam na disputa, Tereza Exner e José Carlos Bonilha, tiveram 508 e 467 votos, respectivamente.

Recebida a lista tríplice, o governador terá até 15 dias para escolher quem assumirá o posto. Ele pode nomear qualquer um dos três integrantes da lista, não necessariamente os primeiros colocados. Porém, se não fizer a escolha no prazo, o mais votado é automaticamente alçado ao cargo.

O mandato será de dois anos, até 2026.

Os procuradores José Carlos Cosenzo, Antonio Carlos da Ponte e Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, que foram os mais votados em eleição neste sábado Divulgação

Votaram ao todo 1.983 promotores (integrantes que atuam em primeira instância) e procuradores (membros que trabalham em causas nos tribunais nas fases de apelação), sendo que cada votante poderia escolher três nomes.

O procurador-geral de Justiça atua nos casos de réus e investigados com direito a foro especial. Também é responsável por chefiar administrativamente o Ministério Público e deve trabalhar em defesa dos direitos coletivos, fiscalizando a constitucionalidade de leis e atos normativos.

Antes da votação deste sábado, a Associação Paulista do Ministério Público enviou ofício ao governador Tarcísio pedindo que fosse nomeado para a chefia do MP-SP o candidato mais votado na eleição interna.

Cosenzo e Costa tiveram apoio do grupo ligado ao último procurador-geral de Justiça, Mario Sarrubbo, que deixou o posto neste ano e hoje é secretário no Ministério da Justiça, chefiado por Ricardo Lewandowski. Ponte fez campanha pela oposição à última gestão do MP-SP. Todos os três indicados têm décadas de experiência na instituição.

A eleição deste sábado expôs rachas em relação à administração anterior, questionada por candidatos da oposição ao se aproximar do que seriam agendas político-partidárias.

Antes da votação, indagado sobre o saldo da última gestão, Cosenzo disse à reportagem que cada procurador-geral "deixou sua marca indelével na construção da maior e mais importante unidade do Ministério Público do país".

Na campanha, Antonio Carlos da Ponte disse que a instituição se afastou de suas atribuições e focou em pautas que não eram centrais. Ele também criticou a permanência de Sarrubbo no cargo de procurador por dias, mesmo após ter aceitado cargo no governo federal, em janeiro.

Ponte, que atua hoje na Procuradoria de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais, foi o primeiro colocado na eleição interna de 2020 para o cargo, mas acabou preterido pelo então governador João Doria (à época no PSDB), que escolheu o segundo colocado, Sarrubbo.

Sobre a gestão de Sarrubbo, Costa apontou bom desempenho da instituição durante a pandemia de Covid-19 e afirmou que buscará aprimorar conquistas anteriores.

O procurador-geral anterior ocupou a função por dois mandatos —quatro anos.

O procurador Bonilha, último colocado na votação, atraía a simpatia de bolsonaristas aliados ao governador Tarcísio pelo histórico que inclui críticas a Alexandre de Moraes, ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) e alvo frequente de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O procurador responde a um processo administrativo disciplinar, de 2022, por criticar resolução de Moraes proibindo o uso de celular na cabine de votação. Bonilha afirma ter dado a declaração à época por entender que hipóteses de proibição de voto "são excepcionalíssimas".

Ponte e Bonilha votaram, em 2022, contra proposta do Conselho Superior do MP-SP de homenagear o ministro Moraes em razão de discurso de posse do ministro no TSE. No final, a homenagem foi aprovada no órgão por 6 votos a 5.

Nos debates antes da eleição, o tema da segurança pública foi um dos mais destacados pelos candidatos. Quanto à instalação de câmeras nas fardas de policiais, Cosenzo afirmou que "quem escolhe o caminho a ser seguido, inclusive nessa temática, é a população, que elege seus representantes".

Para Ponte, essa é uma questão a ser decidida pelo Executivo. Ele também disse ser preciso considerar a questão orçamentária.

Costa é favorável às câmeras e argumenta que são instrumento relevante para obtenção de provas e protegem os policiais de falsas acusações.

Colaborou Ana Gabriela Oliveira Lima, de São Paulo

+ Resultado da eleição interna do MP-SP

Candidato	Votos
José Carlos Cosenzo*	1.004 votos
Antonio Carlos da Ponte*	987
Paulo Sérgio de Oliveira e Costa*	731
Tereza Exner	508
José Carlos Bonilha	467

* Indicados para a lista tríplice a ser enviada ao governador

Céu sobre Jerusalém mostra defesa aérea de Israel em ação após Irã lançar drones na noite deste sábado (13) Ronen Zvulun/Reuters

Em retaliação inédita, Irã lança drones contra Israel e agrava tensão regional

Tel Aviv intercepta aparelhos iranianos; mais cedo, Teerã apreendeu navio ligado a grupo israelense

Guilherme Botacini

BOA VISTA Em um ato inédito de retaliação, o Irã lançou dezenas de drones em direção ao território de Israel na noite deste sábado (13). Imagens mostraram as luzes de munições do sistema antiaéreo israelense cortando o céu para interceptar o que seriam os veículos não tripulados de Teerã. Não houve registro de mortos.

Mais cedo, militares iranianos tomaram um navio cargueiro de bandeira portuguesa, mas ligado a um grupo empresarial de Israel, no estreito de Hormuz. A MSC, que operava a embarcação alugada, disse que estava trabalhando "com as autoridades relevantes" para seu retorno e o bem-estar da tripulação de 25 pessoas.

Aguardado ao longo dos últimos dias, o ataque iraniano foi o primeiro gesto de agressão direta do Irã a Israel desde o início da guerra contra o Hamas, facção terrorista aliada do regime iraniano. A ação com os drones foi uma resposta ao ataque, atribuído a Israel, à embaixada iraniana em Damasco, na Síria, que matou membros da Guarda Revolucionária do Irã, no último dia 1º.

Na TV estatal iraniana, a Guarda Revolucionária confirmou os ataques a mando do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã.

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, convocou reunião do gabinete de guerra em Tel Aviv, prevista para ocorrer entre a noite deste sábado e a madrugada de domingo (14).

Duas pessoas ligadas à segurança no Iraque afirmaram à agência Reuters que dezenas de drones foram vistos sobre o Iraque em direção à Israel. O ministro dos Transportes de Bagdá disse que o país fechou seu espaço aéreo, medida também tomada temporariamente pelo Líbano.

O Canal 12 israelense diz que Teerã lançou também mísseis de cruzeiro em direção a Israel —armamentos que atingiriam território israelense em menos tempo que os drones. As forças de Tel Aviv confirmaram que identificaram o lançamento de mísseis, mas não deram detalhes sobre interceptações.

Os drones lançados chegaram a Jerusalém no início da madrugada de domingo (14), cerca de 20h em Brasília. O sistema de defesa aéreo israelense entrou em ação.

Sirenes avisando sobre o ataque aéreo soaram em várias cidades do país além de Jerusalém. As Forças de Defesa de Israel afirmam que alertas foram ligados no sul do país, em Shomron, na Cisjordânia ocupada, na área do mar Morto, no norte do país e na região do Neguev.

Integrantes da Guarda Revolucionária do Irã descem de helicóptero em navio interceptado no estreito de Hormuz AFP

Jornalistas da Reuters em Israel disseram ter ouvido estrondos do que a imprensa local identificou como interceptações dos drones. O serviço de ambulâncias israelense afirmou que um menino de 10 anos ficou ferido, mas não deu mais detalhes sobre como o incidente ocorreu.

Ao mesmo tempo, o perfil no X da missão do Irã nas Nações Unidas afirmou que o ataque foi conduzido em "legítima defesa" após a destruição da embaixada de Teerã em Damasco, na Síria. A mensagem dizia que a ofensiva havia terminado.

"O assunto pode ser considerado concluído. No entanto, se o regime israelense cometer outro erro, a resposta do Irã será consideravelmente mais severa. É um conflito entre Irã e o regime de Israel, do qual os Estados Unidos devem se manter distantes", escreveu o perfil.

A publicação de Teerã, feita pouco depois do início dos ataques e antes mesmo de os drones chegarem a Jerusalém, além do fato de que a ofensiva foi prontamente identificada e anunciada pelo regime, sugerem a intenção de não escalar o conflito, mas de mostrar que Teerã consegue reagir a ataques e ações que julgue provocativas.

Há, no entanto, incerteza quanto a eventual resposta de Israel e mesmo a ataques adicionais de aliados iranianos que possam aprofundar o conflito maior já vivido pelo Estado judeu na Faixa de Gaza contra o Hamas, aliado do Irã, e espalhá-lo pela região.

"Esta é uma escalada severa e perigosa. Nossas capacidades defensivas e ofensivas estão no mais alto nível de prontidão diante deste ataque em larga escala do Irã", disse o porta-voz militar de Israel, Daniel Hagari. O Exército também afirmou que mísseis foram lançados, mas não fala sobre interceptações específicas desse tipo de armamento.

O Ministério das Relações Exteriores do Irã afirmou em comunicado que Teerã não hesitará em tomar novas medidas para salvaguardar seus interesses contra agressões.

Funcionários de segurança e defesa dos Estados Unidos afirmam, sob anonimato a veículos como o New York Times e o Washington Post, que forças americanas no Oriente Médio também derrubaram drones lançados contra Israel.

O Hezbollah, grupo xiita libanês aliado do regime iraniano, informou ainda que lançou "dezenas de foguetes" em posições de artilharia de Israel —ação que não difere muito do conflito que já vive na fronteira com o Estado judeu, baseado em ações localizadas e evitando escalar a violência ali.

A Jordânia declarou estado de emergência em meio aos alertas, de acordo com a mídia estatal, citada pela Reuters —depois, um porta-voz do governo de Amã negou a medida. Duas pessoas da área de segurança da Jordânia afirmam que o país ficou de prontidão para derrubar qualquer aeronave iraniana que violasse seu espaço aéreo.

O ministro da Defesa iraniano, Mohammad Reza Ashtiani, alertou que Teerã responderia com força a países que "abrissem o espaço aéreo ou território para ataques de Israel ao Irã", segundo a agência Mehr.

Autoridade do setor israelense também afirmaram que o espaço aéreo do país fechou para voos internacionais entrando e saindo de Israel a partir das 19h30 (horário de Brasília). A companhia El Al de Israel cancelou voos.

Os Estados Unidos e a União Europeia condenaram o ataque aéreo do Irã. O governo do presidente Joe Biden emitiu um comunicado em que afirma que o apoio americano ao país aliado continua "inabalável". Reino Unido, França, Canadá, México, República Tcheca, Dinamarca e Noruega também repreenderam a retaliação promovida por Teerã.

O Itamaraty afirmou que acompanha os desdobramentos na região.

Revolução Islâmica encerrou relação amistosa dos dois países, e situação é a pior em décadas

Diogo Bercito

SÃO PAULO Israel e Irã disputavam havia anos uma guerra às escondidas, com batalhas indiretas travadas nos territórios de outros países.

No início do mês, Tel Aviv foi apontada como responsável por bombardear a embaixada do Irã em Damasco. Neste sábado (13), como início da retaliação, militares iranianos tomaram um navio ligado a um grupo de Israel no estreito de Hormuz. Horas depois, a ofensiva com drones sobre o céu israelense confirmou uma mudança de cenário, com um embate às claras.

"É um dos piores momentos das relações entre Israel e Irã", afirma Sean McFate, professor da Universidade Syracuse e autor do livro "The New Rules of War" (as novas regras da guerra, em inglês). "E pode piorar."

As relações, porém, nem sempre foram tão ruins. O Irã votou em 1949 contra a entrada de Israel na ONU depois da fundação do Estado judeu. Mas, em seguida, foi um dos primeiros países islâmicos a reconhecê-lo, em 1950. Existiu uma cooperação durante o regime do xá Reza Pahlavi, que comandou o país persa de 1941 a 1979.

Do lado israelense, havia interesse em se aliar a países não árabes na região, como a Turquia e o Irã, afirma David Menashri, professor da Universidade de Tel Aviv. Já do lado iraniano, a ideia era usar Israel como uma maneira de se aproximar dos EUA. "Era como uma lua de mel", diz.

Os laços começaram a se desfiar em 1979. Foi o ano em que a Revolução Iraniana derrubou o xá e instalou o regime teocrático dos aiatolás, que segue até hoje no poder. O aiatolá Ruhollah Khomeini (1902-1989) passou a usar a causa palestina como um de seus alicerces contra Israel.

"O Irã se posicionou como um líder do mundo islâmico e, para desempenhar esse papel, era necessário erguer a bandeira palestina", diz Menashri. "Ser anti-Israel era uma maneira de ganhar legitimidade."

A invasão israelense ao Líbano, em 1982, tensionou ainda mais a situação. O Irã financiou e apoiou a criação da milícia libanesa Hezbollah. Foi uma maneira de, já naquele momento, lutar a guerra oculta com Israel.

O mesmo foi feito nos anos seguintes com outros grupos armados na região. O Irã também usa como preposto a facção palestina Hamas, surgida em 1987 no contexto da Primeira Intifada (um levante contra Israel que durou até 1993). Sustenta ainda milícias no Iraque e no Iêmen, caso dos houthis, que têm feito ataques recorrentes a embarcações no Mar Vermelho.

Em 1992, um ataque alvejou a embaixada israelense em Buenos Aires e matou 29 pessoas. Dois anos depois, uma caminhonete com explosivos explodiu diante da sede da Amia (Associação Mutual Israelita Argentina), deixando 85 mortos e cerca de 300 feridos. Israel sempre apontou para o Irã. Nesta quinta (11), um tribunal argentino identificou Teerã como mandante das duas ações, executadas pelo satélite Hezbollah.

Nos anos 2000, uma série de ataques virtuais atingiu as instalações do programa nuclear iraniano. A tese é de que Israel tenha sido, em parte, responsável. Tel Aviv, que tem seu próprio arsenal nuclear, age para impedir que Teerã obtenha o seu (algo que os aiatolás negam querer).

A situação ganhou outro contorno com a guerra Israel-Hamas. Desde então, Tel Aviv atingiu diversos alvos ligados ao Irã tanto no Líbano quanto na Síria, até o revide deste sábado (13).

O professor McFate compara a situação à dos Bálcãs às vésperas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em que uma ação pode levar a reações descontroladas. Menashri diz algo parecido. "Israel, Irã e Líbano testam uns aos outros, mas não querem guerra", opina. "O problema é que muitas vezes as guerras começam de maneira não intencional."

INÊS249

Meloni passa de ameaça à UE para aliada de chefe do bloco

Italiana se afasta de antieuropeísmo e corteja Von der Leyen, que mira reeleição

Michele Oliveira

MILÃO "Un bacetto", um beijinho, disse a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, enquanto transformava um aperto de mãos cerimonioso em uma troca de beijos entre duas colegas sorridentes. Um pouco travada com a informalidade, a outra protagonista rapidamente cedeu. Era a alemã Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia.

A cena, ocorrida em janeiro em Forli, na Itália, durante uma visita de Von der Leyen às áreas afetadas pelas enchentes do ano passado, não passou despercebida por analistas e políticos, mas também não causou estranhamento. Àquela altura, as relações entre a anfitriã ultradireitista e a convidada de centro-direita estavam sintonizadas havia alguns meses.

Se um dia Meloni praguejou contra o euro, como na campanha para as eleições europeias de 2014, ou afirmou que a mamata iria acabar para a Europa quando ela chegasse ao poder, como disse semanas antes de ser eleita, em 2022, ninguém ali parecia se lembrar.

A dois meses da votação para o Parlamento Europeu, que pode abrir mais espaço para o grupo político de Meloni (Conservadores e Reformistas) e dar a ela mais relevância na definição da próxima Comissão Europeia, a líder italiana conseguiu, ao longo de um ano e meio, dissipar a imagem que a rodeava antes de assumir o cargo —a de uma ameaça às instituições da União Europeia, como Viktor Orbán, premiê da Hungria.

Von der Leyen (esq.) e Meloni durante encontro do G7 no Japão, em 2023 Ludovic Marin - 20.mai.23/AFP

A desconfiança, em especial na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, tinha como base as raízes pós-fascistas do partido fundado por ela, o Irmãos da Itália, os discursos inflamados dos anos de oposição e seus parceiros na coalizão de governo, Matteo Salvini (Liga) e Silvio Berlusconi (Força Itália), morto em 2023. O primeiro é declaradamente antieuropeísta, e ambos nutriam bom relacionamento com o russo Vladimir Putin.

Logo na chegada, Meloni mostrou alinhamento na defesa da Ucrânia contra a Rússia. "Os EUA e os europeus pediam que ela não rompesse essa frente de apoio, e ela não o fez. Ela entende os mecanismos de política internacional e viu que para a Europa se trata de uma batalha existencial", diz Arturo Varvelli, diretor do escritório em Roma do Conselho Europeu de Relações Exteriores (ECFR).

Outra inflexão foi o posicionamento em relação à China, com a decisão de Meloni de tirar a Itália da Nova Rota da Seda. Único país do G7 a aderir à iniciativa, em 2019, a saída era um passo diplomático delicado, pelo temor de possíveis retaliações econômicas do país asiático.

"Foi algo administrado de forma discreta, longe da cobertura midiática. Exatamente para não irritar Pequim. Foi uma gestão cautelosa que parece ter dado resultados", afirma Leo Goretti, chefe do programa de política externa italiana do Instituto de Assuntos Internacionais (IAI).

Para Varvelli, foi por meio desses episódios que Meloni se posicionou, no nível internacional, mais como conservadora do que populista. "Apesar de algumas tendências, ela nunca se afastou ideologicamente da tradição italiana em política externa, em temas como Rússia, China e outros. É muito mais tradicionalista do que imaginávamos."

Entre os motivos, segundo ele, estão uma visão política amadurecida ao deixar de ser oposição, o aconselhamento de aliados mais experientes no plano internacional e o trabalho do corpo diplomático. "Apesar de jovem, ela é uma política experiente, está envolvida nisso há 30 anos e sabe fazer política, apesar das orientações que possa tomar."

Meloni, 47, entrou na adolescência para a Fronte della Gioventù (frente da juventude), seção juvenil do Movimento Social Italiano, partido criado em 1946 por integrantes dos últimos anos do regime fascista. Aos 29 anos, foi eleita deputada.

Como num equilíbrio de posições, Meloni mantém seu lado mais populista em temas internos caros à direita, como decisões em relação à comunidade LGBTQIA+ e à área de segurança. "São bandeiras que são agitadas como para dizer 'somos realmente de direita', o que lhe dá crédito nas franjas mais radicais", diz Vervelli.

Eleita com 26%, Meloni mantém sua popularidade e detém 27% de intenções de voto, isolada em primeiro lugar caso as eleições gerais fossem agora —o próximo pleito está previsto só para 2027.

Em relação à Europa, Goretti vê semelhanças entre a política externa de Meloni e a de Berlusconi, de centro-direita, que foi premiê em três períodos entre 1994 e 2011. Ambos, em teoria, defendem uma abordagem "euro-realista", em que há o reconhecimento da importância da dimensão europeia como processo de integração, mas que é mais focada na negociação entre os governos nacionais e menos no fortalecimento das instituições da UE, como o Parlamento e a Comissão Europeia.

"Na prática, porém, essa visão de Meloni colidiu com dificuldades nas relações com França e Alemanha, enquanto se criou uma forte relação com Von der Leyen, ligada à disputa eleitoral de junho", avalia Goretti. "Desse ponto de vista, ela foi forçada a adotar uma linha moderada porque se deu conta de que pragmaticamente, para a Itália, há uma série de temas, da economia à imigração, que o país não tem como lidar sozinho."

Nicola Procaccini, eurodeputado do Irmãos da Itália e um dos líderes do grupo Reformistas e Conservadores, afirma que Meloni tem uma abordagem crítica em relação ao trabalho feito pela Comissão Europeia, como em pontos relacionados ao Green Deal, mas que isso não a impede de trabalhar com o órgão para levar adiante suas propostas.

"Neste um ano e meio, Meloni conseguiu levar a Comissão rumo a algumas posições suas, como na imigração. Finalmente, agora há uma abordagem muito mais severa na luta contra a imigração ilegal, que incorpora ideias nossas", afirma Procaccini, em referência ao pacto de migração aprovado nesta semana pelo Parlamento Europeu. "Até há dois anos, eram propostas consideradas xenofóbicas e racistas, mas na realidade eram simplesmente de bom senso."

A convergência de interesses entre Meloni e Von der Leyen será colocada à prova, então, em junho, com a primeira em busca de mostrar forças dentro e fora da Itália e a segunda atrás do segundo mandato europeu.

Crise no sistema prisional da Itália

Total de detentos
Em milhares

832,3 mil presos no Brasil

53,6 (2014) · 56,2 (2022) · 60,9 (2024*)

Eixo: 0, 15, 30, 45, 60

Capacidade de vagas
Em milhares

Taxa de superlotação
Em %

139% no Brasil

108 (2014) · 109 (2022) · 119 (2024)

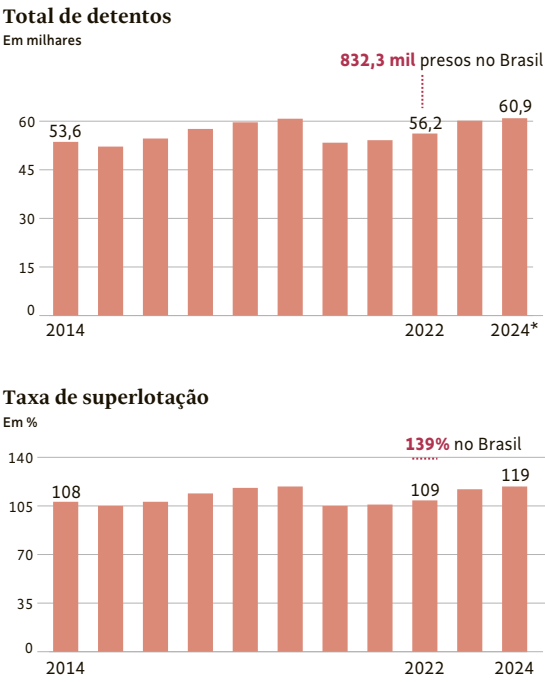
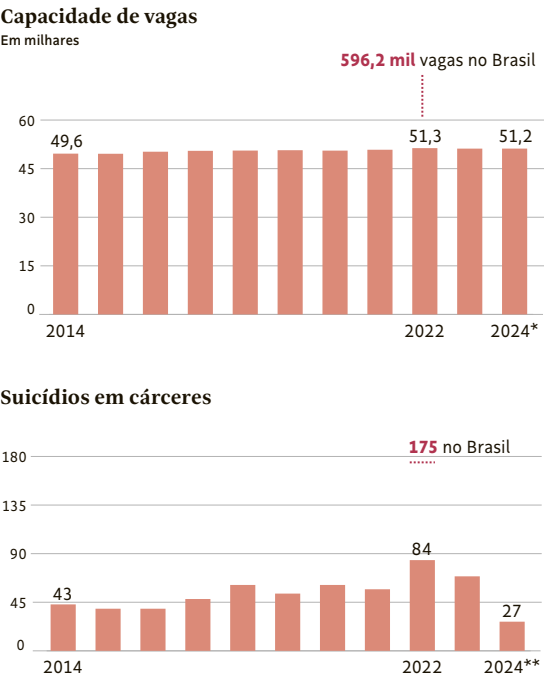
Eixo: 0, 35, 70, 105, 140

Suicídios em cárceres

175 no Brasil

43 (2014) · 84 (2022) · 27 (2024**)

Eixo: 0, 45, 90, 135, 180

* Até 29.fev ** Até 26.mar

Fontes: Ministério da Justiça da Itália, observatório Ristretti Orizzonti e Anuário Brasileiro de Segurança Pública (dados mais recentes são de 2022)

Itália vê superlotação e onda de suicídios em presídios diante de linha-dura na segurança

MILÃO No fim de março, um equatoriano de 31 anos se enforcou dentro de um presídio em Turim, no norte da Itália, com um lençol pendurado na grade da janela. Segundo as primeiras investigações, tratava-se de um homem com distúrbios psiquiátricos, condenado por tentativa de matar o pai, e que estava à espera de vaga em uma casa de custódia com vocação mais sanitária do que de reclusão.

Com ele, a lista de suicídios ocorridos dentro de centros de detenção italianos chegou a 27 casos desde janeiro, um fenômeno que preocupa especialistas e que tem sido tema de debate no país. Poucos dias antes do caso em Turim, o presidente Sergio Mattarella já havia alertado para a gravidade da questão. "O número de suicídios nos cárceres mostra que são necessárias intervenções urgentes", disse.

Desde que assumiu, em outubro de 2022, o governo da primeira-ministra Giorgia Meloni, de ultradireita, adotou uma série de medidas linha-dura na segurança pública, com novos crimes e penas mais severas. Um dos resultados, dizem especialistas, é que mais pessoas estão entrando no sistema prisional.

Os próprios detentos são alvo de um projeto de lei que introduz o crime de "rebelião em cárcere". Pelo texto, o preso que organizar motins por meio de atos de violência, ameaças ou "resistência mesmo passiva ao cumprimento de ordens" é punido com reclusão de dois a oito anos. A possibilidade de punir até quem faz greve de fome tem sido criticada por quem atua na área de direitos humanos.

"É uma disposição culturalmente terrível, que pretende trazer de volta o cárcere de um tempo em que se estava em silêncio, trabalhando, rezando, com a cabeça baixa e os olhos no chão", diz Susanna Marietti, coordenadora nacional da Antigone, principal associação italiana de defesa de direitos no sistema penal.

Para entrar em vigor, o projeto de lei precisa ser aprovado pelo Parlamento, onde a tramitação foi iniciada em fevereiro. O governo possui maioria confortável tanto na Câmara quanto no Senado.

Depois de queda no início da pandemia, o total de detentos voltou a subir na Itália, com reflexos na taxa de superlotação e na frequência de suicídios. Desde 2020, a população carcerária cresceu 14% e corresponde hoje a quase 61 mil presos, cerca de 10 mil a mais do que a capacidade oficial, uma taxa de superlotação de 119%.

Entre os suicídios, em 2022 foram registrados 84 casos no sistema prisional, a pior marca desde 1992, quando os dados começaram a ser coletados pela associação Ristretti Orizzonti.

No início de 2023, a Itália tinha 95 detentos para cada 100 mil habitantes, segundo o Conselho da Europa, organização de defesa dos direitos humanos que reúne 46 países. No continente, encontra-se abaixo de nações como Turquia (395), Hungria (203), Portugal (116) e França (106) e acima de Alemanha (66) e Holanda (51). No Brasil, no mesmo período, eram 390 detentos para cada 100 mil.

De 2022 para 2023, o total de detentos subiu de 56 mil para 60 mil. Em fevereiro deste ano, a taxa de presos para cada 100 mil habitantes atingiu 104 –ante os 95 do mesmo período do ano anterior.

Para a coordenadora Marietti, esse aumento tem a ver com a mudança de governo em 2022, quando assumiu a coalizão de Meloni. Logo em seu primeiro decreto, foi anunciada a criação de um crime para combater a realização de festas ilegais do tipo rave, que prevê prisão de 3 a 6 anos para organizadores.

São cerca de 15 novos delitos introduzidos em quase um ano e meio de governo, alguns em vigor, outros em tramitação no Legislativo. Um pune com até 30 anos de detenção quem organiza transporte clandestino de imigrantes com destino à Itália.

Para a deputada Elly Schlein, do Partido Democrático, de oposição, há um "populismo penal", que ignora a superlotação das prisões e os suicídios. Em resposta, Meloni defendeu a política do governo. "A lotação nos cárceres se resolve aumentando a capacidade e apoiando a polícia penitenciária. E não eliminando crimes, como a esquerda fez no passado." **MO**

Biden reduz vantagem de Trump, diz pesquisa do NY Times

SÃO PAULO O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, conseguiu reduzir a vantagem de Donald Trump na corrida eleitoral deste ano, segundo uma nova pesquisa nacional feita pelo New York Times e o Siena College, divulgada neste sábado (13). Os dois estão, pela primeira vez, tecnicamente empatados, de acordo com a sondagem.

Os resultados mostram que 46% dos entrevistados votariam no ex-presidente republicano se o pleito fosse realizado naquele momento. Outros 45% dizem que sua escolha seria o democrata Biden. Os 8% restantes estão indecisos.

A margem de erro geral da pesquisa é de 3,3 pontos percentuais, para mais ou para menos. No último levantamento realizado pelo NYT, em fevereiro, Trump liderava com 48% das intenções de voto, ante 43% que optavam pelo atual presidente.

A pesquisa confirma uma tendência de diminuição da distância entre os rivais apontada pelo site Real Clear Politics (RCP), que compila vários levantamentos. O dado mais recente do RCP mostra Trump na liderança por uma diferença de 0,2 ponto percentual, 45,6% a 45,4%.

Pela série do RCP, a última vez em que os candidatos ficaram empatados foi em outubro do ano passado. Desde então, Trump sempre seguiu na liderança, ainda que por margens apertadas. A maior vantagem foi registrada no fim de janeiro, com 4,3 pontos.

Ofensas inibem colaboração latina

Troca de insultos entre presidentes mina cooperação ante problemas regionais

Sylvia Colombo
Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da **Folha** em Buenos Aires. É autora de 'O Ano da Cólera'

A tão sonhada integração latino-americana não vive bons momentos. Nas últimas semanas, houve de tudo por aqui. Ofensas e crises diplomáticas de Norte a Sul. Simón Bolívar (1783-1830), o verdadeiro personagem histórico e não a caricatura inventada por Hugo Chávez (1954-2013), deve estar revirando-se no túmulo.

Chateado diante da preocupação com a democracia na Venezuela demonstrada pelos presidentes Gustavo Petro (Colômbia) e Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), além do ex-mandatário uruguaio José "Pepe" Mujica, o homem-forte do chavismo e líder da Assembleia Nacional, Jorge Rodríguez, vociferou na rede social X: "metam suas opiniões onde elas caibam".

Desesperado para afirmar-se no poder e ter chance de uma reeleição no Equador, Daniel Noboa armou seu circo midiático ao promover a espantosa invasão da Embaixada do México para retirar dali o ex-vice Jorge Glas. Embora tenha sido criticado por quase todo o espectro político da região, Noboa está feliz, gozando de 70% de popularidade, com sua política de linha-dura.

Antes disso, o inflamado líder argentino, Javier Milei, já tinha cruzado insultos com Petro e com Andrés Manuel López Obrador (México).

Quem começou foi Petro, ao comentar a vitória do ultradireitista, em novembro: "Ganhou a extrema direita na Argentina" e "triste para a América Latina". Milei demorou, mas, recentemente, numa entrevista à CNN, afirmou que Petro era um "comunista assassino" que estaria "afundando a Colômbia". Milei fazia referência ao fato de o mandatário colombiano ter integrado a guerrilha M-19 no passado.

Petro terminou, esquentado, ordenando a expulsão dos diplomatas argentinos da embaixada do país em Bogotá. Por sorte, ambas as chancelarias atuaram rápido, e um comunicado reafirmando as boas relações entre os dois países foi emitido.

Nesse meio-tempo, porém, AMLO (como é conhecido o líder mexicano) já tinha se envolvido na polêmica. Milei já havia afirmado que ele era um "ignorante", uma vez que o mexicano tinha dito que o argentino era um 'fascista conservador".

Já o Chile está em fricção com a Venezuela por conta das declarações do chanceler Yvan Gil, que afirmou que o Trem de Aragua não existia, que se tratava de uma "ficção midiática". A facção criminosa nascida na Venezuela atua no Chile, cometendo delitos como tráfico de migrantes, assassinatos, extorsão e narcotráfico.

Resultado: o presidente chileno, Gabriel Boric, chamou seu embaixador em Caracas para consultas.

Nada disso, é claro, ocorreu cara a cara; a maioria dos insultos trocados por esses líderes se deu por meio de redes sociais, essencialmente na rede X.

O mais lamentável é que essa batalha virtual pode impactar de modo concreto na vida dos latino-americanos. Vivemos numa época em que o crime organizado vem se internacionalizando. Facções como a mencionada Trem de Aragua, os cartéis colombianos, o de Sinaloa (México), o PCC (Brasil) estendem suas redes criminosas desconhecendo as fronteiras.

Uma das principais razões pelas quais há tantos migrantes saindo da América do Sul em direção aos EUA é a violência. São mães que não querem ter filhos recrutados à força, comerciantes vítimas de extorsão, territórios aonde o Estado não chega. Isso leva milhares às trilhas para o país do Norte.

Aparentemente, a violência verbal desses mandatários no mundo virtual soa como algo pitoresco e é levada muitas vezes na piada. Mas, na prática, está fechando canais de contato e inibindo as colaborações em problemas sérios da região.

| DOM. Sylvia Colombo | TER. **Mundo Leu** | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

Megassequestro ainda assombra Nigéria

Dez anos após ação do Boko Haram, mais de cem raptadas continuam desaparecidas; prática se tornou comum no país

Guilherme Botacini

SÃO PAULO Há dez anos, o sequestro de 276 meninas pelo grupo terrorista islâmico Boko Haram em uma escola secundária em Chibok, cidade majoritariamente cristã no nordeste da Nigéria, extrapolou as fronteiras e virou uma campanha global pela libertação das garotas. O crime, no entanto, ainda assombra o país pelas suas consequências, ao mesmo tempo que é apontado por familiares das vítimas como um caso esquecido pelo governo.

A começar pelo básico: 112 sequestradas ainda não foram recuperadas, e seu destino é incerto. Naquela noite de 14 de abril de 2014, homens armados invadiram uma escola só de meninas na cidade e levaram as capturadas em caminhões para a floresta de Sambisa, próxima dali.

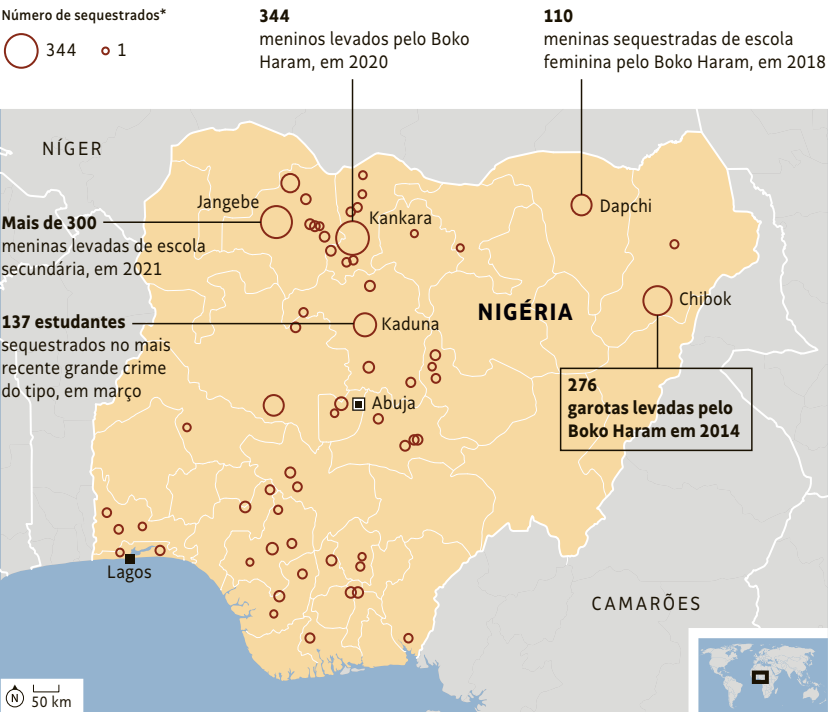
Foram 57 as que fugiram, ainda durante o sequestro, pulando dos caminhões, ou nas primeiras semanas de cativeiro na mata, de acordo com o grupo ativista #BringBackOurGirls (tragam de volta nossas meninas, em inglês). Outras 107 foram libertadas em negociações, principalmente em 2016 e 2017. Das 112 restantes, segundo o movimento, não se sabe quantas estariam ainda com o grupo terrorista ou mortas.

A hashtag da qual surgiu o grupo de pressão pela libertação das sequestradas foi compartilhada ao redor do mundo depois do crime, inclusive por gente como a vencedora do Nobel da Paz Malala Yousafzai e a então primeira-dama dos EUA, Michelle Obama.

Foi naquele momento, quando a era das redes sociais dava seus primeiros passos mais robustos, que a percepção da violência do grupo jihadista criado em 2009 se tornou global.

"Principalmente à noite, penso na minha filha. Nunca vou esquecê-la", disse à agência Reuters Solomon Maina, pai de uma das sequestradas que nunca retornaram.

Há ainda, para as que são resgatadas, a dificuldade de reintegração à comunidade após tantos anos cativas. Algumas sofrem com o estigma de terem passado pelo cativeiro, onde sobreviventes relatam ter havido estupros e casamentos forçados.

Sequestros na Nigéria seguem em alta dez anos após crime do Boko Haram

*Crimes em que não se sabe o número de sequestrados não foram incluídos
Fontes: The Guardian e Acled

Em relato ao britânico The Guardian, Amina Ali Nkeki, a primeira das meninas do grupo que permaneceu anos cativo a escapar da floresta, em 2016, conta que se casou com um dos sequestradores, que mais tarde fugiu com ela, com medo de ser explorada sexualmente. Hoje, cursando universidade e separada, ela cria a filha de oito anos, que sofre bullying e é chamada de "filha do Boko Haram".

A década que se passou desde o crime de Chibok foi polvilhada de novos ataques do tipo pelo grupo jihadista, alguns maiores do que aquele de 2014, principalmente nos estados do norte, mais pobres e de população rural, marginalizada e, majoritariamente, muçulmana.

De acordo com a ONG Human Rights Watch, em 2021 o governo nigeriano adotou uma política pública com o objetivo de aumentar a segurança em escolas. Particularmente nos últimos meses, no entanto, provando a ineficácia de medidas tomadas, a prática voltou a crescer. Apenas em uma semana de março, ao menos 564 foram sequestrados, segundo a ONU.

David Gray/AFP

ATAQUE A FACA EM SYDNEY DEIXA AO MENOS SEIS MORTOS

Um homem com uma faca atacou e matou seis pessoas neste sábado (13), em um shopping de Sydney, na Austrália. O agressor, identificado como Joel Cauchi, 40, foi baleado e morto por um policial. O episódio ocorreu às 16h do horário local (3h em Brasília) e causou pânico entre os frequentadores, que saíam em choque (foto). Em entrevista coletiva, a agente da polícia de Nova Gales do Sul Karen Webb afirmou que cinco das seis vítimas eram mulheres. O ataque também deixou oito feridos, entre eles um bebê de nove meses, levados para um hospital. Até a conclusão desta edição, a polícia não acreditava em ato terrorista.
"Este foi um ato horrível de violência, atingindo indiscriminadamente pessoas inocentes que estavam em um sábado comum fazendo suas compras", afirmou o primeiro-ministro, Anthony Albanese. A Austrália tem algumas das leis de armas e facas mais rígidas do mundo, e ataques como o deste sábado são raros.

Gestão Lula não retomou nenhuma das 3.700 obras de educação paradas

Governo federal diz que processo burocrático é longo e que depende da agilidade dos municípios

Paulo Saldaña

O presidente Lula e o ministro da Educação, Camilo Santana, em evento para jornalistas em Brasília Gabriela Biló - 26.jan.2024/Folhapress

BRASÍLIA O governo Lula (PT) ainda não reiniciou nenhuma das 3.783 obras de educação básica paradas em todo país após quase um ano do anúncio de um grande plano para destravar as construções.

O MEC (Ministério da Educação), comandado por Camilo Santana, não conseguiu fechar um único contrato com prefeituras para permitir a retomada.

Reiniciar obras paradas, sobretudo de creches, é uma promessa do presidente desde início do governo. Lula planeja eventos pelo país para inaugurações e o tema é tratado como prioridade no Palácio do Planalto.

Até agora, no entanto, o MEC não deu início a nenhuma obra com recursos federais desde o início do governo. Somente foram finalizadas das construções que já estavam em execução.

O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) diz, em nota, que o processo envolve várias etapas burocráticas, dependendo também de agilidade dos municípios. Afirma também que 46 projetos (1%) já estão prontos para assinatura do novo termo com o governo federal.

Ligado ao Ministério da Educação, o fundo é responsável pelas transferências e repactuações dos contratos.

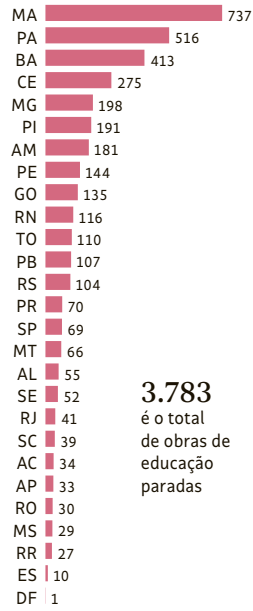
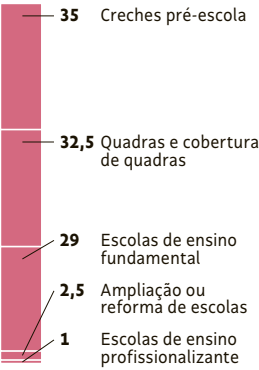
Nesse modelo, o governo federal financia as construções e os processos de contratação são tocados pelas prefeituras e estados —que só conseguem iniciar os trâmites, como licitações, depois de firmar termos com a União.

Essas quase 4.000 obras paradas, e que continuam abandonadas no governo Lula, estão em 1.664 municípios. Ao todo, 80% delas estão nas regiões Norte e Nordeste. Metade dos esqueletos de construções está em quatro estados: Maranhão, Pará, Bahia e Ceará —que foi governado por Camilo até 2022.

Seis em cada dez obras paradas são de construções de escolas, mas há também quadras, coberturas, reformas e ampliações de salas de aula. Todas essas ações beneficiariam 741 mil alunos, de acordo com dados oficiais obtidos pela **Folha**.

A construção de novas creches é um dos maiores desafios do país.

Cerca de 2,3 milhões de crianças até 3 anos estão fora de creches por dificuldade de acesso, o equivalente a 20% do total da faixa etária, segundo levantamento do Movimento Todos Pela Educação.

E é da educação infantil o maior volume de construções abandonadas. São 1.317 obras paradas nessa área, o equivalente a 35% do total.

O ministro Camilo Santana anunciou o pacto pela retomada das obras em abril de 2023, no Congresso. Em maio de 2023, o governo publicou uma medida provisória para permitir a repactuação de obras contratadas com dinheiro federal, considerando reajustes nos valores contratados inicialmente.

Com isso, prefeituras de todo país cadastraram milhares de obras. Em novembro, uma lei foi sancionada com aquilo que, no geral, estava na medida provisória. Na sequência, mais municípios aderiram ao pacto.

Assim, de 5.600 obras de educação abandonadas pelo país, houve manifestação dos entes para repactuar 3.783. O FNDE, entretanto, não conseguiu vencer todos os trâmites burocráticos de nenhuma delas até agora —uma outra parte de obras entrou no âmbito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A avaliação de integrantes do governo é de que houve falhas de gestão e, sobretudo, falta de equipes no fundo para tocar com agilidade as diligências técnicas. A lentidão tem provocado pressões dentro do governo contra o ministro da Educação, segundo relatos colhidos no Planalto e na Casa Civil.

A própria expectativa de Lula com o tema é o que mais infla as pressões. Ele tem falado disso desde a primeira reunião ministerial, em 6 de janeiro de 2023.

“Temos 4.000 obras na área de educação paralisadas”, disse Lula na ocasião. “A gente vai ter que colocar a mão na massa para que a gente possa produzir e reconstruir melhorando a educação”.

A avaliação no governo é de que o cenário tem desgastado a presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba —o cargo é alvo de partidos do centrão. A **Folha** mostrou na semana passada que o órgão atrasou o pagamento de recursos de transporte escolar para todo país.

Com a nova regra de reajuste dos contratos, a estimativa é que a retomada de todas as obras custe R$ 3,9 bilhões. O FNDE já desembolsou R$ 2,3 bilhões nesses projetos interrompidos.

Os maiores motivos para que obras públicas sejam interrompidas são erros em projeto de engenharia e interrupção de pagamentos por parte do governo federal.

Do total de obras, 90% foram iniciados há pelo menos dez anos (entre 2007 e 2014), ainda nos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff. Somente 5% são de contratações feitas após 2019.

O governo Jair Bolsonaro (PL) reduziu orçamentos, travou repasses e não conseguiu mudar a situação. Mas praticamente todas as obras paralisadas atualmente já estavam dessa forma quando ele assumiu.

Em nota, o FNDE afirmou que a repactuação prevê “diligências técnicas iniciais e complementares, além de prazos amplos para que os entes possam ter tempo hábil de resposta”. No início do mês, o órgão publicou ato permitindo novo prazo limite para que os municípios respondam as diligências técnicas

“A retomada depende em larga medida da proatividade dos entes federativos no levantamento e envio da correta documentação e cumprimento de todas as etapas e diligências”, afirma o fundo.

O FNDE também disse que o lapso temporal entre a perda da vigência da medida provisória e a sanção da lei provocou maior demora no processo. “Atualmente, temos 875 obras em análise pelo FNDE, enquanto 2.662 estão em diligência, que é quando o ente já teve os documentos analisados pelo FNDE, mas precisa retornar corrigindo ou incluindo algo”, diz a nota.

Sobre falta de equipe, o órgão afirma que está em processo de contratação de 40 profissionais e também há previsão de 60 contratados de forma temporária.

Desde o ano passado o ministério da Educação tem acelerado o pagamento de recursos atrasados pelo governo Bolsonaro em obras em andamento. Foram repassados R$ 650 milhões para a finalização de novas 631 obras educacionais ao longo de 2023 —mas esses projetos estavam todos em andamento, não contemplando obras paradas.

Todos os estados têm construções escolares paralisadas que aguardam repactuação

Fonte: Simec

> A retomada depende em larga medida da proatividade dos entes federativos no levantamento e envio da correta documentação e cumprimento de todas as etapas e diligências
>
> **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** em nota

Tarcísio veta programa de apoio a professores vítimas de violência em escolas de São Paulo

Isabela Palhares

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) vetou um programa que criava uma série de ações de apoio psicológico e financeiro para professores e funcionários vítimas de violência escolar. O projeto de lei havia sido aprovado no fim de fevereiro por unanimidade na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo).

O Programa de Proteção e Apoio ao Profissional da Educação Vítima de Violência tem como objetivo assegurar direitos aos servidores, como afastamento temporário das atividades escolares, atendimento psicológico continuado, fornecimento de medicamentos e a garantia de irredutibilidade dos salários em caso de afastamento médico.

De autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL), o programa previa o suporte a todos os profissionais da educação, independentemente da forma de contratação. Ou seja, seria válido para professores efetivos e temporários e para funcionários terceirizados.

O governador justificou o veto argumentando que o estado já possui programas com a mesma finalidade, o Conviva e o Psicólogos na Escola.

“Registro, inicialmente, que a mesma ordem de preocupações tem orientado a política adotada pelo governo do estado com relação ao sensível assunto em pauta [...] cito, o programa Conviva, implementado pela Secretaria de Educação, para transformar todas as escolas em um ambiente de aprendizagem solidário, colaborativo, acolhedor e seguro”, diz o documento assinado por Tarcísio e encaminhado à Alesp.

Apesar da justificativa do governador, nenhum dos dois programas existentes prevê amparo financeiro ou garante o afastamento sem prejuízos aos professores vítimas de violência.

A **Folha** mostrou que, um ano após o ataque à escola Thomazia Montoro, duas professoras feridas ficaram sem emprego, não receberam atendimento psicológico nem apoio para comprar medicamentos para os transtornos que desenvolveram após o episódio de violência.

Ana Célia da Rosa, 59, foi atingida por 17 facadas dentro de sala de aula. Ela não recebeu indenização pela violência sofrida e ficou sem emprego no início desse ano, porque é contratada de forma temporária. Também vítima do ataque, Rita Reis, 68, não conseguiu mais voltar para a sala de aula devido a problemas psicológicos que desenvolveu após a agressão. Ainda assim, ela não pôde se aposentar ou trocar de cargo.

“Esse veto mostra o desprezo com as professoras esfaqueadas nas escolas que ficaram doentes, tiveram gastos com médicos, psicólogos, remédios e ainda perderam os seus empregos”, disse Giannazi. Ele diz que vai mobilizar os deputados para derrubar o veto do governador.

O programa, vetado por Tarcísio, assegurava aos professores o direito de se afastarem das atividades escolares enquanto estivessem sob tratamento pelo dano emocional ou físico provocado pela violência. Também assegurava que pudessem pedir a transferência de cargo.

Caso o projeto já existisse, Ana Célia e Rita poderiam receber esses apoios e não ficariam sem emprego. Outra justificativa usada por Tarcísio para vetar o programa é a de que a proposta “busca disciplinar temas atinentes a servidor público”, o que não seria de competência do Legislativo.

“A propositura contém dispositivos, que estabelecem comandos específicos destinados à administração pública, determinando ao administrador público o que fazer e como fazer, acabando por interferir no domínio exclusivo do poder executivo”, diz o documento.

Trecho da Anhanguera com remendos no asfalto; rodovia vai passar por recapeamento a partir de maio Rubens Cavallari/Folhapress

Anhanguera e Bandeirantes vão ficar dois anos em obras

Trânsito deve aumentar durante esse período; recapeamento custará R$ 1 bi

Claudinei Queiroz

SÃO PAULO A partir do dia 1º de maio, o Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto por duas das principais rodovias paulistas que ligam São Paulo ao interior do estado, passará por obras de recuperação e recapeamento de 100% de suas pistas.

A reforma usará o asfalto-borracha, considerado o mais resistente do mercado, e deve demorar dois anos para ser finalizada, a um custo de R$ 1 bilhão. A previsão é que obras levem ao fechamento de uma ou duas faixas em alguns trechos, o que deve diminuir a velocidade média dos veículos e aumentar o trânsito e o tempo de viagem.

A quinta e maior intervenção no sistema desde o início da concessão da CCR AutoBAn, em 1998, será realizada em todas as faixas dos 159 quilômetros de extensão da rodovia dos Bandeirantes (SP-348) e nos 147 quilômetros da Via Anhanguera (SP-330) sob administração da concessionária, além de sete quilômetros na rodovia Adalberto Panzan (SPI-102/330), em Campinas, e o trecho de dois quilômetros da rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (SP-300), em Jundiaí.

Ao todo, o projeto prevê a recuperação de aproximadamente 2.100 quilômetros de faixas de rolamento e acostamento dessas rodovias, além de pontes e acessos, o que deve influenciar diretamente na viagem dos cerca de 850 mil veículos que passam diariamente pelo sistema viário, principalmente, entre a capital e Campinas.

Como a última grande obra de recuperação das rodovias foi em 2012, muitos trechos apresentam remendos e rachaduras cobertas, embora sem interferir no desempenho dos veículos.

O planejamento da concessionária prevê até 13 frentes trabalhando simultaneamente, em faixas de até 500 metros, para conseguir cumprir toda a obra no prazo de dois anos. O prolongamento da rodovia dos Bandeirantes depois de Campinas tem tráfego menor e poderá ter trabalhos também durante o dia, mas na maior parte a operação será no período noturno, das 21h às 5h, informa a AutoBAn.

A previsão é que sejam fechados trechos de uma ou duas faixas em cada período para a obra.

"De São Paulo a Campinas o motorista vai passar pelo menos por quatro frentes de obras. Ao todo, serão 13 frentes trabalhando simultaneamente em todo o percurso", diz Keller Rodrigues, gerente da concessionária.

Ele afirma que, em alguns pontos, serão feitas obras de fresagem e composição, ou seja, retirar de 20 cm a 25 cm do pavimento para refazê-lo. Em outros, no entanto, onde a estrutura do pavimento está em boas condições e tem boa capacidade de carga, apenas o recapeamento será feito, aplicando cerca de 3 cm de asfalto sobre o antigo.

Rodrigues também pede paciência aos motoristas. "Peço que os motoristas se atentem e respeitem essa sinalização. Todos os canais de comunicação da AutoBAn estarão à disposição para o motorista saber onde vai ter obra, quais as condições da pista, se haverá obra no trajeto da viagem etc.", diz Rodrigues. Ele afirma que o plano de sinalização prevê placas luminosas dois quilômetros antes de trechos em obra.

O recapeamento faz parte do programa de investimento de R$ 4,5 bilhões planejado em 2024 pela CCR Rodovias em suas concessões em todo o país, que totalizam 3.615 km em cinco estados.

Para pagar todo esse custo, a concessionária conta com a receita obtida nos pedágios de suas rodovias. Só no Sistema Anhanguera-Bandeirantes são oito praças de pedágio, que cobram passagens de R$ 8,20 a R$ 12,40, de acordo com a região. Segundo a CCR AutoBAn, seu faturamento bruto em 2023 foi de R$ 3,306 bilhões.

Obras de recapeamento do sistema Anhanguera-Bandeirantes

Cordeirópolis, Mogi Mirim, Limeira, Amparo, Campinas, Atibaia, Jundiaí, Itu, Sorocaba, Guarulhos, São Paulo — 10 km

Dados cartográficos ©2024 Google

Rodovia	Extensão
1 Bandeirantes (SP-348)	159 km
2 Via Anhanguera (SP-330)	147 km
3 Adalberto Panzan (SPI-102/330) Campinas	7 km
4 Dom Gabriel Paulino Bueno Couto (SP-300) Jundiaí	2 km

2.100 km é o total de faixas de rolamento e acostamento das rodovias que serão recapeadas

Material necessário

41,9 mil toneladas de massa asfáltica por mês

500 mil toneladas de pedrisco

1,3 milhão de pneus para mistura no asfalto

500 mil tachas refletivas nas vias

R$ 1 bilhão é o valor total da obra

Duração da obra: 24 meses (a partir de 1º.mai)

Até 13 equipes estarão trabalhando simultaneamente em diversos trechos das rodovias. Nas regiões de maior volume de tráfego, principalmente entre São Paulo e Campinas, os trabalhos serão realizados no período noturno, das 21h às 5h

Fonte: CCR AutoBAn

Novo asfalto será produzido a partir do resto de pneus

No recapeamento das rodovias, a AutoBAn vai utilizar o asfalto-borracha, que possui em sua composição o pó de borracha proveniente de pneus inservíveis.

Ele é chamado de ecológico porque é uma forma de retirar da natureza os pneus que não têm mais utilidade. Só para este trecho de obras é estimado o uso de quase 1,3 milhão de pneus.

Essa tecnologia já é usada nos EUA e na Europa desde os anos 1960 e chegou ao Brasil no início dos anos 2000. Alguns trechos do próprio Sistema Anhanguera-Bandeirantes já possuem o composto, o que agora será padronizado em todas as pistas.

"É um pavimento que custa um pouco mais caro que o convencional porque tem todo o trabalho de encaminhar os pneus e o processo de fazer ele virar pó de borracha na mistura do asfalto. Por ter atrito diferente e menor ruído, tem durabilidade maior que depende naturalmente do tráfego. Mas, no mínimo, ele é 20% mais durável que o convencional", diz Keller Rodrigues, gerente da concessionária.

O engenheiro João Merighi, do Instituto Federal de São Paulo, porém, coloca em dúvida essa defesa do asfalto-borracha. Ele afirma que faltam pesquisas científicas para determinarem o seu custo-benefício.

Asfalto ruim e queda de rocha deixam crítica estrada Cunha-Paraty

Reginaldo Pupo

PARATY (RJ) Aproveitar as belas praias e ilhas de Paraty, no litoral fluminense, vem exigindo cada vez mais atenção dos motoristas que trafegam pela RJ-165, conhecida como rodovia Cunha-Paraty, que liga São Paulo ao Rio.

A via apresenta condições precárias, com falta de sinalização em trechos que oferecem riscos aos usuários. Motoristas relatam também assaltos e arrastões.

Em nota, o DER-RJ (Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro) diz que monitora os serviços de conservação da via e que vem investindo R$ 97,2 milhões para recuperar o pavimento.

A RJ-165, que corta o Parque Nacional da Serra da Bocaina, é a principal rodovia de acesso a Paraty para motoristas que saem da cidade de São Paulo, do Vale do Paraíba e da região sul fluminense.

No total são 45 km de extensão, sendo 15 km de serra — é exatamente este trecho, no Rio, o mais problemático. A descida exige muita atenção e habilidade dos motoristas, já que em diversos pontos é possível a passagem de um veículo por vez, nos dois sentidos. Sem visibilidade, é preciso buzinar para avisar os carros do sentido contrário. O trânsito de caminhões, carretas e ônibus é proibido.

O leito carroçável é repleto de buracos. Em todo o trecho de serra é possível observar no acostamento, nos dois sentidos, calotas que se desprendem das rodas dos veículos.

No dia 8 de março, uma pedra gigantesca se desprendeu e rolou para o asfalto, interditando um pouco mais de meia pista da serra sentido Cunha, devido às chuvas. Nenhum carro foi atingido.

Para auxiliar na liberação do tráfego, um grupo de voluntários dos dois municípios chegou até o trecho para cortar com motosserras os galhos que desceram junto com a rocha.

Desde 2018 os cerca de 70 membros do SOS Paraty-Cunha realizam intervenções no trecho de serra, no lado fluminense, para amenizar os problemas.

Em nota, o DER-RJ disse que, por ser uma área de reserva ambiental e rica em biodiversidade no entorno da via, o trecho requer mais atenção, "visando a segurança não só de quem trafega no local, mas também de animais silvestres".

Sobre a pedra, o órgão afirmou que fez a remoção e que a via foi liberada.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Árbitro fez do futebol seu projeto de vida

MARCO ANTÔNIO MARTINS (1966 - 2024)

Mauren Luc

CURITIBA A vida de Marco Antônio Martins esteve sempre ligada ao futebol. Começou a carreira como ponta direita na Portuguesa do bairro Pantanal, em Florianópolis (SC), onde nasceu. Depois se graduou filosofia e direito, mas trocou os cursos pela carreira de árbitro, pela qual atuou em grandes jogos.

"Marquinho foi presidente do Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de Santa Catarina (Sinafesc) e da Anaf (Associação Nacional dos Árbitros de Futebol). Entrou na FCF (Federação Catarinense) em junho de 2017 para comandar o recém-criado Departamento de Arbitragem. Foi eleito vice-presidente da entidade em 2018 e em 2022", diz nota da CBF.

Ele exercia o cargo de vice-presidente da FCF, pela qual atuou como árbitro por 15 anos. Martins também ficou no quadro da CBF por 10 anos.

"Além de uma grande pessoa, foi um profissional de alto nível. Estava fazendo um trabalho brilhante na nossa arbitragem, com organização e evolução constante", disse o atual presidente da federal-cai, Rubens Angelotti.

O árbitro ocupava ainda o cargo de servidor técnico-administrativo em educação no Centro de Desportos da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

A inspiração para a arbitragem veio do pai e do irmão mais velho, Manuel Martins, que recorda a infância difícil que tiveram na capital catarinense, com a morte prematura dos pais. "Ele deu o sangue para chegar onde chegou, e foi por mérito, por esforço próprio, com muito trabalho e perseverança."

Comprometido com as dificuldades alheias, Marco era sensível, humilde e muito ligado à família.

"Ajudou muita gente, quem ele gostava e até quem não gostava dele. Tinha um coração enorme", lembra o amigo Sandro Rodrigues, da FCF.

O também amigo Cantucho João Setubal conta que Marco era um grande articulador dentro da federação catarinense, transitando por todos os departamentos, com grande poder de argumentação e convencimento. Foi destaque no apoio e treinamento da arbitragem feminina na região Sul.

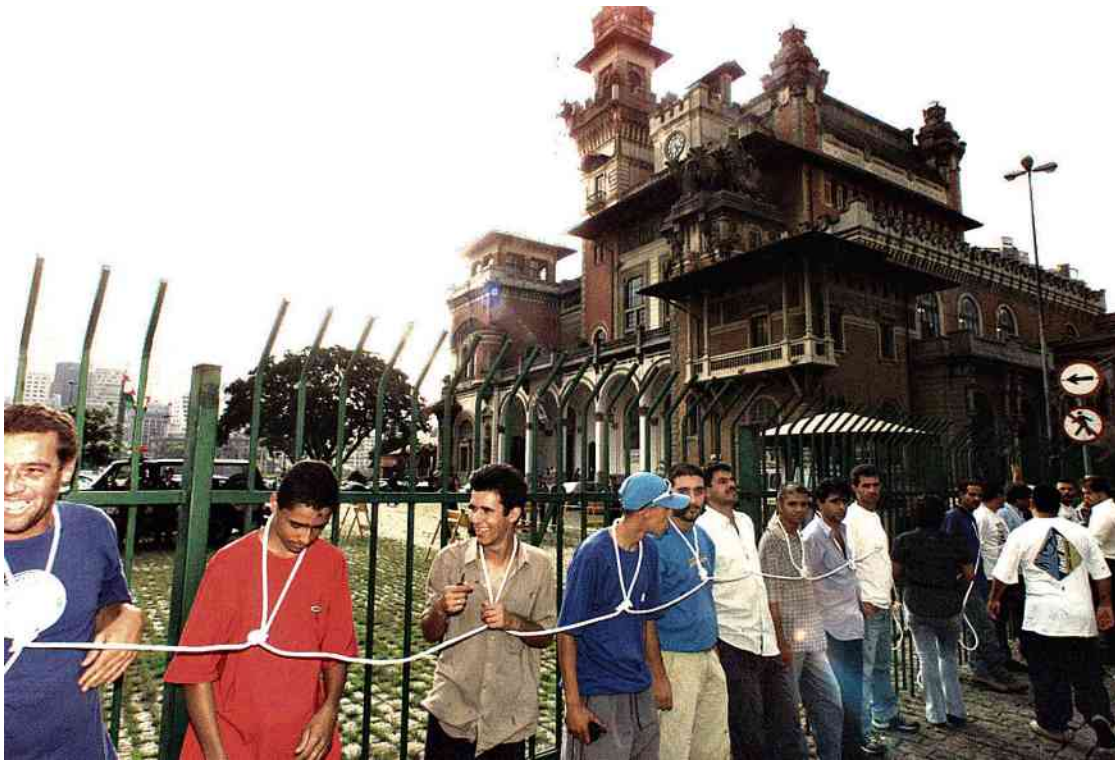
"Ele era generoso, sensível, bondoso, otimista, incentivador, líder nato, amigo, leal, sincero; com enorme capacidade de adaptação a qualquer ambiente", comenta Setubal.

Os encontros eram sempre regados a muito futebol e análises. "O que ele mais gostava era ver um jogo que envolvia os árbitros sob seu comando, para fazer as críticas depois", pontua o irmão.

Marco morreu em 17 de fevereiro, de infarto. Deixa a esposa, duas filhas e dois irmãos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Perueiros protestam contra cancelamento de licitação pela gestão Marta Suplicy em 2001 Jorge Araújo - 22.mar.2001/Folhapress

Conexão do PCC com transporte remonta à história de perueiros

Operação Fim da Linha é capítulo novo de novela que atravessa diversas gestões da prefeitura paulistana

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Se surpreende pelas cifras que chegam a R$ 1 bilhão, a investigação coordenada pelo Ministério Público contra um suposto esquema de lavagem de dinheiro em empresas de ônibus para o PCC (Primeiro Comando da Capital) é o capítulo novo de uma história antiga na cidade de São Paulo.

Entre os mandados de prisão da operação Fim da Linha, deflagrada na última terça (9), estão, por exemplo, os nomes de Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, preso, e Silvio Luiz Ferreira, o Cebola, que está foragido. Ambos, segundo a Promotoria, têm ligação com o PCC e com as antigas classes de perueiros.

Há três décadas, o transporte alternativo nem sequer havia se proliferado na capital paulista. Em 1992, a operação de ônibus havia sido municipalizada pela então prefeita Luiza Erundina (no PT à época) para modernizar a frota e o serviço. Antes, em 1990, um decreto da prefeitura havia autorizado o transporte por lotação, que operava principalmente dentro dos bairros.

Mas, em maio de 1992, quando a operação municipalizada havia engrenado sob a CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo), Erundina, hoje deputada federal pelo PSOL, enfrentava a maior greve já registrada no transporte de São Paulo. Foram nove dias de paralisação, observados pelas grandes empresas da época —Ruas, Belarmino e Constantino.

No ano seguinte, a gestão de Paulo Maluf (então no PDS) iniciou estudos para reverter a municipalização e privatizar a CMTC, que daria lugar, em 1995, à SPTrans, responsável por gerir o transporte.

O fim da CMTC deixou um vácuo na oferta de transportes, já que os contratos foram renegociados de novo com as empresas. Ao longo da década de 1990, os perueiros ocuparam esse espaço.

As kombis clandestinas lotadas de passageiros viraram parte da rotina. Em 1997, primeiro ano do mandato do prefeito Celso Pitta (então no PPB), a cidade convivia com protestos dos motoristas e negociações para tentar organizar a operação que, na época, contava com 15 mil perueiros —2.700 deles legalizados.

Sem conclusão, a questão se arrastou. Dois anos depois, em 1999, perueiros queimavam um ônibus enquanto a Câmara aprovava um projeto para regularizar até 4.100 motoristas.

O projeto também permitia o desenho de uma licitação para a concessão de linhas, obrigando os motoristas a adotarem padrões de segurança e trajeto. Era o começo de um processo que só seria concluído na gestão de Marta Suplicy (PT), a partir de 2001.

Pitta ainda enfrentou um processo de impeachment pelo chamado Pittagate, que não chegou a tirá-lo definitivamente do cargo. Após um período de afastamento, em 2000, chegou a ser carregado nos braços dos perueiros, que ganharam naquele ano um alvará temporário, de volta à prefeitura.

Já no setor de ônibus, uma nova licitação do transporte, concluída em 2003, dividiu a cidade em oito lotes e permitiu que consórcios formados por cooperativas de profissionais autônomos aderissem ao novo sistema para receberem os repasses da prefeitura. Foi então que os perueiros, que cresceram na ilegalidade, passaram para o lado oficial do serviço.

Mas práticas como o uso de apoio político, o pagamento de propina e de proteção, além da lavagem de dinheiro, continuaram no meio, segundo autoridades.

Pandora, alvo da operação Fim da Linha, chegou a ser preso em 2006, quando presidia a CooperPam, uma associação de perueiros, sob a acusação de ter financiado uma tentativa frustrada de resgate de um integrante da facção criminosa. A Cooperpam foi incorporada anos depois à Transwolff, uma das empresas investigadas agora.

Já Cebola foi preso em flagrante em 2012 com mais de meia tonelada de maconha na garagem da extinta cooperativa Paulistana G2, na zona norte de São Paulo, que depois daria origem à Qualibus e, em seguida, à UPBus, a outra empresa da operação. Solto após decisão da Justiça, nunca mais foi encontrado.

Anos depois, em 2014, na gestão Fernando Haddad (PT), o deputado estadual Luiz Moura (PT) foi flagrado pela polícia em um encontro na Transcooper no qual estavam 13 integrantes do PCC. À época, negou qualquer ligação com facções criminosas.

O secretário de Transportes no período era Jilmar Tatto. O hoje deputado federal pelo PT bancou quase um terço da campanha de Moura a deputado estadual em 2010.

Tatto, assim como o presidente da Câmara de São Paulo, Milton Leite (União Brasil), foi incluído como testemunha na operação Fim da Linha.

O problema não ficou restrito à cidade de São Paulo. Operações semelhantes também aconteceram na região metropolitana, como uma investigação da Polícia Civil contra a Coopertab e a Coopergente, de Taboão da Serra, em setembro de 2009.

A suspeita era de que dois vereadores da cidade, Valdevan Noventa e José Luiz Eloi (à época presidente da Câmara de Taboão da Serra), eram usados para lavar dinheiro do tráfico em Paraisópolis, na capital, e em cidades do sul da Grande São Paulo.

Dados da investigação

Principais empresas
Transwolff e UPBus

Patrimônio de investigados:
R$ 148 milhões

Movimentação no esquema:
R$ 732 milhões
entre 2020 e 2022

Circulação:
700 mil
passageiros por dia

Frota envolvida:
1.500 ônibus

PM que atuava na região da cracolândia é condenado a 11 anos de prisão por tráfico

Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO O soldado da Polícia Militar Geovany Jorge Alves da Silva Junior, 38, foi condenado a 11 anos de prisão pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico. Em manifestação no processo, a defesa do PM nega a acusação.

Silva Junior foi preso em 17 de agosto de 2023 por PMs da Rota durante uma ação em uma oficina mecânica na alameda Dino Bueno, no centro de São Paulo, quando foram encontradas porções de maconha dentro de um veículo que seria dele.

A oficina fica a poucos metros da concentração de dependentes químicos conhecida como cracolândia e a poucos passos do 13º batalhão, onde o PM servia como motorista do tenente-coronel comandante da unidade.

Frequentadores da cracolândia na rua dos Gusmões, centro de SP Felipe Iruatã - 29.out.2023/Folhapress

A investigação à época afastou a possibilidade de o comandante saber do esquema ilícito. Cerca de um mês após a **Folha** revelar o caso, a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) trocou o comando do batalhão.

Silva Junior ingressou na PM há oito anos. Ele já estava preso no Presídio Militar Romão Gomes, na zona norte da capital, aguardando julgamento.

Procurada, a PM afirmou que todas as circunstâncias relacionadas aos fatos foram investigadas por meio do Inquérito Policial Militar.

A ação na oficina também resultou na prisão de um mecânico de 31 anos, apontado responsável pelo imóvel onde havia cerca de 3,2 kg de maconha. Ele foi condenado a oito anos de prisão. A defesa nega que ele tenha cometido o crime, conforme o processo.

O escritório de advocacia que defende Silva Junior pediu sua absolvição. "O interrogado nega peremptoriamente a prática criminosa, de modo ainda que, quando da sua prisão em flagrante, nenhuma substância entorpecente foi encontrada em sua posse", diz trecho do documento. Para a defesa, a única ligação do soldado com as drogas foi a palavra do mecânico.

Já a defesa do mecânico sustentou que a droga pertenceria ao policial militar. A reportagem não conseguiu contato com os advogados citados no processo.

Para a Promotoria, a quantidade de droga apreendida indica que as partes estariam "articuladas com rede de crime organizado que mantém e abastece pontos de venda de entorpecentes na cidade".

Segundo a denúncia, o PM era responsável por conseguir a droga e levar até a oficina, onde a maconha era escondida dentro de veículos que ficam no estacionamento.

Na oficina os investigadores também encontraram uma balança de precisão.

Governo do Rio corta subsídio e eleva tarifa de metrô a R$ 7,50

RIO DE JANEIRO A tarifa do metrô do Rio de Janeiro foi reajustada na sexta-feira (13) em 8,6%, atingindo o valor de R$ 7,50, ampliando a distância de outras capitais como a mais cara do país. Pessoas com renda de até R$ 3.205,20, porém, seguem pagando R$ 5.

O governo Cláudio Castro (PL) decidiu interromper o subsídio de R$ 0,30 que dava a todas as tarifas junto com o aumento aprovado pela Agetransp (agência reguladora dos transportes públicos no estado). Assim, o reajuste superou a inflação do último ano (4,5%).

O RJ voltou a ser o único estado a não fazer subsídio universal da tarifa do metrô, o que ajuda a mantê-la como a mais cara do país.

O governo fluminense tem, contudo, um programa de tarifa social, voltado para pessoas com renda mensal de até R$ 3.205,20. Nesse caso, a passagem está mantida em R$ 5, o mesmo cobrado no metrô de São Paulo.

A tarifa cheia do metrô até esta sexta era de R$ 7,20, mas os passageiros pagavam apenas R$ 6,90 porque R$ 0,30 eram subsidiados pelo governo —no caso daqueles que não participam do programa da tarifa social. O complemento universal passou a ser dado em 2022, para mitigar a crise financeira causada pela pandemia de Covid-19.

A Agetransp autorizou o aumento de 4,5% na tarifa do metrô, atingido R$ 7,50. O governo, ao mesmo tempo, decidiu extinguir o subsídio universal, mantendo apenas o valor da tarifa social.

Adams Carvalho

Isso sim é ridículo

Morto não treme, não gagueja, não tem branco

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Por Quem as Panelas Batem"

Numa pesquisa, perguntaram do que as pessoas tinham mais medo. Acredite se quiser: "morrer" ficou em segundo lugar. O que pode ser pior do que a morte? De acordo com os milhares de entrevistados: "falar em público".

Nesta semana, tive que apresentar um projeto diante de uns 30 executivos do audiovisual, no Rio de Janeiro. A agente de viagem me perguntou se era tudo bem para mim voar em avião pequeno. Se a leitora ou o leitor, porventura, algum dia, for confrontada(o) com essa questão, faça um favor a si própria(o), não deixe de perguntar "quão pequeno?". Fui pro Rio num teco-teco a hélice, monomotor, com nove lugares. É como voar numa Kombi. Por uma hora e 40. O serviço de bordo era um cooler no chiqueirinho. Juro. Temi pela vida, suei, mas não tremi.

Já no palco, durante os sete minutos que tive para vender o projeto, minhas pernas chacoalhavam como os braços de um boneco inflável de borracharia. Só aí entendi a pesquisa. Morto não treme. Não gagueja. Não tem branco. Não borra as calças. Não comete atos falhos como o do mestrando que "queria dedicar a tese ao meu pau. Não! Ao meu pai. Não! Ao meu orientador". Resumindo, morto não passa ridículo —e, parece, o medo de quem fala em público é ser exposto ao ridículo. Já a morte, digamos assim, em tom filosófico, "a morte é a cessação do ridículo". Ou, numa pegada mais rodrigueana, "só o morto não é ridículo!".

Fico pensando: o que será que há de tão ridículo no ridículo? Tem um episódio na segunda temporada de "Curb Your Enthusiasm" em que o Larry David está saindo com a linda atriz Lucy Liu. Tudo vai às mil maravilhas até que ele dá com a testa numa vidraça e cai estatelado no chão. O relacionamento acaba. Ele não entende. Um amigo explica: nenhum desejo sobrevive a uma testada na vidraça. É curioso —meio triste, na verdade— que nas temporadas em que está casado, Larry é grosseiro, mal-educado, às vezes até malvado com todo mundo, mas isso não mexe com a libido da esposa. Aparentemente, pirata dá tesão, pateta, não.

O Nelson Rodrigues se meteu sorrateiro lá em cima, talvez, por ser um mestre em expor nosso ridículo. Em "Toda Nudez Será Castigada", Herculano, um viúvo dilacerado pela morte da mulher, jura ao filho, Serginho, ainda mais atarantado pelo luto, que jamais irá se relacionar com outra. Tempos depois, Serginho flagra Herculano passando talco nos pés. Herculano fica desesperado. "Meu filho me condena porque eu ponho talco nos pés! Como se fosse obsceno pôr talco nos pés!". Ao que a "Tia nº 3" responde: "Nós achamos! Nós achamos!".

O silogismo do Serginho e das tias é perfeito. Quem põe talco nos pés quer evitar o chulé. O chulé só é sentido quando se tiram os sapatos. Logo, quem passa talco tá indo pra cama. Já a cena é perfeita porque revela o amor, o desejo, a suposta traição aos princípios pelo lado mais chinfrim: o medo de ter chulé. Um autor menos fino faria o filho flagrar o pai passando perfume. Bastaria pra levar a história adiante, mas não seria um comentário ferino sobre o patético da existência.

"Um comentário ferino sobre o patético da existência" é uma frase presunçosa, de nariz empinado, dessas que querem se impor não pelo que diz, mas na base da carteirada —o que só revela o medo que o autor tem de ser ridículo. Não o nego. No palco, tremia pelo temor de que enxergassem, por trás do meu discurso Boeing 747, o monomotor a hélice que o proferia. Isso sim é ridículo.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, **Giovana Madalosso** | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Governo deve buscar apoio em estados e igrejas por 'saidinha'

Marianna Holanda

BRASÍLIA O governo do presidente Lula (PT) buscará ajuda dos governadores, lideranças religiosas e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para tentar evitar a derrubada do veto ao projeto que acaba com as saídas temporárias de presos.

A proposta, aprovada no Congresso, foi parcialmente acatada pelo chefe do Executivo. Ele manteve as "saidinhas" para que os detentos possam visitar familiares em datas comemorativas.

A palavra final, contudo, será dos parlamentares. A proposta contou com o apoio da maioria do Senado e, na Câmara, teve votação simbólica.

De acordo com integrantes do governo, há a intenção de buscar lideranças nas igrejas evangélica e católica para mobilizar congressistas pela manutenção da proposta.

Há uma avaliação de que a temática de ressocialização e família possa sensibilizá-los, uma vez que muitas igrejas têm trabalho nesse segmento da sociedade.

Auxiliares palacianos esperam ainda uma oportunidade de aproximação com os evangélicos nesta conversa. A última pesquisa do Datafolha acendeu alerta do Planalto com o grupo: a reprovação, antes de 38% em dezembro, subiu no terceiro mês de 2024 para 43%.

Em outra frente, integrantes do governo devem buscar também chefes dos Executivos estaduais. A ideia será demonstrar o potencial de crises e rebeliões nos presídios, como especialistas apontam.

A coluna Mônica Bergamo mostrou que Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública) foi alertado sobre esse risco por sua equipe.

Entretanto, a iniciativa deve encontrar resistência de governadores do Sul e do Sudeste, que demonstraram apoio ao projeto aprovado no Congresso. O relator da proposta na Câmara foi o então deputado Guilherme Derrite (PL-SP), hoje secretário de Segurança Pública de São Paulo, que trabalhou pela aprovação da medida e até se licenciou do cargo à época da votação.

Lideranças do Congresso Nacional, entretanto, dão como certa a derrubada do veto. Representantes da Câmara e do Senado afirmaram à **Folha** que o veto será derrubado sem grandes dificuldades.

Para que isso aconteça, é necessária a maioria absoluta dos votos em cada uma das Casas —ou seja, no mínimo, 257 deputados e 41 senadores precisam votar a favor da derrubada do veto.

Um representante do centrão diz ainda que não será preciso fazer uma grande articulação, já que o fim da saída temporária dos presos é um tema que tem apoio da grande maioria dos parlamentares, sobretudo em ano de eleições municipais.

O benefício da saída temporária é concedido há quase quatro décadas pela Justiça a presos do sistema semiaberto que já tenham cumprido ao menos um sexto da pena, no caso de réu primário, e um quarto da pena, em caso de reincidência, entre outros requisitos.

Pela nova lei, além dos crimes hediondos, ficam vedadas "saidinhas" para condenados por crimes com violência ou grave ameaça.

Como mostrou a **Folha**, menos de 5% dos detentos que tiveram direito à "saidinha" de Natal em 2023 não retornaram aos presídios, taxa considerada baixa por especialistas.

ciência

Ilhas Maurício estudam habitat para receber dodô

Cientistas tentam recriar pássaro por meio de manipulação genética

Cláudia Collucci

PORT LOUIS No modesto Museu de História Natural de Porto Louis, capital das ilhas Maurício, no oceano Índico, os visitantes passam rapidamente pelos peixes e aves empalhadas e vão direto para a última sala onde fica a mascote do país.

Ali está um esqueleto inteiro do dodô (*Raphus cucullatus*), a ave extinta mais famosa dos últimos séculos e que hoje é protagonista de um projeto que tenta recriá-lo por meio de engenharia genética para, depois, devolvê-la à ilha natal.

Imortalizado na obra “Alice no País das Maravilhas” (1865), de Lewis Carroll, o dodô já foi tema de poemas, de animações, séries de TV, filmes e também teve sua imagem estampada em moedas mauricianas.

A ave foi descrita pela primeira vez em 1598, por navegadores holandeses, e viveu nas ilhas Maurício até provavelmente o fim do século 17. A caça descontrolada e a destruição dos seus ninhos pelos humanos e pelos animais levados à ilha nas embarcações resultaram na sua extinção, na década de 1680.

O plano ambicioso de devolver o dodô à sua ilha foi anunciado em janeiro de 2023. Meses antes, cientistas do Instituto de Genômica da Universidade da Califórnia (EUA) haviam sequenciado o genoma da ave a partir de uma amostra de DNA retirada de um espécime de um museu na Dinamarca.

A Colossal Biosciences, empresa privada de biotecnologia e engenharia genética sediada nos Estados Unidos, está à frente da iniciativa e fez recentemente uma parceria com a Mauritian Wildlife Foundation (MWF), uma organização sem fins lucrativos nas ilhas Maurício, para restaurar o habitat que será necessário para uma eventual reintrodução do dodô no local.

“O dodô, uma ave intimamente ligada ao DNA das ilhas Maurício, também é tristemente icônico pelo papel que a humanidade desempenhou na sua extinção. Estamos muito gratos pelas tecnologias da Colossal e pela promessa de devolver essa espécie icônica ao seu ambiente nativo”, disse Vikash Tatayah, diretor de Conservação da Mauritian Wildlife Foundation, em comunicado.

Após o sequenciamento do material genético do dodô, os paleontólogos da Colossal mapearam o genoma de outras duas espécies, o solitário (uma ave também extinta que vivia numa ilha próxima, a Rodrigues, e que, assim como o dodô, não voava) e do pombo Nicobar (ou pombo-europeu), o parente vivo mais próximo do dodô.

O próximo passo, segundo a empresa, será modificar células que atuam como precursoras de ovários e testículos, chamadas de células germinativas primordiais, para que contenham o DNA do dodô. Essa cultura de células é então implantada em um ovo de pombo-europeu. Se tudo der certo, após a choca, eclodirá um filhote de dodô.

Na comunidade científica há quem questione a manipulação genética de espécies selvagens extintas em um mundo que está mudando constantemente devido às ações humanas. Para esses críticos, seria mais plausível investir recursos na preservação de espécies ameaçadas de extinção.

Outros, no entanto, defendem que essa talvez seja a única forma de sobrevivência de seres hoje ameaçados de extinção. É o caso da geneticista Beth Shapiro, professora de biologia evolutiva na Universidade da Califórnia em Santa Cruz e responsável pelo sequenciamento genético do dodô.

Em entrevista à **Folha** no ano passado, ela afirmou que a biotecnologia pode ser uma ferramenta poderosa para ajudar na preservação dos ecossistemas. “Se temos a capacidade de modificar o genoma e criar espécies que vão ser mais bem adaptadas, mais saudáveis e consigam viver melhor nos ambientes modificados, não vejo por que não tentar isso.”

“Usar essas tecnologias para ajudar as espécies pode ser a única forma de salvá-las”, acrescentou Shapiro, autora do livro “Brincando de Deus” (editora Contexto). Atualmente, ela é também consultora da Colossal.

Mas o quanto é factível trazer o dodô de volta do mundo dos mortos?

“Podemos descobrir como fazer mudanças suficientes em um genoma para podermos projetar algo que seja fisicamente semelhante a um dodô. E talvez essa ave, devolvida às [ilhas] Maurício, preencha o nicho ecológico que o dodô outrora preencheu e proporcione alguma estabilidade melhorada ao ecossistema. E isso seria ótimo”, disse Shapiro, em comunicado.

Do ponto de vista ambiental, também há muitos desafios, a começar pelo habitat onde vivia o dodô, que foi muito modificado ao longo de mais de quatro séculos de colonização humana na ilha.

De acordo com Vikash Tatayah, diretor de conservação do MWF, além das mudanças do habitat, os predadores que contribuíram para a extinção do dodô —entre os quais gatos, ratos e porcos— ainda estão presentes na ilha, o que tornaria necessário um rígido controle nas áreas onde o dodô recriado seria reintroduzido.

Outra opção, observa Tatayah, seria identificar áreas que já estão livres de predadores, como pequenas ilhas perto das ilhas Maurício.

Esses e outros fatores, como a presença de plantas endêmicas, estão sendo analisados em um estudo de viabilidade que será financiado pela Colossal. Um dos locais estudados é a região do Parque Nacional Black River Gorges, no sudoeste da ilha.

Para Tatayah, qualquer trabalho a ser feito com o objetivo de reintroduzir o dodô nas ilhas Maurício também beneficiará a conservação desse habitat de forma mais ampla.

Entre os moradores locais, há um misto de entusiasmo e desconfiança com a possibilidade da recriação genética do dodô.

“Na minha infância, o dodô era uma figura meio mítica. Na escola, a gente aprendeu sobre a sua extinção. Hoje, acho até possível o ressurgimento de algo parecido ao dodô. Ele mesmo, eu duvido”, diz Ridwaan, motorista de táxi nas ilhas Maurício.

“O interesse por suvenires do dodô já aumentou muito [a partir da notícia do projeto de recriação]. Espero que isso vá para frente e impulsione ainda mais o turismo por aqui”, disse Mohammad, vendedor de uma loja na praia de Flic et Flac, em Maurício.

O dodô era uma ave que não voava e vivia nas ilhas Maurício Frederico William Frohawk via Wikimedia Commons

Startup americana quer trazer dodô de volta à vida

Engenharia genética

Utilizando ferramentas modernas de edição de DNA, os cientistas recriam o material genético do animal extinto usando parte do genoma de espécies aparentadas

Busca A ferramenta Crispr busca a localização exata do gene alvo no DNA das espécies atuais

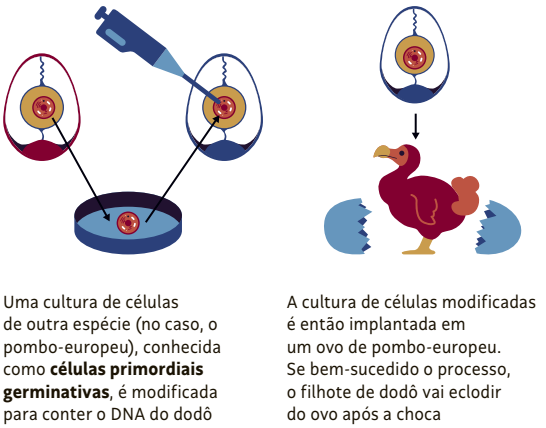
Recorte A enzima Crispr recorta o DNA no local encontrado como alvo

Edição Uma nova sequência é adicionada ao local de reparo de DNA

O caso do dodô

O genoma foi obtido a partir do DNA mitocondrial (transmitido pelas fêmeas) de exemplares de coleções científicas da ave

Uma cultura de células de outra espécie (no caso, o pombo-europeu), conhecida como **células primordiais germinativas**, é modificada para conter o DNA do dodô

A cultura de células modificadas é então implantada em um ovo de pombo-europeu. Se bem-sucedido o processo, o filhote de dodô vai eclodir do ovo após a choca

Raio-X

Espécime	Dodô (*Raphus cucullatus*)
Tamanho	1 a 1,2 m
Peso	20 kg
Onde vivia	Ilhas Maurício (Oceano Índico)
Quando foi extinto	O último exemplar foi visto em 1662
Investimento	US$ 150 milhões

Fontes: Colossal Biosciences, Innovative Genomics, Functional Ecology e The Scientist

Comparar fim de Roma com ‘crise do Ocidente’ é maluquice

Extrema direita viaja ao afirmar que cenário atual repete Antiguidade; queria saber de onde esse povo tira esses dados

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral"

Por razões que a própria razão desconhece, volta e meia os influencers doidões da extrema direita, tanto os nacionais quanto os importados, desenvolvem uma fixação pelo Império Romano. (Minha hipótese de trabalho é que eles têm fetiche por couraças de bronze com mamilos cenográficos, mas ainda não estou de posse de dados suficientes para corroborá-la.)

Fato é que esse povo adora traçar paralelos entre a queda de Roma e a situação atual do “Ocidente”. Uma de tais figuras, professor de filosofia, declarou esses dias, com a maior seriedade do mundo, que o Império Romano teria ido para o saco pelos seguintes motivos:

1) imigração descontrolada;

2) queda da natalidade;

3) perda do sentimento religioso da população.

(Talvez existissem mais motivos na lista, mas confesso que não tive suco gástrico suficiente para continuar digerindo o vídeo do sujeito.)

O debate sério sobre o fim do domínio romano é (como o leitor deve imaginar) complicado e repleto de visões divergentes. Mesmo levando isso em conta, porém, dá para afirmar sem sombra de dúvida que as “causas” citadas pelo fulano em questão não fazem o menor sentido.

Começando pelo segundo fator —simplesmente porque ele é o mais fácil de abordar—, eu gostaria muito de saber de onde esse povo tira esses supostos dados sobre a taxa de natalidade da população imperial.

Sei que outro fetiche de algumas pessoas é a ideia de que os romanos seriam os burocratas supremos, armazenando dados sobre absolutamente tudo o que se passava em seus domínios (um desses doidinhos já bateu o pé comigo dizendo que, se Jesus tivesse existido mesmo, certamente os registros de seu julgamento diante de Pilatos teriam sido preservados).

Ocorre, porém, que nada nem vagamente parecido com uma taxa média de natalidade jamais foi anotado, até onde a gente sabe, por algum escriba dos Césares.

Há zero informações sobre uma suposta diferença entre o número de filhos por mulher no auge de Roma (por volta de 100 d.C., digamos, a era de Trajano e Adriano) e o momento em que o império começou a balançar para valer, depois do ano 400.

E tentar medir isso indiretamente, usando métodos arqueológicos, envolve um Coliseu inteiro de incertezas estatísticas.

Também não deu para entender o item 3, sinceramente. O período de declínio imperial na Europa Ocidental envolve justamente o momento em que o cristianismo se torna religião oficial. Não tem ninguém virando ateu ali —apenas a substituição do politeísmo ancestral por uma nova fé, bastante militante e segura de si.

Quanto ao item 1, é verdade que grupos germânicos (como os célebres visigodos e ostrogodos) foram se infiltrando no império. Mas o caldo só desanda mesmo quando alianças dos chefes desses grupos com os próprios generais e imperadores romanos os transformam em forças militares independentes —as quais, mais tarde, resolvem arrancar nacos do império para si próprias.

Por fim, toda essa conversa sobre fatores de declínio romanos e sua semelhança com o “Ocidente” atual convenientemente esquece... o Império Romano do Oriente. Sediado em Constantinopla (atual Istambul), que enfrentou quase todas as mesmas mudanças do lado ocidental dos domínios de Roma e sobreviveu durante “só” mais um milênio inteiro. Dá para perceber a contradição nos argumentos?

Eis por que, se você vir gente internet afora dizendo coisas parecidas com a lista acima sobre Roma, pode colar tranquilamente o selinho de “100% picaretagem” na testa do cidadão. “Causa finita est”, como diziam os Césares.

DOM. Reinaldo José Lopes, **Marcelo Leite**

Procedimento de coleta de óvulos no Hospital da Mulher, em São Paulo Karime Xavier/Folhapress

Mulheres com câncer podem congelar seus óvulos na rede pública

Pacientes relatam, no entanto, que não são orientadas corretamente antes de iniciar tratamento para doença

SÉRIES FOLHA
DIREITOS REPRODUTIVOS

Raíssa Basílio

SÃO PAULO "Uma das coisas que mais dá prazer para quem está dentro de um laboratório é justamente ver o embriãozinho na hora que vamos transferir [para o útero] e, depois, a mãe trazer a criança no colo", conta Nilka Donadio, médica responsável pelo Laboratório de Reprodução Humana Assistida do Hospital da Mulher, em São Paulo.

A especialista faz parte da equipe que oferece, via SUS (Sistema Único de Saúde), o congelamento de óvulos para mulheres que farão tratamento de câncer ou têm alguma condição que compromete a reserva ovariana.

O Hospital da Mulher é uma das poucas instituições em São Paulo que fazem o procedimento de preservação de fertilidade de forma gratuita.

O procedimento é previsto pelo SUS, mas nem todas as mulheres que poderiam ter acesso a ele sabem dessa possibilidade. Isso porque elas não são orientadas pelos profissionais que as atendem no início do tratamento da doença. Aquelas que conseguem fazer têm conhecimento prévio do assunto ou recebem direcionamento de clínicas particulares para procurar o procedimento pela rede pública.

Em tratamento para o câncer de mama pelo SUS, a cabeleireira Ludmilla Matias, 26, não foi informada por seu médico responsável que era possível preservar a fertilidade gratuitamente. Ficou sabendo após contato da reportagem.

"Iniciei o tratamento aos 25 anos. A médica falou da possibilidade de congelar os óvulos, mas como precisávamos iniciar o tratamento o quanto antes, não seria possível. E também como não temos condições financeiras, não conseguiríamos fazer particular. Não sabíamos que o SUS tem esse tipo de tratamento, estou sabendo agora", diz ela.

Segundo relatório divulgado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) por meio do SisEmbrio (Sistema Nacional de Cadastro de Embriões), o Brasil conta com 161 Centros de Reprodução Humana Assistida (CRHAs), com apenas dez deles oferecendo o tratamento pelo SUS.

O procedimento não é uma garantia de gravidez futura, mas uma possibilidade que leva em conta idade, número de óvulos, histórico clínico da paciente e do parceiro.

Quando realizado em instituições particulares, o custo médio do procedimento, incluindo medicações e a primeira anuidade do congelamento, é de aproximadamente R$ 24 mil, segundo pesquisa realizada pela IVF Brazil, consultoria de mercado especializada em reprodução humana.

Os CRHAs estão distribuídos em sete cidades brasileiras, sendo: São Paulo (Hospital da Mulher, Hospital das Clínicas de São Paulo e Hospital São Paulo da Unifesp), Ribeirão Preto (Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto), Porto Alegre (Hospital Fêmina e Hospital das Clínicas de Porto Alegre), Brasília (Hospital Regional da Asa Sul), Natal (Maternidade Escola Januário Cicco), Goiânia (Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás) e Belo Horizonte (Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais).

Ana Claudia, 36, voluntária do Instituto Oncoguia, também não teve o serviço ofertado pela rede pública após receber o diagnóstico de câncer. Só soube que seria possível quando começou a pesquisar sobre o tratamento.

"Nenhum profissional me ofereceu. Eu descobri que a quimioterapia pode causar infertilidade pesquisando sobre o assunto na internet, porque meu maior sonho sempre foi ser mãe", relata ela, que fez a preservação de fertilidade no Hospital da Mulher.

Já a analista de recursos humanos Jaqueline Almeida, 29, conta que só foi informada que o Hospital da Mulher oferecia o procedimento de preservação de fertilidade de forma gratuita porque seu médico particular, do Hospital A.C. Camargo, tinha conhecimento disso. Com um encaminhamento, ela foi até a instituição e conseguiu realizar o procedimento.

O fluxo de atendimento para pacientes de oncofertilidade e fertilização in vitro (FIV) começa com encaminhamento por meio do sistema de regulação estadual, conhecido como Cross (Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde).

Pacientes oncológicas pulam a etapa de encaminhamento e são atendidas diretamente no ambulatório de preservação da fertilidade. O estímulo para a preservação da fertilidade pode começar no mesmo dia da consulta.

Artur Dzik, médico líder do setor de Reprodução Humana Assistida do Hospital da Mulher, diz que o maior problema é a falta de comunicação sobre esse serviço entre os especialistas e pacientes, resultando em uma falta de encaminhamento adequado para as mulheres que poderiam se beneficiar dele.

"Os médicos deveriam tê-las informado da possibilidade da preservação de fertilidade. Não há uma dificuldade da nossa parte [como Hospital da Mulher]. É uma informação médica, de domínio público", afirma.

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo diz que o Hospital da Mulher "intensificou a comunicação interna da unidade, para ampliar o alcance dos serviços de congelamento de óvulos às pacientes que, de acordo com critérios dos médicos da unidade, iniciem o tratamento de combate ao câncer e que queiram preservar sua fertilidade".

O Ministério da Saúde, consultado sobre a falta de comunicação para pacientes com câncer sobre a opção de preservação de fertilidade gratuita via SUS, não retornou até a conclusão desta edição.

De mononucleose a surdez, saiba quais são os riscos ao dar um beijo

Andreza de Oliveira

SÃO PAULO Sinal de afeto e, principalmente, de desejo por outra pessoa, cada troca de saliva do beijo é capaz de transmitir milhares de bactérias. De mononucleose a algumas infecções sexualmente transmissíveis, a prática pode provocar ainda surdez. Mas não há motivo para pânico se tudo for feito de forma responsável.

O beijo pode provocar a transmissão de vírus, como o da Covid, enterovírus (que ataca a região gástrica) e influenza (o da gripe), e até o aparecimento de algumas doenças, como herpes e a mononucleose, popularmente conhecida como a "doença do beijo".

Médica infectologista, Luisa Pereira diz, no entanto, que não há contraindicações para se encontrar com alguém com alguma infecção sexualmente transmissível, como herpes ou mononucleose. "Nesses casos, contudo, o indicado é não beijar nem ter relações se a pessoa estiver com lesão ativa no momento", explica a médica.

Apesar de rara, outra doença que pode ser transmitida pelo beijo é a meningite bacteriana. "A principal causa desse tipo de meningite é a bactéria meningococo, que pode ser contraída também por vias aéreas, mas não necessariamente vai causar a doença", afirma a Pereira.

A melhor forma de se proteger contra qualquer um desses riscos, segundo ela, é estar com o esquema vacinal atualizado, especialmente contra meningite, Covid, influenza, hepatite A e HPV.

As doenças respiratórias, inclusive, podem provocar congestionamento para além das vias aéreas, chegando nas regiões dos ouvidos. Médico da Associação Brasileira de Otorrinolaringologia, Bruno Barros diz que é comum uma sensação de entupimento.

Já o vírus da herpes, apesar de não comprovado, existe uma suspeita de que possa infectar e inflamar o nervo da audição, gerando um quadro conhecido como surdez súbita. Nesses casos, o tratamento precisa ser rápido para o dano não ser permanente, segundo o médico.

Provando que o beijo não precisa acontecer na boca para representar riscos, seja na bochecha ou até outro ponto de sensibilidade, como as orelhas, segundos da prática podem resultar em problemas. "Pode se criar uma pressão auditiva ali no canal e machucar o ouvido, ou a intensidade e a frequência aguda do beijo também podem gerar um trauma à audição."

Beijar também pode representar riscos para a saúde bucal, principalmente ao se falar de problemas como cárie ou doença da gengiva. Professor da Universidade Santo Amaro e membro do Conselho Regional de Odontologia de SP, Ricardo Schmitutz Jahn diz que, na verdade, o que é transmitido é a bactéria streptococcus, uma das causadoras da cárie.

Uma série de fatores, contudo, precisam acontecer para outra pessoa desenvolver cárie a partir de um beijo. "Para evoluir para a cárie, precisa de uma presença de açúcares e outros carboidratos na boca", afirma Jahn.

O dentista afirma ainda que sprays e enxaguantes bucais não têm evidência científica conhecida para a prevenção de doenças transmitidas por beijo. "Quem se preocupa em barrar essa transmissão precisa ter um comportamento de higiene bucal constante e diário, sempre acompanhado por um dentista e sua equipe", completa Jahn.

"
Quem se preocupa em barrar essa transmissão precisa ter um comportamento de higiene bucal constante e diário, sempre acompanhado por um dentista e sua equipe

Ricardo Schmitutz Jahn
dentista

Estrutura é montada perto do obelisco na praça de La Concorde; local abrigará competições de skate Ludovic Marin - 10.abr.24/AFP

Público dos Jogos Olímpicos verá uma Paris transformada

Cidade terá novas áreas e linhas de metrô, mas transporte ainda preocupa

André Fontenelle

PARIS No metrô lotado em plena manhã de sábado em Paris, uma passageira irritada desabafa: "Imagine aux JO". "JO" (pronuncia-se "giô") é como os franceses chamam os Jogos Olímpicos. Esse "imagina nos Jogos" é a versão local do clássico "imagina na Copa" repetido à exaustão pelos brasileiros dez anos atrás.

Notórios pelo mau humor, os parisienses encaram a proximidade dos Jogos com um misto de orgulho e terror. Segundo pesquisa feita no mês passado pela Ipsos, 47% dos moradores pretendem fugir da cidade durante o evento.

Entre os transtornos mais temidos está o QR Code necessário para circular nas zonas restritas, como no auge dos "lockdowns" da Covid-19. O governo promete colocar trens extras nos horários de pico. Por via das dúvidas, lançou o site "Anticiper les Jeux" ("Antecipar os Jogos"), onde a população pode se programar para evitar engarrafamentos.

Quem for aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos vai encontrar uma cidade transformada. Linhas de metrô novas e mais modernas, mais acessibilidade, novas áreas verdes e centenas de quilômetros de ciclovias aguardam os 15 milhões de visitantes previstos para o período de competição.

"Não transformamos a cidade apenas para organizar uma competição. Pensamos no pós-Olimpíada. Estamos ansiosos para acolher os turistas estrangeiros, para mostrar a eles esse conceito de transformar Paris e região em uma grande praça de esportes. É, de certa forma, a assinatura destes Jogos", disse à **Folha** Tony Estanguet, presidente do Comitê Organizador de Paris-2024.

Desde o dossiê de candidatura, um dos trunfos de Paris foi o plano de usar os Jogos como vitrine para os monumentos mundialmente conhecidos da cidade: vôlei de praia aos pés da torre Eiffel; skate na praça de La Concorde; equitação em Versalhes.

Essas estruturas, hoje em construção, serão provisórias, mas outros legados serão permanentes. Haverá sete hectares de novos espaços verdes. A Vila Olímpica ocupa uma antiga área degradada à beira do rio Sena, transformada em bairro arborizado, com 2.800 novas residências e quase 9.000 árvores.

Uma das transformações mais evidentes, para o estrangeiro, será o prolongamento de uma linha de trem, duas de metrô e quatro de bonde. A linha 14 do metrô, já em operação, atravessa a cidade no eixo norte-sul, ligando diretamente Orly, segundo maior aeroporto internacional de Paris (onde pousam voos da Azul procedentes de Viracopos), ao Stade de France, principal estádio dos Jogos. Linhas antigas foram totalmente renovadas e automatizadas, como a 4, que interliga diversas estações de trem da cidade.

Será possível chegar de bicicleta a qualquer local de competição. Serão 415 quilômetros de ciclovias, que custaram quase 30 milhões de euros (cerca de R$ 165 milhões). Mais de 2.000 bicicletas elétricas serão disponibilizadas. A prioridade ao pedal é um orgulho parisiense: nesta semana, a prefeita Anne Hidalgo anunciou que pela primeira vez a bicicleta suplantou o carro como meio de transporte mais usado na capital.

Vários monumentos foram reformados. O vetusto Grand Palais, um dos museus mais conhecidos de Paris por sua cúpula de vidro, passou por três anos de obra. Depois de abrigar esgrima e taekwondo, será reaberto ao público.

Outro grande monumento, porém, não ficará pronto a tempo dos Jogos. A reinauguração da catedral de Notre-Dame, cinco anos depois de um incêndio que quase a destruiu completamente, está marcada para 8 de dezembro. Por fora, porém, tudo pronto.

Outra dúvida está relacionada à despoluição do rio Sena. O plano inicial era que a população pudesse tomar banho no rio já neste verão, algo proibido há um século devido à má qualidade da água. Mas o trabalho de despoluição ainda não deu o resultado esperado. A ministra dos Esportes, Amélie Oudéa-Castéra, já fala em 2025 como prazo para a liberação do banho de rio.

Um ponto que certamente vai desagradar muitos turistas estrangeiros nos Jogos é o preço das passagens de metrô. A presidente do Conselho Regional da região parisiense (uma espécie de governadora de estado), Valérie Pécresse, decidiu quase duplicar o preço do bilhete unitário, de 2,15 euros para 4 euros (de R$ 12 para R$ 22, aproximadamente), apenas durante os Jogos.

É possível driblar o aumento de duas formas: pedindo a algum conhecido em Paris que carregue um cartão magnético antes dos Jogos, ao preço antigo; ou comprar um passe semanal de 70 euros (R$ 380), que permite viagens ilimitadas, mas só vale a pena se o turista faz pelo menos quatro trajetos diários.

Questionada pela reportagem, Pécresse disse que o objetivo do preço, que ela mesma define como "proibitivo", é desestimular filas nos guichês durante os Jogos.

Mudou para melhor

Principais equipes de futebol do mundo jogam com intensidade e vibração e alternam estratégias

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

O governo do estado, sem sensibilidade cultural, vai prejudicar e pode até acabar com a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, uma das mais importantes da América Latina. A Sala Minas Gerais, casa da filarmônica, passará a ter uma gestão compartilhada com o Sesi-Minas.

Nesta semana, morreu o amigo e músico Pacifico Mascarenhas, pioneiro da bossa nova de Minas Gerais. Ele foi um dos autores, junto com Milton Nascimento, do tema do documentário "Tostão, a Fera de Ouro", produzido em 1969, após as Eliminatórias e antes da Copa do Mundo de 1970.

Começou o tão esperado Brasileirão. Por ser um campeonato longo e por pontos corridos, não há zebra no final. As surpresas e acasos que ocorrem na competição são diluídos com o tempo. No final, as variações na tabela ocorrem entre os clubes que disputam posições previstas no início da competição. Além de Flamengo e Palmeiras, outros clubes, como Atlético-MG e Fluminense, possuem grandes chances de chegar entre os primeiros.

O Botafogo disparou no primeiro turno do ano passado e depois teve uma enorme queda na segunda etapa. A posição final, com a conquista de uma vaga na Libertadores, era a prevista antes de a bola rolar. O Brasileirão tem lógica.

A revelação de alguns jovens excepcionais, como ocorre no Palmeiras e em outros clubes, não é por acaso. Eles, além de ajudar as equipes a ganhar títulos, são negociados por fortunas, que possibilitam aos clubes contratar outros bons jogadores. Cria-se um ciclo vitorioso. Para a formação de garotos brilhantes são necessárias ótimas estruturas e competência profissional. Existe um excesso de pessoas que trabalham no futebol que falam muito e entendem pouco. Conhecimento não é repetir estatísticas.

No meio da semana, as quatro partidas das quartas de final da Liga dos Campeões foram excepcionais, especialmente Real Madrid x Manchester City. Foi um confronto entre muitos craques e entre duas diferentes estratégias. A do City, de pressionar, ter a bola, trocar passes e fazer triangulações para chegar ao gol. A do Real, de recuar a marcação e contra-atacar com velocidade por meio de lançamentos para Vinicius Junior e Rodrygo nas costas dos defensores que marcavam adiantados. As duas estratégias funcionaram muito bem.

Faltou ao Real Madrid uma atuação brilhante de Bellingham. A equipe, com frequência, marcava muito atrás, o que possibilitou as finalizações perto da área em dois gols do City. Faltou ao City as presenças de De Bruyne e de Haaland, que quase não pegou na bola.

Haaland é recordista de gols, um centroavante importante para a equipe, mas é um grande exagero, uma inversão de valores, colocá-lo como um dos principais jogadores do mundo por causa do número de gols, ainda mais que o City cria enormes chances para fazer gols. Protagonistas não são apenas os artilheiros. Kane, do Bayern, faz muitos gols, dá passes espetaculares e facilita a atuação de todos os companheiros. É um craque.

O futebol atual, jogado pelas grandes equipes do mundo, evoluiu bastante. Todos os principais times marcam por pressão a saída de bola, tentam trocar passes desde o goleiro mesmo quando são pressionados, jogam com grande intensidade e vibração, defendem e atacam com muitos jogadores, alternam a troca de passes para manter a posse de bola com a velocidade para chegar ao gol, valorizam o drible e o passe, são ofensivos e defensivos e fazem muitos gols. É o futebol total. Não basta vencer. É preciso embelezar o espetáculo.

Que Brasileirão teremos?

Tomara que o campeonato nacional tenha partidas melhores do que as da Copa Libertadores

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Até aqui, transcorridas duas rodadas dos torneios continentais, a participação brasileira tem sido decepcionante não apenas em relação aos resultados, mas, sobretudo, devido aos desempenhos.

Tirante um meio tempo do Galo aqui, outro do Palmeiras ali, os jogos foram medíocres, para sermos generosos.

Freio de mão puxado para se preservar diante do calendário exasperante, entrosamento ainda precário pelo início da temporada, lesões a granel, seja qual for a justificativa, soa mais como desculpa, até porque o que se perde de gols entre os times brasileiros é uma grandeza. Tamanha que seria recomendável aos treinadores deixar um pouco as táticas de lado e treinar fundamentos, principalmente um deles: finalização.

Botafogo e Grêmio continuam 0% na Libertadores, e o Cruzeiro conseguiu a proeza, em casa, pela Copa Sul-Americana, de fazer 3 a 0 nos primeiros 18 minutos e ceder o empate ao colombiano Alianza.

Os disparates são tantos que o péssimo empate do Corinthians, na estreia da Sula, com o Racing genérico, em Montevidéu, virou excelente depois que, como visitante, o time uruguaio enfiou 3 a 0 no favorito Argentinos Juniors.

Desejar que o Campeonato Brasileiro iniciado no sábado (13) apresente jogos de melhor qualidade é mais que uma esperança, é obrigação.

E talvez seja ilusão.

Principalmente porque os melhores times serão os mais prejudicados pelas datas Fifa, que roubarão os principais jogadores em cerca de nove rodadas do campeonato.

Não é a cara de tacho do presidente da CBF, ressuscitado pela politicagem barata depois de afastado do posto numa jogada igualmente baixa?

Se a cada rodada de dez jogos da Premier League, em regra, temos pelo menos três grandes espetáculos, torçamos para o Brasileirão nos oferecer dois, embora, se tivermos 38 bons jogos durante toda a temporada, já nós daremos por felizes.

Porque nos acostumamos com a mediocridade.

CPI manjada

A CPI das Apostas Esportivas não será a primeira, nem provavelmente a última, nascida para vender dificuldades em troca de facilidades.

Já houve uma dos Bingos, em 2006, que virou uma festa de achaques de políticos a bingueiros e vice-versa, com participações de bicheiros, lavadores de dinheiro e parlamentares farejadores de dinheiro fácil.

A CPI das Apostas nasce com a mesma marca, entre outras razões porque desnecessária devido ao bom trabalho que o Ministério Público de Goiás tem feito para desvendar e punir os esquemas de manipulação de resultados.

Achar um cidadão decente entre os lobistas da jogatina, os donos das bancas e os que prometem investigá-los é missão para Diógenes e sua lanterna sempre acesa durante o dia em Atenas, à procura de um homem avesso à ganância.

Como as bruxas, que os há, os há. Encontrá-los no ambiente da CPI recém-instalada é que são elas.

Porque é mais uma fadada a dar em nada, a não ser para seus protagonistas, entre investigadores e investigados.

Melhor seria a CPI dos falsos pastores, ou, quem sabe, a dos impostores que falsificam o verdadeiro sentido da liberdade de expressão e encontram apoio em senadores como o vice-presidente da CPI das Apostas, "My name is Eduardo Girão", o bolsonarista que presidiu o Fortaleza e que quer nos convencer de que investigará seus pares.

Romário, tão oportunista na política como era na área, será o relator.

Pedro Ladeira - 10.abr.24/Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

Parlamentares de esquerda seguram cartazes após a Câmara aprovar a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido), suspeito de mandar matar Marielle Franco. A votação por 277 votos a 129, na quarta (10), foi uma vitória do governo e do Supremo Tribunal Federal após articulação do centrão pela derrubada da prisão. Chiquinho foi detido em 24 de março junto ao irmão, Domingos, e ao ex-chefe da Polícia Civil Rivaldo Barbosa.

COMBO

Tiago Ribas
folha.com/hqdtgz47

Cartazes do jogo 'Fortnite', de 2017 Lionel Bonaventure - 18.fev.19/AFP

Jogos 'velhos' estão em alta e mudam o mercado de games

SÃO PAULO A indústria de games passa por um momento inusitado. Investimentos milionários são anunciados em meio a grandes lançamentos, que se tornam sucesso de público e crítica. Ainda assim, as empresas passam por ondas de demissões, estúdios são fechados e projetos, cancelados.

Em relatório sobre o mercado de consoles e PCs publicado no último dia 2, a consultoria Newzoo mostra alguns dados que ajudam a explicar esse fenômeno.

Retração pós-pandemia

Com boa parte do mundo preso em casa, a pandemia de Covid-19 resultou em um crescimento repentino no tempo que as pessoas gastam com videogames. Desde então, porém, essa realidade vem mudando. Segundo a Newzoo, as pessoas estão jogando games 26% menos em comparação ao primeiro trimestre de 2021.

Essa tendência deve continuar em 2024, especialmente com a previsão de um catálogo de lançamentos mais enxuto.

Games antigos ainda na moda

Apesar da maioria dos estúdios gastarem mais tempo e recursos em lançamentos, nem sempre são esses os títulos que mais atraem os consumidores. Em 2023, os jogadores passaram mais de 60% do tempo jogando games lançados há mais de seis anos.

Em 2022, os jogadores gastaram em média 57% do tempo com jogos antigos e em 2021, 45%. "É uma grande mudança", afirmou Rob Fahey, editor do site GamesIndustry.biz em sua coluna. "Por décadas, essa foi uma indústria impulsionada quase exclusivamente pela novidade".

Domínio dos 'jogos como serviço'

Essa tendência é resultado principalmente do sucesso de títulos com característica de "jogos como serviço". Lançados há mais de seis anos, "Fortnite", "Roblox", "League of Legends", "Minecraft" e "GTA V" capturaram 27% do tempo de jogo em 2023.

O número é superior aos 23% de tempo dedicado aos mais de 1.400 jogos lançados há menos de três anos. Número que cai vertiginosamente para 8% se forem desconsiderados títulos de franquias com lançamentos anuais, como "Call of Duty" e "Fifa".

Concentração de renda

Esse cenário faz com que os recursos que os jogadores gastam com games sejam concentrados em alguns poucos jogos. Segundo a pesquisa, apenas 43 títulos captaram 90% dos recursos despendidos com novos games em 2023. Os 10% restantes foram divididos entre mais de 1.400 lançamentos.

Ou seja, mesmo com um crescimento de 2,6% no mercado mundial de games para PCs e consoles em 2023, pouquíssimos desenvolvedores viram seus jogos se saírem bem.

Cenário hostil

Os números desenham um cenário hostil para quem deseja entrar no mercado de games. Muitos investidores e empresas que se animaram com os bons resultados do setor durante a pandemia estão passando agora por um choque de realidade, resultando em demissões e desinvestimento.

Mesmo empresas longevas no segmento têm dificuldade de se adaptar às mudanças na forma como as pessoas estão consumindo seus produtos.

"[Essa nova realidade] cria a necessidade de alguns executivos se acalmarem e se acostumarem com a ideia de que seus produtos estarão no mundo, sendo apreciados, e não lhe rendendo um centavo, porque você já teve seus centavos com aquela venda", afirma Fahey.

O mercado de games é grande e continua a crescer, mas está cada vez mais difícil se destacar nele.

PLAY
Dica de game, novo ou antigo, para você testar

Balatro
(PC, Switch, PS 4/5 e Xbox One/X/S)
Um dos maiores lançamentos do ano se tornou um dos games mais divisivos dos últimos tempos. Da minha parte, gostei do que joguei até agora. Com certeza este não é um jogo perfeito, mas acredito que as críticas se intensificaram pelas enormes expectativas sobre ele. Vale a pena dar uma chance.

DOWNLOAD
Principais lançamentos dos próximos dias

11.ABR

Let's! Revolution!
R$ 59,99 (Switch), R$ 74,95 (Xbox One/X/S), preço não disponível (PS 4/5)

Slave Zero X
R$ 92,45 (Switch)

Planet of Lana
R$ 64,50 (PS 4/5), R$ 67,45 (Switch)

16.ABR

Grounded
R$ 159,20 (Switch), R$ 214,90 (PS 4/5)

Harold Halibut*
Preço não disponível (PC, PS 5, Xbox X/S)

Planet of Lana
R$ 64,50 (PS 4/5), R$ 67,45 (Switch)

*Disponível no Xbox Game Pass

FRASES DA SEMANA

Como @alexandre [Alexandre de Moraes] se tornou o ditador do Brasil? Ele tem Lula em uma coleira

Elon Musk
dono do X, em post publicado na segunda (8) em sua rede social

Não falei da Rússia porque a Rússia ainda não veio se meter no Brasil. Talvez venha semana que vem, esta semana foi o Elon Musk

Alexandre de Moraes
ministro do STF, ao comentar o ataque do empresário, na quinta (11)

Presenciei corpos de pessoas sendo queimados na rua com pneus

José Leonildo
brasileiro, voluntário da organização Missão Belém no Haiti, em entrevista à **Folha** publicada na quinta-feira (11)

Qualquer intervenção de mudança de sexo geralmente corre o risco de ameaçar a dignidade única que uma pessoa recebe no momento da concepção

Vaticano
em documento dedicado à 'dignidade humana', divulgado na segunda (8)

A gente fica com vontade de dar colo pra esse menino gordo, né?

Ana Maria Braga
apresentadora, ao comentar em seu programa de terça (9) sobre a solidão de Lucas Buda no BBB; sob críticas por gordofobia, ela se desculpou pela fala

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Madeixas de cabelo **2.** 1, no feminino / (Pig) Porquinha de desenhos infantis **3.** (Fig.) Longo sofrimento **4.** Uma peça como a granada ou a metralhadora / O Axl roqueiro **5.** Um dos três Reis Magos, símbolo dos povos arianos da Índia e do Irã **6.** (Farm.) Via oral / Dedicar ao serviço de Deus **7.** (Pop.) Exausto, sem forças físicas **8.** Armação que cobre uma escotilha, protegendo da intempérie o interior de uma embarcação e provendo-lhe iluminação natural e aeração / Põe os pingos neles quem explica de forma clara **9.** Propriedade rural em que se criam aves **10.** Macaco pequeno, de cauda comprida e felpuda / De + um (pl.) **11.** Vaidoso, presumido **12.** Pronome possessivo feminino / Semelhante (à mesma forma ou figura) **13.** Aquela que inventa, compõe, escreve, realiza algo ou uma obra.

VERTICAIS
1. Bolo de origem alemã, coberto de açúcar ou frutas / (Las) Cidade dos EUA **2.** Outro nome da planta carqueja / Eficiente, rápido no trabalho **3.** Serenidade de ânimo ou de disposição / Um carro da VW **4.** (Pop.) Indivíduo que tem muitos relacionamentos amorosos **5.** Interjeição popular que exprime admiração, espanto / Em música, conjunto de linhas paralelas para se escreverem as notas / Peixe com até 2 m de comprimento, é um dos maiores de água doce do Brasil **6.** Cidade paraibana próxima a Cajazeiras **7.** Pequeno pião / Ao lado **8.** Atrás de / Fazer mais rapidamente **9.** Equívocos / A parte do sapato que toca o chão.

HORIZONTAIS: **1.** Cachos, **2.** Uma, Peppa, **3.** Calvário, **4.** Arma, Rose, **5.** Gaspar, **6.** VO, Sagrar, **7.** Estourado, **8.** Gaiuta, Is, **9.** Granja, **10.** Sauí, Duns, **11.** Ganjento, **12.** Minha, Tal, **13.** Autora.
VERTICAIS: **1.** Cuca, Vegas, **2.** Amargosa, Ágil, **3.** Calma, Tiguan, **4.** Vassourinha, **5.** Opa, Pauta, Jaú, **6.** Serra Grande, **7.** Piorra, Junto, **8.** Após, Adiantar, **9.** Erros, Sola.

SUDOKU

texto.art.br/fsp
DIFÍCIL

	2						5	3
				4				
	6		8				7	
	9			7				
5						4		
				1			3	6
		5	3			2	9	
					2	8		
		1						

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

4	2	8	7	9	1	6	5	3
7	5	9	6	4	3	1	2	8
1	6	3	8	2	5	9	7	4
3	9	6	4	7	8	5	1	2
5	1	7	2	3	6	4	8	9
8	4	2	5	1	9	7	3	6
6	7	5	3	8	4	2	9	1
9	3	4	1	5	2	8	6	7
2	8	1	9	6	7	3	4	5

ACERVO FOLHA

Há 100 anos 14.abr.1924

Santos faz festa para navio que traz exposição sobre a Itália

O navio Itália, com uma exposição a bordo sobre aquele país, chegou ao porto de Santos nesta segunda (14) e foi recebido por uma cidade em festa.

Os edifícios foram embandeirados, e uma multidão entusiasmada passeou pelas ruas, frequentou os cafés e, depois, encaminhou-se ao cais. Trens que chegaram de São Paulo despejaram milhares de passageiros. O movimento nas docas foi enorme.

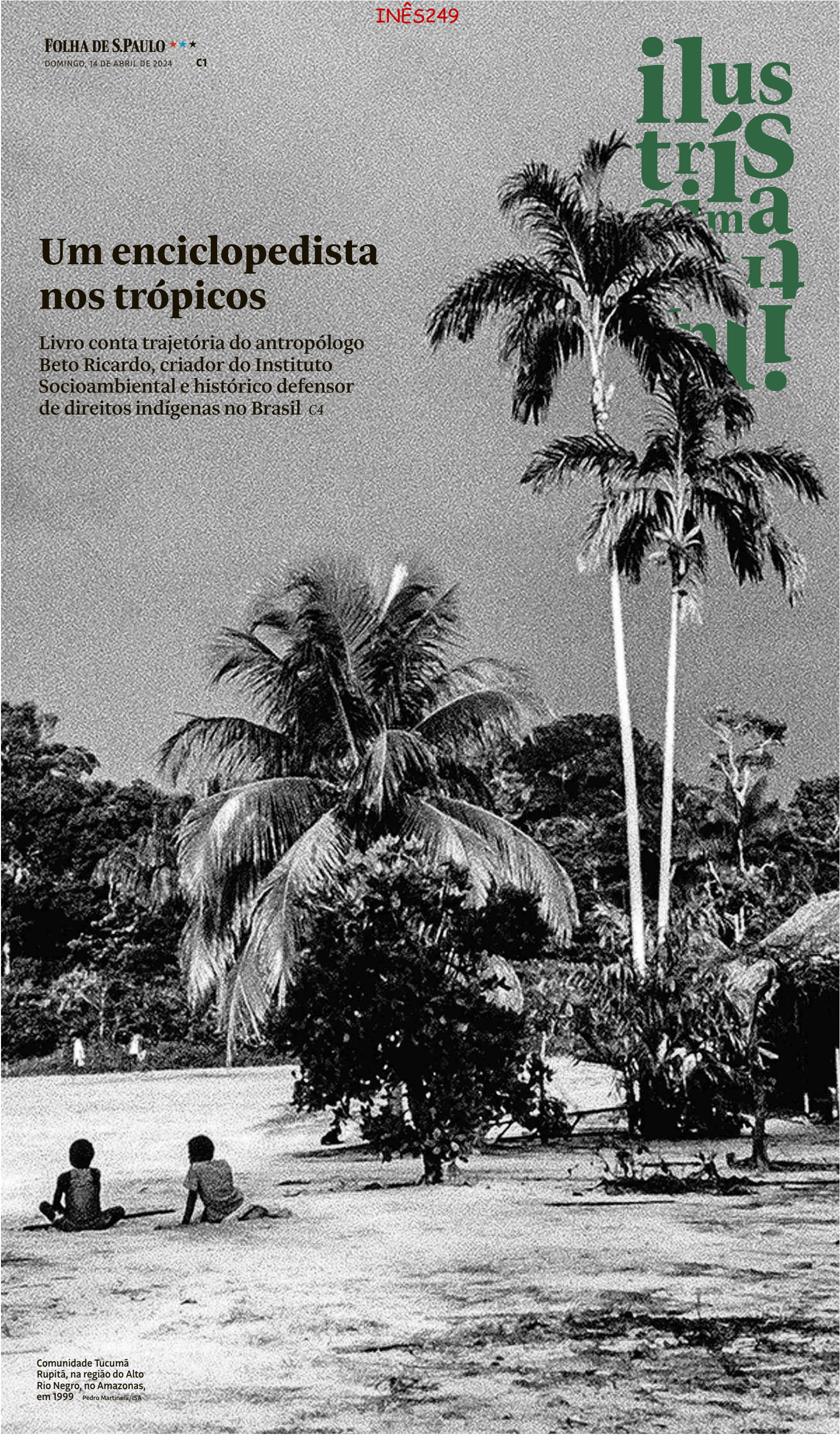
O Itália atracou pouco depois das 12h e, ao deixar cair as amarras, o povo aplaudiu freneticamente os visitantes.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite
PELA POLITICA
POLITICA DO YPIRANGA

ilustríssima

Um enciclopedista nos trópicos

Livro conta trajetória do antropólogo Beto Ricardo, criador do Instituto Socioambiental e histórico defensor de direitos indígenas no Brasil *C4*

Comunidade Tucumã Rupitã, na região do Alto Rio Negro, no Amazonas, em 1999 Pedro Martinelli/ISA

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Galvão Bueno
Me aposentar? Jamais, só quando Deus me chamar

[RESUMO] Aos 73, o apresentador se prepara para embarcar para as Olimpíadas de Paris, diz que streamers 'incomodam' as TVs abertas e comenta casos de Daniel Alves e Robinho: 'Crime imperdoável'

Por ***Manoella Smith***

Dono de uma das vozes mais conhecidas da TV brasileira, Galvão Bueno diz estar em processo de desmame. "Como eu crio gado e cavalo, sei bem como funciona. O desmame vai até um certo ponto. Depois, não tem mais jeito. Vai ter que comer pasto porque, aqui, o leite acabou", compara.

*

O "leite" ao qual Galvão se refere é a narração de jogos esportivos. A última vez que comandou a transmissão de uma partida da seleção brasileira de futebol foi no duelo contra o Marrocos, em março de 2023, no YouTube, pelo seu canal GB. Já a sua última narração na TV Globo foi durante a Copa do Mundo de 2022. Após encerrar o antigo vínculo com a emissora, Galvão assinou um novo modelo de contrato com a empresa que vai até o fim deste ano.

*

Agora, o locutor se prepara para embarcar para a sua décima cobertura dos Jogos Olímpicos, em Paris. Desta vez, ele não vai narrar as competições das cabines de transmissão. "Será diferente", afirma, em entrevista à coluna realizada no hotel Grand Hyatt, em São Paulo. "Mas vai dar certo", completa, em tom de confiança.

*

Galvão fechou uma parceria com o COB (Comitê Olímpico Brasileiro) e com a Globo para apresentar uma série de programas diários desde a Casa Brasil, da qual será embaixador. O espaço será uma espécie de ponto de referência durante as competições, no Parc de la Villette. O conteúdo será transmitido na internet.

*

Com a Globo, o locutor participará da transmissão da cerimônia de abertura e fará uma participação diária no programa Central da Olimpíada, comandado por Tadeu Schmidt.

*

Seu novo contrato com a emissora, desta vez na área de entretenimento, prevê que ele comande novas atrações. Em maio, ele começa a gravar o reality "Voz do Campo", que pretende revelar um novo talento da narração esportiva.

*

Galvão diz que o mercado está dividido em quatro camadas de transmissão. "A gente tem a TV aberta, a TV fechada, os streamings pagos [plataformas como ESPN, GloboPlay, Star+] e os streamers [quem faz transmissões ao vivo na internet], grupo no qual me incluo agora. É uma nova TV, sem pagar, e isso está incomodando um pouco as TVs abertas", avalia.

*

"Todos eles [streamers] se dão muito bem comigo, eu me dou muito bem com eles. Acho que é um espaço que tem que existir, mas eles falam uma porrada de palavrão. Não acho legal ficar falando palavrão em transmissão, não."

*

"A primeira transmissão no canal GB, do jogo entre Brasil e Marrocos, passou de 11 milhões de visualizações simultâneas. É coisa para caramba, que nenhuma TV fechada dá."

*

No seu contrato anterior com a Globo, de 2022, a única restrição de trabalho era com outras emissoras da TV aberta. "Quando 'bum', chegou esse negócio [de streamers] desse tamanho, [a Globo falou]: 'Vem cá, vamos conversar'", conta.

*

No novo contrato firmado em 2023, a restrição se estendeu a todas as plataformas. "Não sei dizer se vai haver uma renovação do contrato com a Globo ou se eu vou me dedicar a esse novo mundo inteiramente."

*

Galvão, com sua voz inconfundível, é expressivo ao responder às perguntas da entrevista. E conta causos de sua trajetória de mais de 40 anos de televisão com uma memória e atenção aos detalhes surpreendentes. Ele faz o ouvinte se sentir como se estivesse acompanhando mais uma de suas narrações.

*

Questionado sobre a cobertura mais difícil de sua carreira, ele não pensa duas vezes: o acidente e a morte de Ayrton Senna, de quem era muito próximo. O episódio completará 30 anos em 1º de maio.

*

"Foi muito difícil porque, como ninguém disse que ele teve morte cerebral no autódromo, senão não ia ter corrida, ficou aquela coisa: 'Senna bateu! Bateu forte!', lembra Galvão, imitando sua narração. "E foi muito forte, mas eu esperava que ele saísse, se levantasse do carro, ou que o tirassem."

*

"Tem uma coisa que não me sai da cabeça. Ele, ainda dentro do carro, mexeu a cabeça. E eu, querendo alguma coisa, disse: 'Senna mexeu a cabeça, se movimentou. Será que está voltando?'. Tenho, hoje, a convicção de que aquilo foi um estertor da morte."

*

Galvão conta que pediu ao seu colega Reginaldo Leme para, mais de uma vez, assumir a transmissão para que ele pudesse ir para o lado de fora da cabine em Ímola se recompor.

*

O apresentador recebeu a confirmação de que Senna não sobreviveria de Gerhard Berger, piloto companheiro de equipe do brasileiro. "Ele me chamou. Quando cheguei perto, fez um sinal balançando os braços e disse: 'Já era'", recorda. Eles foram ao hospital para onde Senna foi levado no helicóptero de Berger.

*

No hospital, conversaram com o médico da F1 Sid Watkins. "[Ele disse]: 'O coração está batendo porque ele é muito forte. Mas posso garantir que ele não está sofrendo e que não vai durar muito'."

O apresentador Galvão Bueno Fotos Eduardo Knapp/Folhapress

*

Já a cobertura mais emocionante foi o confronto entre Brasil e Itália, na final da Copa do Mundo de 1994, dois meses depois da morte de Senna. "Foi diferenciado. No momento de gritar: 'Acabou, acabou! É tetra, é tetra!', o Pelé estava do meu lado, berrando junto. Só com o passar do tempo que fui entender a importância daquilo. Hoje, 30 anos depois, um garoto que então nem era nascido passa no vestibular e grita: 'É tetra, é tetra!'. Virou uma expressão de comemoração."

*

"Deus me deu de presente os grandes momentos do esporte brasileiro nos últimos 50 anos. Alguns, difíceis. Sempre fui um vendedor de emoções, um místico. Sou duro, sempre fui. Sempre fui crítico. Mas se eu fosse citar erros não ia caber numa página do jornal."

*

Galvão diz ver o aumento de mulheres na liderança de narrações esportivas com "absoluta naturalidade". "É claro que as mulheres foram segregadas no esporte, muitas sofreram durante muitos anos. Eu trabalhei com mulheres fantásticas. Mas, para mim, é uma questão de competência, de capacidade. Direitos absolutamente iguais. Não deve existir cotas [para elas]", defende.

*

Em relação aos jogadores Robinho e Daniel Alves, condenados por estupro na Itália e na Espanha, respectivamente, Galvão afirma que os dois cometeram "um crime imperdoável". "Como o racismo. O que está acontecendo com o Vini Jr. é uma coisa... Não dá nem para criar uma frase de tão horroroso que é", diz ele sobre o brasileiro astro do Real Madrid.

*

Vini Jr. tem sido obrigado a conviver com frequentes ofensas na Europa —a lista inclui gritos de "macaco" proferidos nos estádios e uma simulação de enforcamento de um boneco com a camisa do craque.

*

Galvão conta que entrevistou o jogador em sua casa, na Espanha, uma semana antes desta conversa com a coluna. "Ele sofre com isso, claro, mas tem uma personalidade tão forte. Eu disse: 'Vini, e se você for para a Premier League na Inglaterra?'. E ele respondeu: 'Por que eu vou fugir disso? Tenho que enfrentar'", detalha.

*

O apresentador elogia a estreia de Dorival Júnior na seleção brasileira, mas critica a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) por ter deixado o time no comando de técnicos interinos por tanto tempo. "Não podia ter acontecido isso. Foi uma gigantesca falta de respeito à história da seleção brasileira, à amarelinha do Zagallo, um gigante que nos deixou [em janeiro deste ano]."

*

Galvão já está com a cabeça em 2028, que ele enxerga como uma espécie de fim de ciclo. "A Olimpíada de agora já está fechada. Estou preocupado com a próxima, de Los Angeles. Quero voltar para o mesmo estádio em que eu fiz a minha primeira cobertura, em 1984", diz. "Aí já vai dar para pensar em parar, né?".

*

Mas, calma. Isso não significa que Galvão pretende deixar os trabalhos de vez. "Me aposentar? Jamais. Só no dia em que o homem me chamar lá", diz, apontando o dedo em direção ao céu.

Amplos poderes, nenhuma base legal

Musk foi comedido em crítica à censura de Alexandre de Moraes

Glenn Greenwald

Jornalista, advogado constitucionalista e fundador do The Intercept

Elon Musk gerou intensa —e previsível— controvérsia ao criticar o regime de censura comandado por Alexandre de Moraes, ministro do STF. O foco da discussão foi qual deve ser o escopo ideal da liberdade de expressão e em quem se pode confiar para determinar que certas ideias não são permissíveis.

A adesão da esquerda à ideia de que Moraes é confiável para decidir o que é ou não permissível, verdade ou mentira, é bizarra.

Quando Moraes foi ministro da Justiça de Michel Temer (MDB), foi chamado de racista e corrupto por grande parte da esquerda brasileira. Sua indicação ao STF só escalou essa retórica: além de golpista, Moraes era fascista, racista, corrupto e mentiroso.

Em 2017, a conta oficial do PT publicou: "Na avaliação do petista [Wadih Damous], além de despreparado, Moraes é também 'fascista e mentiroso'". As acusações continuaram em 2018, quando Moraes, por exemplo, votou contra o habeas corpus preventivo pedido por Lula.

Moraes exerce seus amplos poderes sem nenhuma base legal. Os defensores da censura tentaram repetidamente aprovar o PL das Fake News. Tendo falhado no Congresso, preferiram que o STF entregasse o poder a Moraes. Como descreveu este jornal em editorial comemorando a não aprovação do PL, o texto era movido por "um ímpeto censório" e Moraes "tem cometido não poucos abusos ao retirar contas de usuários do ar."

A falta de base legal para as ordens de Moraes não para aí. Quando, em 2022, o STF deu a ele o poder de unilateralmente exigir a remoção de postagens e o banimento de contas, a ministra Cármen Lúcia argumentou: "Não se pode permitir a volta da censura sob qualquer argumento". Ela só votou a favor desses poderes por achar que as eleições de 2022 eram uma "situação excepcionalíssima", mas enfatizou que esses poderes deveriam se esgotar em 31 de outubro de 2022, findo o pleito.

Moraes continua exercendo esses poderes mesmo passado o prazo. Desde então, ele repetidamente exigiu a remoção de postagens e o banimento de contas, inclusive de parlamentares democraticamente eleitos, alguns campeões de voto.

Como podem aqueles que defendem esse status quo —um juiz não eleito, agindo sem base legal, silenciando parlamentares— afirmarem que estão agindo em defesa da democracia? Assim como não se pode combater a corrupção com métodos corruptos — uma lição básica da Lava Jato— não se pode proteger a democracia com métodos autoritários.

Não há regime fascista que proteja a liberdade de expressão ou deixe de usar o poder da censura. O impulso por trás do apoio a Moraes é a mentalidade, bastante fascista, de que "os fins justificam os meios". Essa lógica de que as ameaças são sérias demais para que as liberdades normais sejam permitidas parece ter sido abraçada por setores da mídia e da esquerda com medo do bolsonarismo.

Ainda que o foco do debate tenha sido a liberdade de expressão, Moraes vem violando sistematicamente outro direito fundamental: o direito ao devido processo legal, previsto no artigo 5º da Constituição Federal. Esse direito proíbe qualquer punição judicial sem citação e conhecimento da acusação, arrolamento de testemunhas, elaboração de perguntas e igualdade entre acusação e defesa.

Em janeiro do ano passado, obtivemos e publicamos uma das ordens de censura sigilosas enviadas por Moraes. Ela obrigava seis redes sociais diferentes a banir imediatamente cerca de uma dúzia de brasileiros, entre eles parlamentares. É evidente que essa ordem viola frontalmente a Constituição: emitida em segredo, os usuários que tiveram contas banidas não receberam qualquer comunicação e nenhuma explicação foi dada sobre o que exatamente eles fizeram de errado.

O fato de os usuários não serem comunicados das acusações nem terem a oportunidade de contestá-las é uma forma clara e extrema de censura. Pior ainda, a ordem exigia que as redes sociais mantivessem tudo em segredo, não podendo nem comunicar aos usuários que tiveram suas contas bloqueadas, e que fosse cumprida em um prazo de duas horas sob pena de vultosas multas diárias.

Muitos acharam que Musk exagerou ao dizer que as ordens de censura enviadas por Moraes ao X eram desprovidas de explicações e determinavam que a empresa mantivesse tudo em segredo. Essa ordem, porém, mostra que ele não apenas falou a verdade como foi bastante comedido.

É compreensível que Moraes e seus apoiadores prefiram manter as ordens em sigilo. Sua leitura evidencia seu teor autoritário: não apenas contra a liberdade de expressão, mas contra o direito ao devido processo legal, garantido pela Constituição Federal. É grave.

| **DOM.** Bernardo Carvalho, Juliana de Albuquerque, Glenn Greenwald

O fundo do coração

[RESUMO] Morta aos 87, Eleanor Coppola, documentarista e mulher do diretor Francis Ford Coppola, era uma observadora nata. Autora de filmes como 'O Apocalipse de um Cineasta', de 1991, sobre os caóticos bastidores de 'Apocalypse Now', obra-prima que quase afundou a carreira do marido, ela ainda registrou os passos da filha Sofia, gravando a feitura de 'Maria Antonieta' e 'As Virgens Suicidas'

Por ***Clyde Haberman***

Correspondente internacional do The New York Times

Eleanor Coppola, documentarista e artista que se autodenominava "uma observadora por natureza" —descrição comprovada pelas obras que narram os triunfos e privações cinematográficas de sua filha e seu marido, Sofia e Francis Ford Coppola—, morreu na sexta-feira em sua casa em Rutherford, nos Estados Unidos. Ela tinha 87 anos. A família confirmou a morte, mas não mencionou a causa.

A carreira de Coppola como documentarista começou quando seu marido pediu que ela registrasse a produção de "Apocalypse Now", sua exegese de 1979 sobre a Guerra do Vietnã que demorou tanto para ser feita que começou a ser chamada de "Apocalypse Never". Na época, ele já era considerado realeza de Hollywood por causa de seus dois primeiros "O Poderoso Chefão". Mas com "Apocalypse Now", ele falhou.

Ele chegou perto da falência à medida que o filme estourava o orçamento e o cronograma. As filmagens nas Filipinas foram prejudicadas por chuvas, um tufão destruiu sets e parte do roteiro foi escrito às pressas.

Marlon Brando estava acima do peso e despreparado para o papel de um coronel. Para piorar, o ator principal, Martin Sheen, teve um ataque cardíaco nas filmagens.

Já o casal Coppola caminhava em direção ao divórcio, um colapso matrimonial desencadeado principalmente pelas infidelidades dele e frequentes acessos de raiva dentro e fora do set. "Meu maior medo", sua mulher o registrou dizendo em uma gravação, "é fazer um filme pomposo sobre um assunto importante, e eu estou fazendo isso".

Ela também teve suas falhas. "Se eu contar a verdade, ambos saímos do casamento igualmente, cada um à sua maneira", escreveu em 1979 em "Notas sobre a Criação de 'Apocalypse Now'". "Francis foi aos extremos no mundo físico, mulheres, comida, posses, em um esforço para se sentir completo. Eu procurei por esse sentimento no mundo não físico."

Mas os dois, casados desde 1963, descobriram como ficar juntos. Mais tarde, ela gerenciou a Rubicon Estate, vinícola que possuíam no norte da Califórnia, e desenhou figurinos para a Oberlin Dance Company em São Francisco.

Sua experiência nas Filipinas tornou-se base para um aclamado documentário de 1991, "O Apocalipse de um Cineasta", que ela narrou e dirigiu com Fax Bahr e George Hickenlooper.

Como observadora da produção cinematográfica, Eleanor Coppola disse que se vestia de preto porque, dessa forma, sua presença no set era menos intrusiva.

Depois de "Apocalypse Now", Eleanor Coppola documentou outros filmes de sua família, incluindo "O Dossiê Pelicano", de 1997, de seu marido, e "As Virgens Suicidas", de 1999, e "Maria Antonieta", de 2006, de sua filha Sofia. "Provavelmente detenho o recorde da pessoa que mais fez documentários sobre sua família dirigindo filmes", disse.

Sua carreira, escreveu em "Notas de uma Vida", de 2008, refletia que ela era "uma observadora por natureza que tem o impulso de registrar o que vê ao seu redor."

Tardiamente, ela tentou dirigir ficções, mas teve resultados irregulares. Seu "Paris Pode Esperar", lançado em 2017, quando ela tinha 81 anos, foi criticado por Jeannette Catsoulis no The New York Times como "pouco mais do que um mergulho indulgente em privilégios gustativos".

Embora "O Amor É o Amor É o Amor" tenha se saído melhor em 2021, um crítico do Times, Teo Bugbee, disse que o filme não emocionava.

Uma fonte de angústia duradoura para a documentarista foi a morte de Gian-Carlo Coppola, o mais velho de seus três filhos, em 1986, aos 22 anos. Ele estava em uma lancha dirigida por Griffin O'Neal, filho do ator Ryan O'Neal, que tentou manobrar entre duas embarcações lentas que estavam conectadas por um cabo de reboque.

Gio, como era chamado o filho de Coppola, foi arremessado para trás com tanta força pelo cabo que morreu instantaneamente. Griffin O'Neal, condenado por negligência, teve sua sentença de prisão anulada pelo tribunal.

A morte encheu a documentarista de "raiva indescritível", ela disse. Ela canalizou sua dor em uma instalação artística chamada "Círculo da Memória", que, ao longo dos anos, teve várias encenações.

A obra é formada por uma câmara com paredes feitas de fardos de palha, com sal caindo em um riacho e vozes de crianças recitando o alfabeto. Os visitantes são convidados a lembrar de crianças que morreram ou desapareceram. "Sinto que há um círculo de ordem e um círculo de caos acontecendo no universo", ela disse. "E, de vez em quando, eles se cruzam."

Eleanor Jessie Neil nasceu em Los Angeles em 4 de maio de 1936, uma das três filhas de Clifford e Delphine Lougheed Neil. Seu pai era um cartunista político que morreu quando Eleanor tinha dez anos.

"Me senti incapacitada ao entrar no mundo adulto sem o apoio e orientação dele", Coppola escreveu sobre o pai anos depois. Entre outras coisas, sua mãe, que cuidava da casa, não era muito boa em manter a ordem, ela disse. "Minha rebelião adolescente", disse ela, "consistia em assar tortas de limão perfeitas, costurar a noite toda e trabalhar em dois empregos de verão, coisas que minha mãe não fazia."

Eleanor se formou na Huntington Beach High School em 1954 e na UCLA em 1959 com um diploma de bacharel em arte. Ela conheceu seu marido em 1963 no set de "Dementia 13", um filme de terror de Roger Corman que Francis escreveu e dirigiu. Ela foi diretora assistente de arte na obra. Quando descobriu que estava grávida de Gian-Carlo, eles se casaram Las Vegas.

Eleanor Coppola deixa seu marido, sua filha, Sofia, seu filho Roman, que também é cineasta, o irmão, William Neil, e vários netos. ←

O antropólogo Beto Ricardo (na rede) na demarcação das Terras Indígenas do Rio Negro, no Amazonas, em 1991 Pedro Martinelli/ISA

Um ativista discreto

[RESUMO] Livro conta a história de Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental, ONG que Ailton Krenak descreve como fortaleza civil contra a desinformação sobre os indígenas no Brasil. Militante discreto e solidário, mas firme, Beto teve participação destacada em pontos decisivos, como a mobilização que rendeu capítulo na Constituição de 1988 sobre índios

Por ***Marcelo Leite***
Colunista da **Folha** e autor dos livros 'Psiconautas – Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira' (2021) e 'No Reino Encantado de Jurema' (Fósforo Editora, no prelo)

Na segunda metade dos anos 1980, provavelmente em 1987, uma sugestão do jornalista Leão Serva me levou a subir pela primeira vez a escadaria do anexo do Colégio Sion na avenida Higienópolis, 983. Foi um encontro com duas forças da natureza: Beto e Fany Ricardo, na primeira aula de um curso intensivo de indigenismo que não terminaria tão cedo.

Ali, no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), se publicava desde 1980 um compêndio que seria de consulta obrigatória nas quatro décadas seguintes, "Povos Indígenas no Brasil". Apelidado de PIBão, pelo número de páginas e pela ambição, a obra já conta 13 edições, com 6.000 páginas de análises e notícias, além de 2.500 mapas, 1.700 vídeos e 100 mil fotos no acervo digital.

O PIBão está no epicentro do volume autobiográfico de Beto Ricardo, "Uma Enciclopédia nos Trópicos – Memórias de um Socioambientalista", escrito com Ricardo Arnt, à venda também na loja do Instituto Socioambiental. Como afirma Serva no posfácio, "o Programa Povos Indígenas no Brasil assegurou a informação necessária para que o Estado racista não apagasse de vez a existência dos índios".

Avesso a holofotes, Beto, articulador paciente, solidário, determinado e firme a ponto de soar incômodo, foi o protagonista de bastidores (passe o oximoro) de avanços marcantes na questão indígena brasileira, assim como na pauta ambiental. Não sem retrocessos amargos, pelo menos de 2007 para cá, mas de toda maneira com uma derivada ascendente, como fica claro no livro.

O ponto de virada se deu com a Constituição de 1988 e seu oitavo capítulo, Dos Índios. Logo no primeiro artigo (231), essa parte da carta reconhece "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Invertia-se nessa época o que antes se considerava uma tendência irreversível de extinção dos povos indígenas, por sua "aculturação" ou "integração" à sociedade brasileira. A reviravolta se iniciara anos antes, e Beto estava lá, trabalhando em articulação que levaria um jovem Ailton Krenak ao gesto icônico de pintar o rosto de preto na tribuna do Congresso Constituinte.

Só na primeira metade do século 20 haviam desaparecido 83 etnias, constatara Darcy Ribeiro em "Os Índios e a Civilização" (1970), com base em dados recolhidos por inspetorias do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), precursor da Funai, quando foi diretor de sua seção de estudos, em 1957. Beto, já formado em antropologia na USP e integrante do Cedi desde 1974, achava crucial retomar o levantamento das populações, mas não com a metodologia antiga.

Em lugar de órgãos do Estado na ditadura militar, o jovem discípulo encasquetou de reunir informações por meio de uma rede ampla da sociedade civil, com antropólogos, padres católicos, pessoal de saúde e assistentes sociais. Darcy Ribeiro não gostou. "Me recusar a trabalhar com Darcy era uma opção aflitiva. Eu o admirava muito", conta Beto em "Uma Enciclopédia nos Trópicos".

Já professor de antropologia na Unicamp, ele contava arregimentar estudantes para colher dados nas aldeias. Em três anos na universidade paulista consolidou amizades com pesquisadores da estatura de Peter Fry e Manuela Carneiro da Cunha e travou contato com um antropólogo que se tornaria o maior parceiro intelectual, Eduardo Viveiros de Castro –ainda que tenha participado da banca campineira que preteriu o estudioso carioca em concurso para professor de etnologia.

Em 1978, tornou-se secretário-geral do Cedi. Dois anos depois sairia a primeira edição do PIBão, ainda com o título Aconteceu e periodicidade anual, expandida a partir de 1985 até virar quinquenal. A última versão, 2017/22, saiu no ano passado com 828 páginas de dados e registros de 252 povos falantes de mais de 160 línguas, ocupando 13,7% do território nacional em terras protegidas.

A transformação do cenário desolador dos anos 1970 foi incubada no Cedi e nas organizações que seu grupo ajudou a criar. Em 1979 tinha nascido a União das Nações Indígenas (UNI), com lideranças xavantes, terenas e kadiwéus — e um jovem editor de publicações, Ailton Krenak.

No prefácio de "Uma Enciclopédia", o agora imortal da Academia Brasileira de Letras descreve o Cedi como "uma fortaleza civil contra a desinformação sobre os indígenas no Brasil, com Beto Ricardo animando os debates públicos".

Animação não faltava. Nos anos 1980, logo após a anistia e o retorno de exilados em 1979, indígenas e ambientalistas brasileiros começaram a levar suas demandas para fóruns nos Estados Unidos, o centro do capitalismo mundial, como as 17 audiências em comitês do Congresso norte-americano entre 1983 e 1986, e reuniões do Banco Mundial.

Com ajuda de Steve Schwartzman (Environmental Defense Fund), Barbara Bramble (National Wildlife Federation) e Jason Clay (Cultural Survival), viajaram Krenak, José Lutzenberger, Mary Allegretti, Chico Mendes e Paulo Paiakan. As campanhas internacionais começaram a afetar recursos de auxílio ao desenvolvimento, enfurecendo o governo militar brasileiro, nos estertores ditadura, e a recém-inaugurada Nova República com José Sarney, como na suspensão de desembolsos para o Polonoroeste que devastava Rondônia.

Vencidas algumas das batalhas que culminaram no artigo 231 da Constituição — com a ajuda do antigo coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro da ditadura militar–, a luta indígena ganhou momento. Em 1988, surge uma nova organização na esfera do Cedi, desta vez em Brasília: o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), com Krenak, Marcos Terena, Paiakan, Manuela, Carlos Frederico Marés, Márcio Santilli (estes dois futuros presidentes da Funai), André Villas-Bôas e José Carlos Libânio.

No mesmo ano, o etnobiólogo norte-americano Darrel Posey foi processado com base no Estatuto do Estrangeiro por levar os líderes Paiakan e Kube-I aos EUA.

O líder seringueiro Chico Mendes foi assassinado em dezembro, atraindo mais atenção para a Amazônia. Paiakan pediu na Europa suspensão de meio bilhão de dólares que o Banco Mundial carrearia para o setor elétrico no Brasil.

Em fevereiro de 1989, Beto se empenhou com Márcio e André na organização do Encontro das Nações Indígenas do Xingu convocado por Paiakan. Compareceram o roqueiro Sting, Anita Roddick, dona da Body Shop, a atriz Lucélia Santos e os deputados Fabio Feldmann, Benedita da Silva, Haroldo Lima e Fernando Gabeira. Pelo menos 60 órgãos de imprensa estrangeira se deslocaram até Altamira (PA).

O encontro tinha por objetivo central protestar contra a construção das hidrelétricas Kararaô e Babaquara no rio Xingu. Uma fotografia feita ali estampou a primeira página do Jornal do Brasil e correu o mundo: um facão encostado pela índia Tuíra na bochecha de José Muniz Lopes, representante da empresa Eletronorte.

Continua na pág. C5

Lideranças de várias etnias ocupam auditório do PMDB durante negociações do capítulo sobre índios na Constituinte, em 1988 Beto Ricardo/ISA

Continuação da pág. C4

Repaginado como Belo Monte, o represamento do Xingu terminaria sendo efetivado nos governos petistas de Lula e Dilma

"Altamira foi um primeiro ensaio de articulação socioambiental", avalia Beto em suas memórias. "Indígenas, ativistas dos direitos humanos e ambientalistas se aproximaram, superando preconceitos. A experiência comum seria replicada, mais tarde, no Fórum Global das ONGs da Eco-92. Os dois eventos cozinharam um caldo de cultura que ferveria até consolidar um dos alicerces da fundação do Instituto Socioambiental [ISA], em 1994."

O antropólogo-ambientalista, entretanto, não acompanharia pessoalmente a maior reunião multilateral já realizada em favor da saúde do planeta. A sua própria lhe pregou uma peça: logo após retornar dos EUA, onde recebeu o Prêmio Goldman e teve um encontro como o então presidente George Bush (pai), caiu doente com uma amebíase que o internou no hospital Oswaldo Cruz, quando emagreceu 14 quilos.

Após o assassinato de Chico Mendes, outra desgraça amazônica obteve destaque em 1993: o massacre de dezenas de ianomâmis em Haximu, na fronteira com a Venezuela. Foi resultado direto da invasão da área por garimpeiros, dezenas de milhares deles, conforme descrito no PIBão pelo antropólogo Bruce Albert.

Albert é o interlocutor nas gravações com o ianomâmi Davi Kopenawa que resultariam no best-seller "A Queda do Céu", no qual o xamã alerta que os brancos estão destruindo o planeta com o aquecimento global.

Em 1992, às vésperas da Cúpula da Terra, o então presidente Fernando Collor havia homologado a Terra Indígena Yanomami, com 94 mil km2, maior que Portugal, mas os garimpeiros ainda andam por lá.

A confluência das pautas indigenista e ambiental levou à fundação do ISA como uma das quatro instituições em que se desmembrara o Cedi. As outras foram Ação Educativa, Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade.

Um dos lemas da organização viria a ser: "Socioambiental se escreve junto". Era um jogo de palavras que recorria à omissão do hífen para indicar a interpenetração de movimentos militantes que costumavam andar às turras: conservacionistas que não se preocupavam com populações tradicionais e indigenistas que só tinham olhos para a preservação de línguas e rituais.

Entre os 33 sócios fundadores estavam os antropólogos do Cedi e figuras de proa da organização SOS Mata Atlântica, como Mário Mantovani e João Paulo Capobianco (atual secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente/MMA, cargo que já ocupara na primeira encarnação de Marina Silva como ministra). O ISA cresceria como uma fábrica hiperativa de estudos e dados sobre temas indígenas e ambientais, alimentando militantes, políticos e jornalistas.

Os índios panarás, que em 1975 haviam sido deslocados compulsoriamente de suas terras na região para o Parque Indígena do Xingu (PIX), manifestaram a André Villas-Bôas, em 1991, o desejo de retomar seu antigo território. Para embasar as ações que esse povo impetraria com o NDI contra a União, em 1994, o ISA fez um levantamento por satélite dos trechos de floresta ainda não derrubados pelos brancos.

Os panarás terminaram indenizados pelo Estado brasileiro, uma jurisprudência inédita, e tiveram 4.900 km² de terras devolvidas em 1996, nos municípios de Guarantã do Norte (MT) e Altamira (PA).

Em março de 1997, com apoio do ISA, eles se mudaram para a nova aldeia Nacypotire, no rio Iriri. A saga deu origem ao livro "A Volta dos Índios Gigantes", com textos dos jornalistas Lúcio Flávio Pinto, Raimundo Pinto e Ricardo Arnt, mais fotos de Pedro Martinelli, outro companheiro de longa data.

Daí por diante, a sigla ISA se converteu em sinônimo de muitos sucessos (e uns poucos fracassos). Entre os êxitos, contra todas as probabilidades, figura o estabelecimento de sistemas e rotas comerciais para fazer a cestaria Baniwa e a pimenta jiquitaia, da longínqua região da Cabeça do Cachorro, chegarem aos balcões das melhores lojas do Sudeste.

O programa no Alto Rio Negro, aliás, foi a obra dileta de Beto como antropólogo militante. O ISA transformou São Gabriel da Cachoeira (AM) em dínamo de atividades visitado por indígenas, pesquisadores, militares e celebridades como Milton Nascimento, Gilberto Gil, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Bela Gil, Alex Atala e Sebastião Salgado.

A sede do instituto na cidade, o Curupirão, hospeda legiões de interessados nas dezenas de projetos de educação, piscicultura, agroflorestas e ecoturismo. Foi dali que parti para algumas coberturas jornalísticas sugeridas por Beto.

Entre as mais memoráveis: "A exceção e a regra" (2010), sobre ensino médio indígena entre os tuiúcas do Alto Rio Tiquié, com o antropólogo Aloisio Cabalzar; e "Yaripo, a montanha sagrada dos ianomâmis" (2017), sobre programa de renda em que membros da etnia levam turistas até o pico da Neblina (2.995 m), o mais alto do Brasil, com Marcos Wesley Oliveira.

Muitas outras matérias vieram antes e depois: "Evento discute biodiversidade amazônica" (1999), sobre áreas prioritárias para preservação; "Plano ameaça 180 mil km2 de florestas" (2000), sobre o desenvolvimentismo de FHC; "Livro põe antropólogos em pé de guerra" (2000), sobre controvérsia envolvendo a obra de Napoleon Chagnon; "Sementes da concórdia" (2009), a respeito da Rede de Sementes do Xingu; "Ianomâmis ensinam quais cogumelos podem ser comidos sem risco" (2016).

Houve distanciamentos e divergências, por certo, atritos normais entre jornalistas e militantes movidos por objetivos nem sempre conciliáveis. Foi assim, por exemplo, com o esforço de manter equilíbrio entre defensores e adversários de obras de infraestrutura em regiões sensíveis, como a rodovia BR-163 e Belo Monte. Nada, porém, capaz de abalar a confiança na "fortaleza civil" comandada por Beto.

O antropólogo, afinal, é de uma honestidade ímpar, pessoal e intelectualmente. Ao narrar no livro um atrito com FHC sobre norma que admitia a terceiros contestar demarcações de terras indígenas, ele afirma sem meias palavras: "Na verdade, estávamos errados. Exageramos. O decreto número 1.775 não reduziu nenhuma terra indígena e acabou dando consistência às demarcações posteriores".

A mesma honestidade não mede elogios a alguns poucos militares de boa vontade com que cruzou nas viagens pela Amazônia.

Nem deixa de lamentar os retrocessos ambientais que começaram com as autorizações para hidrelétricas no rio Madeira (2007) e a saída de Marina Silva do MMA (2008), nos primeiros governos Lula, e culminaram com o licenciamento de Belo Monte (2010) e a aprovação de um novo Código Florestal (2011) que anistiou 470 mil km2 de florestas derrubadas irregularmente. Para nada dizer da hecatombe advinda com o ecocida Jair Bolsonaro, claro.

Beto, em que pesem os revezes, nunca abandonou o otimismo. Em 2007, capitaneou uma convocatória para estender os mapas temáticos do Cedi/ISA para incluir todos os outros sete países com floresta amazônica (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname).

Tinha tudo para não dar certo, mas Beto se provou, mais uma vez, um articulador paciente, solidário, determinado e firme. "Mapas exprimem poder", foi a mensagem que levou. Pôs de pé, com recursos iniciais da fundação norueguesa Rainforest, a Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg). Cinco anos após a convocação, saiu o "Atlas Amazônia sob Pressão".

É mais um monumento ao estilo do enciclopédico PIBão, erguido por um militante discreto, que segue a sabedoria indígena amazônica quando esta diz que quem aparece demais atrai feitiçaria.

Hoje o ISA, uma obra coletiva, como gosta de dizer, tem duas centenas de funcionários em oito escritórios pelo país, mil afiliados e 450 mil seguidores em redes sociais. E uma vida inteira para se admirar. ←

Beto, em que pesem os revezes, nunca abandonou o otimismo. Em 2007, capitaneou uma convocatória para estender os mapas temáticos do Cedi/ISA para incluir todos os outros sete países com floresta amazônica (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname). Tinha tudo para não dar certo, mas Beto se provou, mais uma vez, um articulador paciente, solidário, determinado e firme

Uma Enciclopédia nos Trópicos: Memórias de um Socioambientalista
Autores: Beto Ricardo e Ricardo Arnt.
Editora: Zahar. R$ 109,90 (328 págs.); R$ 44,90 (ebook)

Preposição sexual

O Timeleft, que permite jantar com desconhecidos, é pura e simples devassidão

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Agora é que o mundo está perdido. Eu sei que muita gente vem anunciando isso há bastante tempo, mas agora é que é.

Percebi que o apocalipse tinha chegado quando soube do novo aplicativo Timeleft, que é a maior pouca-vergonha que as novas tecnologias já nos proporcionaram. Eu já conhecia o Tinder, contra o qual nada me move. Compreendo e respeito o desejo de transar com desconhecidos. Mas o Timeleft é pura e simples devassidão.

Trata-se de um dispositivo que permite ir jantar fora com um grupo de desconhecidos. Ninguém se conhece, à mesa. Olha a imoralidade. Em vez de escolher uma pessoa para comer, a gente escolhe uma pessoa para comer com. É essa preposição que estraga tudo. Faz falta um livro que seja uma combinação do "Kama Sutra" com a gramática e que elucide o público acerca das preposições sexuais. Para que todo o mundo compreenda quais são as preposições aceitáveis e quais são as absolutamente imorais.

Que características procuramos num desconhecido que desejamos comer? Duas ou três, apenas — ou talvez menos, consoante a dimensão do desejo. Por vezes cruzamo-nos com uma pessoa na rua e basta um gesto, um olhar, um decote. Mas gostaria de dizer quantas vezes avistei uma desconhecida e pensei: ora, aqui está uma cidadã com a qual gostaria muito de ir a um jantar de degustação. Tenho essa contabilidade feita: foram zero vezes. Zero.

Às vezes, alguém organiza um jantar de amigos e uma das pessoas leva um desconhecido. É com muita frequência embaraçoso — e é só um.

Agora imaginem uma mesa só com desconhecidos. Descobrir, no fim das entradas, que não temos nada em comum com três deles. Ao meio da refeição, verificar que outros dois são irredimivelmente chatos. Na hora da sobremesa, lamentar não ter ficado em casa com uma refeição congelada.

É a diferença radical entre o Tinder e o Timeleft. O que se pretende fazer no Tinder é quase sempre melhor com um desconhecido do que sozinho; o que se faz no Timeleft é quase sempre melhor sozinho do que com um desconhecido.

Creio que o mundo ainda terá salvação se alguém elucidar as pessoas sobre as vantagens do sexo e as desvantagens da comensalidade com desconhecidos. Contatem-me. Mas não para jantar.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Série com Robert Downey Jr. sobre refugiado chega ao sob demanda

O Simpatizante
Max e HBO, 22h, 16 anos
O primeiro projeto de Robert Downey Jr. depois de ganhar um Oscar é uma sátira sobre um espião franco-vietnamita nos últimos dias da Guerra do Vietnã e em sua nova vida de refugiado em Los Angeles como consultor de filmes. A minissérie é baseada no romance homônimo de Viet Thanh Nguyen, premiado com o Pulitzer, e Downey, caracterizado para roubar cenas, interpreta diversos personagens.

Propriedade
Netflix, 16 anos
Para se proteger de uma revolta dos trabalhadores da fazenda de sua família, uma reclusa estilista se fecha em seu carro blindado. Separadas pelo vidro do carro, Tereza e Dona Antônia, interpretadas por Malu Galli e Zuleika Ferreira, representam dois universos distintos prestes a colidir. Um suspense escrito e dirigido por Daniel Bandeira.

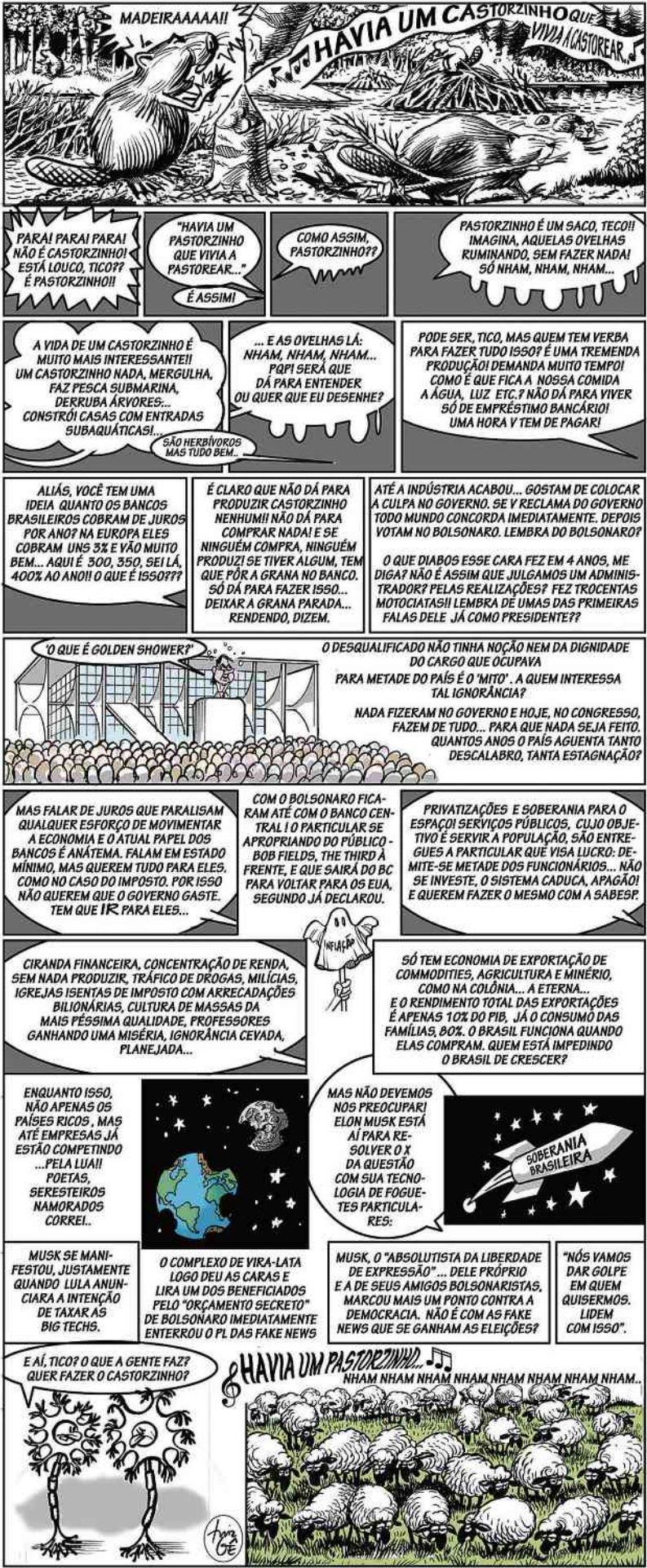
Sindicato de Ladrões
Belas Artes à la Carte, 14 anos
Marlon Brando interpreta um estivador que enfrenta seu chefe sindical corrupto ao mesmo tempo que se apaixona pela irmã de uma de suas vítimas. O clássico dirigido por Elia Kazan há 70 anos ganhou oito estatuetas do Oscar.

Domingão com Huck
TV Globo, 14h20 e 18h10, livre
O programa é dividido em duas partes, antes e depois das partidas do Brasileirão. Antes do jogo, passa o quadro novo "Missão Domingão", em que Luciano Huck vai realizar o sonho de alguém, seja ele um reencontro, uma festa ou qualquer outro. Depois do jogo, a nova fase da "Dança dos Famosos".

O Lobo Atrás da Porta
Canal Brasil, 22h10, 16 anos
Uma criança é sequestrada, e os pais, Bernardo e Sylvia, vão à polícia. Por meio de depoimentos ao delegado, descobrimoa que a amante de Bernardo, Rosa, está envolvida. Filme escrito e dirigido por Fernando Coimbra.

Canal Livre
Band, 23h30, livre
O empresário Eike Batista fala sobre o império que o fez ser listado como o sétimo mais rico do mundo, seus problemas com a Justiça e como seu conglomerado de empresas entrou em colapso. Apresentação de Rodolfo Schneider.

QUADRÃO

Luiz Gê

| DOM. Jan Limpens, Luiz Gê, **Ricardo Coimbra,** Angeli, Laerte

Prefeitura do Rio justifica R$ 10 mi em apresentação de Madonna com estudo do retorno

RIO DE JANEIRO O show que Madonna fará na praia de Copacabana, no dia 4 de maio, receberá R$ 10 milhões da prefeitura do Rio. O aporte irá para a Bonus Track Entretenimento, que organiza o espetáculo.

O patrocínio gerou questionamentos sobre o uso de recursos públicos para o evento de uma instituição privada, já que o show faz parte da celebração do centenário do Banco Itaú, do qual a cantora é garota-propaganda.

Na manhã deste sábado, a prefeitura divulgou um estudo para justificar o investimento. "Além dos efeitos econômicos diretos que [grandes eventos] podem exercer sobre a economia local, também existem efeitos indiretos", diz o comunicado.

Segundo o estudo, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico e pela Secretaria Municipal de Turismo, a expectativa é de um público de 1 milhão de pessoas, entre cariocas e turistas.

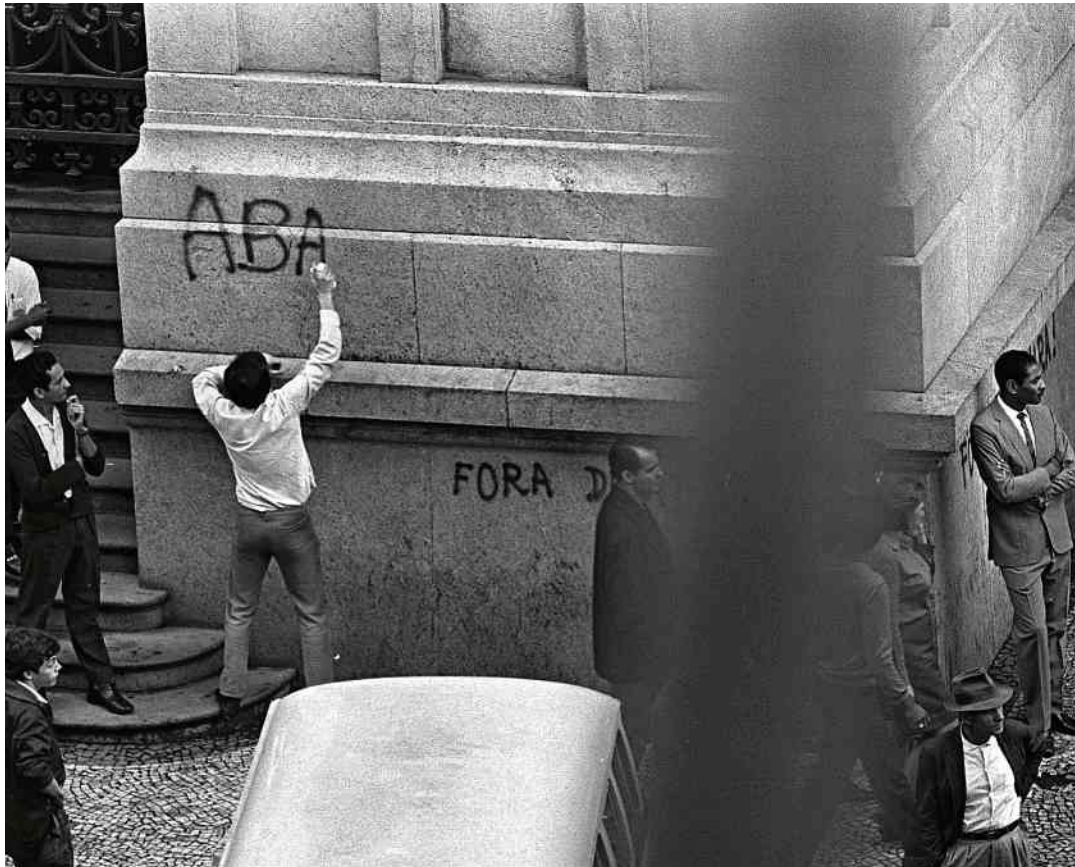
Já foi notado um aumento no número de voos para a cidade no período, assim como de passageiros nas rodoviárias.

Quanto à rede hoteleira, espera-se uma ocupação total na região de Copacabana. O impacto na economia do Rio seria de R$ 293,4 milhões, com os gastos do público. "Um ponto relevante é que o investimento público da Prefeitura poderá trazer um retorno, em termos de movimentação na economia carioca, de aproximadamente 30 vezes". **Cleo Guimarães**

Ciclo de Cinema e Psicanálise exibe 'Vidas Passadas'

SÃO PAULO O MIS, o Museu da Imagem e do Som, exibe em uma sessão gratuita o filme "Vidas Passadas", no dia 16 de abril, às 20h, como parte do Ciclo de Cinema e Psicanálise. Com apoio da **Folha**, o evento ocorre em parceria com a SBPSP, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

O longa, indicado ao Oscar nas categorias de melhor filme e roteiro original, conta a história de dois amigos de infância que se separam quando a família de um deles se muda da Coreia do Sul para o Canadá. Um reencontro acontece 20 anos depois, em Nova York.

O evento acontece no auditório do MIS, avenida Europa, 158, zona oeste de São Paulo, e os ingressos podem ser retirados uma hora antes.

Jovem picha muro durante Passeata dos Cem Mil, manifestação do movimento estudantil em junho de 68 CPDoc JB/Folhapress

Retratos da ditadura

[RESUMO] Na leva de publicações decorrentes dos 60 anos do golpe militar, livros do historiador Daniel Aarão Reis e da socióloga Ana Cristina Braga Martes se destacam pela leitura literária do período, envolvendo ficção, memória e fatos

Por *Marcelo Ridenti*
Professor titular de sociologia na Unicamp. Autor do romance histórico 'Arrigo' (Boitempo, 2022)

O turbilhão político dos últimos anos tem levado a pensar as heranças da ditadura estabelecida em 1964 no Brasil. A produção intelectual e artística sobre o tema é crescente e vem ganhando particular interesse no aspecto literário, envolvendo as relações entre ficção, memória e história.

Exemplos dos mais criativos encontram-se em dois livros recém-editados: as memórias ficcionais do historiador Daniel Aarão Reis e o segundo romance de Ana Cristina Braga Martes, que trocou a sociologia pela literatura.

Ambos escreveram sobre o tempo do regime militar. Daniel reconstituiu os anos de jovem militante político que o levaram à prisão e ao exílio. Ana Cristina cria uma personagem pré-adolescente nos anos 1970 que deseja descobrir um passado sobre o qual ninguém ao redor quer falar.

Os dois podem ser lidos como romances de formação, embora o livro de Daniel Aarão esteja baseado em sua própria trajetória, enquanto o de Ana Cristina é uma construção tipicamente romanesca.

Os leitores aprendem com a experiência única dos protagonistas, que amadurecem para encarar os desafios da vida em meio ao autoritarismo na sociedade brasileira, o que só é possível pelo conhecimento e incorporação crítica do passado.

Daniel Aarão Reis é um conhecido historiador das revoluções socialistas e das esquerdas brasileiras, autor de aclamada biografia de Luís Carlos Prestes (Companhia das Letras, 2014). Em seu novo livro, "Na Corda Bamba", ele dá a ver o amadurecimento do sujeito que viria a produzir essas obras.

Ciente da ilusão biográfica e vacinado contra o egocentrismo das autobiografias, ele lança mão de recursos ficcionais para buscar algum distanciamento dos fatos narrados, sem se concentrar apenas na vivência pessoal, tratando também da experiência de amigos e conhecidos que se tornam personagens.

Assim, por exemplo, imagina o que se passava na mente de um enfermeiro atuante nas câmaras de tortura, que telefonou para a família de Gabriel, alter ego do autor, para avisar onde ele estava preso. Ou trata da vizinha de uma militante que a denuncia para o marido policial, mas avisa a amiga quando a repressão estava chegando. Ou do porteiro da embaixada dos Estados Unidos apaixonado pela militante que se aproximou dele para descobrir a rotina do embaixador que seria raptado.

Ambos escreveram sobre o tempo do regime militar. Daniel reconstitui os anos de jovem militante político que o levaram à prisão e ao exílio. Ana Cristina cria uma personagem pré-adolescente nos anos 1970 que deseja descobrir um passado sobre o qual ninguém ao redor quer falar

A reconstituição subjetiva do passado leva em conta o ponto de vista de diversos atores, que por vezes falam na primeira pessoa, enquanto em outros momentos o próprio autor é referido na terceira, na pele de Gabriel.

Há um jogo narrativo, fazendo uso da primeira e da terceira pessoa, em que a maioria das personagens recebe denominação fictícia, embora claramente baseada em figuras reais, até com nomes que facilitam a identificação. Esse procedimento indica a consciência de que se trata de personagens construídas, a começar pelo próprio autor, ainda que inspiradas em pessoas que atravessaram sua vida.

O livro está organizado na forma de pequenos contos-capítulos que compõem um todo articulado em três momentos: ditadura, exílio e retorno. A linguagem clara, fluente e (auto)irônica seduz o leitor, que nem sente a travessia de 475 páginas repletas de aventuras dos protagonistas.

Elas dão o que pensar sobre a ditadura e seu aparelho repressivo que se abateu sobre diversas personagens na clandestinidade, nas salas de tortura, na cadeia e no exílio na Argélia, em Cuba, no Chile, na Europa e em Moçambique, onde Daniel-Gabriel foi professor após a revolução.

Junto com a resistência aparecem episódios de cumplicidade com a ditadura. E casos de amor, de amizade, de miudezas do cotidiano, não raro aproximando-se do tragicômico, como nas loucuras do Tocha no decorrer de uma obra que sugere distanciamento, mas não deixa de emocionar.

Daniel Aarão Reis contribui em grande estilo com o ciclo memorialístico de dezenas de livros publicados ao longo do tempo por antigos militantes de organizações clandestinas de combate à ditadura. Essa geração, que se aproxima dos 80 anos, viveu experiências tão extraordinárias que começou a publicar a respeito já em 1977, com o romance de Renato Tapajós, "Em Câmara Lenta", escrito ainda no cárcere, que recebeu merecida reedição recentemente (Ed. Carambaia, 2022).

Logo em seguida veio o boom após a anistia de 1979, com os livros memorialísticos precoces de Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e outros que sentiam a urgência de contar histórias até então interditadas.

Se Daniel Aarão Reis leva a memória a recorrer a recursos da ficção, Ana Cristina Braga Martes vai em sentido inverso, ao destacar a percepção da personagem central do romance de que sua casa "era habitada por diversos tipos de silêncio".

E sente necessidade de reconstituir a memória da família, do bairro, de sua cidade e do próprio país, buscando os temas sobre os quais era proibido falar, condição indispensável para formar a própria identidade.

O romance, narrado em primeira pessoa, conta com sensibilidade e talento a vida de uma garota na vila operária de cidade do interior nos anos de chumbo. Os leitores vão sendo enredados pela trama, descobrindo aos poucos, junto com a personagem central, os fatos "sobre o que não falamos", relatados com delicadeza, mas sem perder a contundência.

A menina aprende a questionar os avós, descendentes de imigrantes que a criaram, e toda a vizinhança sobre o silêncio envolvendo o passado de seus pais, que não conheceu. Em cada detalhe explorado na narrativa, reconstitui a atmosfera social resultante do medo da repressão, ambiguamente ligado à cumplicidade com as autoridades e à hipocrisia do cotidiano, por meio de personagens instigantes como os gêmeos e a colega Cegonha.

A vida dura no bairro, a sexualidade reprimida, a violência nas relações pessoais até mesmo entre crianças numa sociedade patriarcal, de machismo e racismo velados ou explícitos; o entorno de desigualdades e opressão de gênero e de classe; os crimes da ditadura. Tudo isso é abordado de um ângulo original, em linguagem elaborada e cativante, pelo olhar da garota que se constitui como sujeito e mulher. Educação sentimental e política da menina que amadurece e tem muito a dizer sobre o passado presente.

Empenhada em descobrir fatos e vivências "sobre o que não falamos", a garota encontraria leitura instrutiva nas revelações das personagens que viveram a ditadura "na corda bamba". Estas, por sua vez, estariam realizadas se tivessem audiência ampla e interessada como aquela menina, representando as novas gerações.

A resistência contra o esquecimento está presente nestas duas obras de reflexão indagadora, costurando cada uma a seu modo a escrita literária com a memória e a história, recusando-se a calar. Na contramão de quem imagina que o silêncio pode apaziguar as forças antidemocráticas. ←

Na Corda Bamba
Autor: Daniel Aarão Reis. Editora: Record. R$ 79,90 (476 págs.)

Sobre o que Não Falamos
Autora: Ana Cristina Braga Martes. Editora: 34. R$ 62 (200 págs.)

Esther Duflo, 51
Presidente da Escola de Economia de Paris e professora do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), é cofundadora do J-PAL (Laboratório de Ação contra a Pobreza Abdul Latif Jameel) e vencedora do Prêmio Nobel de Economia de 2019, com Abhijit Banerjee e Michael Kremer. Autora, com Banerjee, de 'Good Economics for Hard Times' e 'Poor Economics: a Radical Rethinking of the Way to Fight Global Poverty', entre outros livros

Retrato de Esther Duflo
Joel Saget - 20.jun.23/AFP

A hora do imposto sobre bilionários

[RESUMO] Nobel de Economia afirma à Folha que a cobrança de imposto sobre a fortuna de super-ricos e o aumento da tributação de multinacionais foram incorporados ao espírito do nosso tempo e podem gerar, em todo o mundo, US$ 500 bilhões ao ano para financiar medidas de mitigação de impactos da crise climática sobre populações e países pobres

Por ***André Fontenelle***
Jornalista baseado em Paris

ENTREVISTA
ESTHER DUFLO

Na próxima quarta-feira (17), os ministros da Fazenda dos países do G20 reunidos em Washington ouvirão uma proposta que alguns anos atrás seria inimaginável em um fórum do gênero: usar um imposto sobre os bilionários para lutar contra a pobreza e as consequências da crise climática.

A autora da proposta, Esther Duflo, 51, vencedora do Nobel de Economia de 2019, falará como convidada do governo brasileiro, atualmente na presidência rotativa do G20. Segundo a economista francesa, chegou a hora para articular as duas questões, pobreza e aquecimento global.

Propostas de taxação dos super-ricos vêm ganhando aliados nos últimos anos. Em fevereiro, Fernando Haddad encampou uma dessas propostas, de outro economista francês, Gabriel Zucman, colega de Duflo na Escola de Economia de Paris e especialista em paraísos fiscais.

Segundo Duflo, cobrar 2% sobre a fortuna dos super-ricos e aumentar a tributação das multinacionais arrecadaria US$ 500 bilhões de dólares por ano, que poderiam ser aplicados em favor dos mais pobres do planeta, maiores vítimas da emergência climática. Parte do dinheiro seria diretamente injetado em contas digitais dessas pessoas, parte seria usada como resseguro para os governos obrigados a arcar com os custos das catástrofes e o restante seria investido na adaptação ao calor extremo nas regiões mais afetadas.

A pesquisadora afirma buscar "influenciar o mundo real": é uma das fundadoras do J-PAL (Laboratório de Ação contra a Pobreza Abdul Latif Jameel) —rede mundial de pesquisa que tem uma representação no Brasil, no Insper, em São Paulo— e lançou na França no ano passado uma série de livros infantis com histórias para conscientizar as crianças dos problemas da miséria.

Em entrevista por videochamada, Duflo antecipou à **Folha** a proposta que vai apresentar em Washington.

*

Na última reunião preparatória do G20, em São Paulo em fevereiro, Fernando Haddad mencionou uma proposta de imposto sobre os super-ricos. Essa proposta é igual à sua? Não é a mesma, mas eu a conheço muito bem e a apoio. Gabriel Zucman, que está muito envolvido com ela, é meu vizinho de sala em Paris. A minha é, digamos, complementar, porque trata da necessidade de financiamento para adaptação e compensação pelos danos climáticos para as pessoas mais pobres do planeta. O imposto recomendado pelo ministro Haddad em fevereiro é uma dessas fontes.

A sra. dá muita ênfase à viabilidade dessas propostas. Por quê? Não basta mais apresentar argumentos teóricos e morais, do tipo "é só fazer isso". Temos que ser mais pragmáticos, porque a mudança climática já chegou. As temperaturas já aumentaram. Os últimos 12 meses foram os mais quentes já registrados. Os danos já estão acontecendo, principalmente nos países mais pobres, que não têm condições de se proteger.

Precisamos agir hoje. Até agora, temos demonstrado uma total incapacidade de lidar com esse problema. Não basta fazer declarações ou criar um fundo sem investir dinheiro algum nele.

Nunca se falou tanto em um imposto sobre os super-ricos. Ele está no espírito do tempo? Sim, e o Brasil fez muito para colocá-lo no espírito do tempo. Antes de fevereiro, estava menos que agora. O fato de ter sido encampado pela presidência brasileira do G20 faz uma grande diferença, mas há outros fatores que tornam esse imposto possível.

Por um lado, o aumento da desigualdade e, em especial, das enormes fortunas. Por outro, a constatação de que essas grandes fortunas não pagam Imposto de Renda. Não se trata de tirar a fortuna deles, mas obrigá-los a pagar impostos como os que nós pagamos sobre nossos salários.

O retorno mínimo na Bolsa, para quem é muito rico, é de 5%. Hoje, essa renda não é tributada. Tributar o patrimônio em 2% equivale a tributar cerca de 40% da renda, o que equivale à alíquota superior do Imposto de Renda na maioria dos países. Isso mostra que é possível chegar a um entendimento internacional. Chegou o momento de introduzir o imposto sobre bilionários.

O imposto sobre empresas já está sendo implantado. Ao aumentar um pouco esse imposto ou usar o todo ou parte do imposto sobre os super-ricos, poderíamos financiar até US$ 500 bilhões por ano para os mais pobres do mundo.

A sra. foi convidada a Washington pelo governo brasileiro. Não teme que sua proposta fique associada a um grupo político? Não creio. Foi o G20 que me convidou, como parte da presidência rotativa brasileira, que tem foco na pobreza e na mudança climática. É normal que esse foco reflita a política de Lula, enquanto o G20 geralmente lida mais com os problemas dos países industrializados. A França apoiou imediatamente a proposta, com um governo que não é de esquerda.

Continua na pág. C9

Continuação da pág. C8

Quando analisamos as pesquisas, o apoio é muito forte. Taxar grandes empresas ou bilionários para ajudar os países pobres a lidar com as mudanças climáticas tem mais de 80% de popularidade. Vai além de direita ou esquerda. É senso comum.

Elon Musk e o STF entraram em conflito sobre a liberdade de expressão. Isso não mostra que haverá resistência dos bilionários a propostas como a sua? É possível. Por outro lado, estamos falando em 2% de suas fortunas. Mesmo que eles não façam nada com essas fortunas —e geralmente fazem—, elas rendem mais de 5% ao ano. Concordar em serem tributados nesse nível totalmente razoável não seria um investimento no tecido social por parte dos bilionários?

Eles podem alegar que já fazem filantropia. Deixaria de ser filantropia, porque seria um imposto: logo, eles não teriam controle. Porém, ainda que seja puramente estratégico, pode ser do interesse deles: "Estamos pagando nossa contribuição razoável para as sociedades em que vivemos".

Não sei se Elon Musk entenderia isso, mas outros talvez se deem conta de que é um preço pequeno, comparado ao que poderia aguardá-los se houvesse uma revolta popular e populista que saísse do controle. Um bilionário razoável deveria ser a favor.

Como o dinheiro seria aplicado? Podemos dividir as propostas em três "cestos": primeiro, as individuais. Quando as pessoas recebem dinheiro, podem se mudar temporariamente se houver uma enchente ou muito calor, podem se proteger e seus animais ou não trabalhar por algum tempo se estiver muito quente. Durante a pandemia, vimos que muitos países sabem fazer isso. Qualquer pessoa pode ter uma conta no celular, diretamente conectada a um grande "pipeline" de dinheiro.

Há quem diga: "Mas tem corrupção, o dinheiro não vai chegar". Não. Hoje, há pesquisas demonstrando que as pessoas que recebem dinheiro o utilizam muito bem. Por isso, é a parte mais importante da proposta.

Depois, as propostas nacionais: quando ocorre um grande desastre climático, os governos são sempre os seguradores de última instância. Portanto, um resseguro para os governos.

Por fim, a adaptação, que pode ser em nível comunitário ou regional, às consequências das mudanças climáticas. No Brasil, há uma tradição muito forte de descentralização, que pode servir de exemplo.

O que a sra. responde a quem diz que as estimativas não estão corretas e que isso não vai acontecer? Não dá para dizer que não vai acontecer porque já está acontecendo. Nos países pobres, já é uma realidade. Basta ver as enchentes do ano passado no Paquistão, a seca intensa no norte da Índia. Tenho certeza de que você pode pensar em exemplos no Brasil. O Níger e todo o Sahel se tornaram áreas onde nada mais pode ser cultivado. Não se trata mais de uma questão do futuro: é uma questão do presente.

Não seria melhor enfrentar a própria existência de bilionários em vez de tributá-los? Estaríamos saindo do meu campo pragmático, para entrar, por exemplo, na proposta de Thomas Piketty de tributar a riqueza em um nível muito mais alto para garantir que não haja bilionários —ou [tributar] as heranças. São propostas interessantes, mas não estão na mesa no momento. Minha pergunta é concreta: o que podemos fazer hoje?

A partir do momento em que sua proposta for apresentada, quantos anos acha que seriam necessários para colocá-la em prática? Não faço ideia. Não sou muito familiarizada com negociações internacionais. No entanto, se pegarmos o exemplo da tributação de multinacionais, ela demorou uns dez anos até ser feita. Que seja em dez, mas acho que acontecerá e espero que aconteça.

O que a sra. pensa sobre o papel do intelectual na sociedade? Escolhi a economia quando me dei conta de que o economista pode ter uma influência no mundo real. Na maior parte do meu trabalho com o J-PAL, há uma relação clara da intelectual a serviço da política. Os políticos têm ideias, e nós estamos aqui para ajudá-los a encontrar maneiras eficazes de atingir seus objetivos.

Essa proposta é uma postura um pouco diferente da que tive durante toda a minha carreira acadêmica, porque se trata de uma proposta política, não apenas técnica. Pode ser criticada ou melhorada. Ao apresentá-la, me torno uma espécie de porta-voz da ciência atual.

Por que a sra. escreveu uma série de livros infantis sobre a pobreza? As leituras da infância são marcantes. O que vemos nos impressiona, nos choca e nos desafia. Foi essa a minha experiência.

Outro motivo é a literatura atual sobre pobreza e questões ambientais não ser das melhores. Tende a ser extremamente didática ou caricatural. Queria mostrar a riqueza da vida das pessoas pobres. Conscientizar as crianças dos problemas da pobreza e das soluções —porque todos os meus livros oferecem soluções—, só que sutilmente.

Em conferência recente, a sra. falou de um "efeito Bolsonaro" e um "efeito Lula" em relação ao desmatamento. A esquerda se preocupa com o meio ambiente mais que a direita? A política conta. Isso está demonstrado. Uma decisão política afeta outras decisões.

Quanto a Bolsonaro vs. Lula, são duas personalidades específicas. Não acho que Bolsonaro seja representativo da direita, assim como Lula não é necessariamente representativo da esquerda. É verdade que, se observarmos as propostas, os governos de direita tendem em geral a não defender tanto a ecologia quanto os de esquerda. Mas isso não basta para dizer que a direita é menos ecológica que a esquerda.

A sra. parece cética em relação a abordagens baseadas em compromissos voluntários para cumprir as metas de emissões por país. Está pessimista em relação à COP em Belém? Discutem-se muito os termos dos comunicados finais, e, na diplomacia, muitas vezes, o comunicado é a ação. Não sei o que teria acontecido sem as COPs, mas o esforço tem sido muito lento em comparação com a dimensão da necessidade.

Em relação à compensação para os países pobres, está nítido para mim que não é suficiente e que deveríamos fazer melhor e imediatamente. Mas não há só o imposto sobre o carbono. Há também, em tese, a possibilidade de um sistema de cotas por país. Esse era o princípio [do Protocolo] de Kyoto, que não deu certo.

A solução mais justa parecem ser cotas com base na população de cada país. Se conseguíssemos isso, minha proposta não seria mais necessária, porque haveria uma transferência absolutamente maciça para os países mais pobres. Só que não parece estar em pauta.

A sra. lamenta isso? Lamento, mas é preciso encarar o mundo como ele é. Não sou ingênua. Todo o meu trabalho sempre foi fazer o melhor dentro das restrições políticas. O que não quer dizer que não se deva sonhar com sistemas melhores. Tem gente que pode e deve fazer isso, mas meu trabalho sempre foi mais reformista: como fazer o melhor dentro do sistema muito imperfeito existente.

Recentemente, uma reforma tributária foi aprovada no Brasil para simplificar um sistema considerado muito complexo. Esse tipo de reforma pode desempenhar um papel na redução da pobreza? Não estudei [a reforma brasileira], mas ter um sistema mais legível, que unifique diferentes impostos e possibilite calcular a verdadeira extensão da redistribuição, possibilita um debate sobre as questões reais. Na França, temos um Imposto de Renda progressivo, mas também temos um monte de impostos "flat", o que pode tornar seu caráter redistributivo obscuro.

Qual mensagem a sra. deseja transmitir em Washington? Para mim, é fundamental apresentar essa proposta diante dos ministros das Finanças para obter uma reação e forçá-los a dizer sim ou não e por quê. Isso coloca a proposta oficialmente no debate público. Espero que desemboque em uma declaração do G20 neste ano, que seria um passo importante para a concretização da proposta.

Minha mensagem mais importante será: "Vocês representam os países responsáveis pelas mudanças climáticas, que já estão ocorrendo e causando a perda de vidas nos países pobres. Até que encontrem uma maneira mais eficaz de combater as mudanças climáticas, vocês precisam encontrar uma forma de compensar as pessoas mais pobres por meio de mecanismos sustentáveis, porque os voluntários não deram certo. Estou ciente da pressão fiscal sobre seus orçamentos, mas existem duas fontes de financiamento justas, realistas, populares, que nos permitiriam arrecadar US$ 500 bilhões de dólares por ano para proteger vidas". ←

As temperaturas já aumentaram. Os danos já estão acontecendo. Precisamos agir hoje. Até agora, temos demonstrado uma total incapacidade de lidar com esse problema

Taxar grandes empresas ou bilionários para ajudar os países pobres a lidar com as mudanças climáticas tem mais de 80% de popularidade. Vai além de direita ou esquerda. É senso comum

O propagador da democracia

[RESUMO] Biografia excelente detalha o percurso e as contradições do pensador francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), herdeiro da aristocracia que dedicou sua vida e obra a defender os valores da democracia e da igualdade

Por **Paulo Henrique Cassimiro**
Professor do Departamento de Ciência Política da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Quando iniciou sua viagem pela jovem República norte-americana em 1831, Alexis de Tocqueville levava consigo o peso da história francesa.

Pelo lado do pai, descendia de uma família de militares da Normandia; pelo lado da mãe, de uma longa dinastia de nobres que ocuparam posições de prestígio e poder na burocracia estatal da monarquia francesa.

Seu bisavô materno, Chrétien-Guilhaume de Malesherbes —censor real que autorizou a publicação da enciclopédia iluminista—, foi um dos advogados de Luís 16 após o início da Revolução Francesa, em 1789. Seu avô, o marquês de Rosambo, foi presidente do Parlamento de Paris, órgão máximo do Judiciário no Antigo Regime.

Sua tia casou-se com o irmão de François-René de Chateaubriand, o mais importante escritor francês da primeira metade do século 19. Em 1794 todos eles estavam mortos, enforcados ou guilhotinados pela revolução. Os pais de Tocqueville passaram 10 meses na prisão e foram salvos pela queda de Robespierre e dos jacobinos, em julho de 1794.

Nascido em 1805, Alexis de Tocqueville tinha tudo para ser um reacionário convicto, defensor da aristocracia francesa contra o legado da revolução.

Todavia, sua viagem pela América significou uma experiência definitiva para pensar o surgimento de um mundo político e social novo, cuja tendência à expansão representava o destino inexorável de uma civilização que deixava para trás suas estruturas hierárquicas e aristocráticas milenares e começava a se organizar a partir da reivindicação do princípio da igualdade.

Esse é o mundo que Tocqueville descreve em "A Democracia na América", enorme e complexo relato de viagens publicado em dois volumes, em 1835 e 1840, que se tornou um texto definidor dos novos significados que atribuímos à velha palavra democracia.

É justamente a relação entre suas experiências pessoais, intelectuais e políticas e a escrita de seus textos mais importantes que o historiador francês Olivier Zunz acompanha em "O Homem que Compreendeu a Democracia: A vida de Alexis de Tocqueville".

A narrativa segue os anos de formação de Tocqueville, suas influências literárias e contatos pessoais, as razões para empreender a viagem aos Estados Unidos, suas reações aos acontecimentos políticos mais importantes do período, além de seu próprio engajamento com a política.

Tocqueville é eleito para a Câmara dos Deputados ainda durante a monarquia dos Orleans e, posteriormente, para a Assembleia Constituinte após a Revolução de 1848.

Também foi, por um curto período de tempo, ministro das Relações Exteriores durante a presidência de Luís Napoleão Bonaparte, figura a quem desprezava e sobre quem, após o golpe de Estado de 1851, pensou em dedicar um ensaio, desvendando suas estratégias despóticas de conquista do poder, assunto sobre o qual Karl Marx escreveria posteriormente em "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte".

Todas essas experiências são pano de fundo para que o livro nos conte como vai sendo construída a interpretação de Tocqueville sobre as mudanças sociais e políticas da Era das Revoluções.

O texto de Zunz, contudo, não trata apenas das influências e experiências que levaram o pensador a escrever "A Democracia na América". Escapando do senso comum, o livro nos apresenta suas posições menos conhecidas sobre temas como a colonização da Argélia e a escravidão.

Tocqueville via como uma das condições de sucesso da igualdade na democracia americana a existência de uma sociedade de "cidadãos proprietários": o fato de que a disputa por terras não era um problema central para os cidadãos daquela recém-criada República.

O pensador reconhece essa "disponibilidade de terras" como um motivado para a França colonizar a Argélia.

Apesar de insistir que a colonização não deveria ser exercida por meio da violência contra os povos locais, Tocqueville se mostrava consciente dos conflitos que a ocupação de novos territórios poderia ocasionar, o que torna impossível ignorarmos a dimensão colonial de seu pensamento e suas consequências para uma visão potente, porém limitada, das ideias de liberdade e igualdade.

Diferentes, contudo, foram suas posições assumidas com relação à escravidão. Zunz recupera algumas das opiniões a favor da abolição nas colônias defendidas por Tocqueville durante sua experiência como deputado, suas conexões com movimentos abolicionistas desde a juventude, suas críticas ao amigo pessoal, o teórico racista Gobineau, por sua filosofia determinista que excluiria a possibilidade da liberdade humana.

Já em "A Democracia na América", Tocqueville chamava atenção para os conflitos que poderiam surgir em uma sociedade que se organizava sob o princípio da igualdade entre brancos, acompanhada da profunda desigualdade que marcava a exclusão da população negra.

Zunz nos mostra, inclusive, como a obra de Tocqueville e sua valorização da experiência da igualdade americana foi utilizada como arma por abolicionistas quando a luta pelo fim da escravidão se acentuou em meados do século 19.

Quando, após a morte de Tocqueville, seu amigo e parceiro de viagens Gustave de Beaumont publicou seus trabalhos e correspondências inéditas em 1861, Sainte-Beuve, o crítico literário mais importante e temido da França naquele período, escreveu que o autor de "A Democracia na América" "começou a pensar antes de saber o que quer que fosse".

Em verdade, se olharmos de perto seus manuscritos e suas cartas, vemos que toda a sua obra é realmente uma tentativa angustiada de definir e explicar uma experiência histórica nova, cujo nome nem sempre lhe era evidente, que indicava uma enorme incerteza a respeito de seu futuro.

Um mundo que apontava para transformações profundas nos valores e nas crenças que orientavam a vida ordinária dos indivíduos, o que Tocqueville chamou de democracia, dando à palavra um significado próximo daquele que usamos ainda hoje.

O livro de Olivier Zunz é uma excelente narrativa biográfica sobre as inovações e contradições das fascinantes obra e vida de Alexis de Tocqueville. ←

Tocqueville tinha tudo para ser um reacionário convicto, defensor da aristocracia francesa contra o legado da revolução. Todavia, sua viagem pela América significou uma experiência definitiva para pensar o surgimento de um mundo que deixava para trás suas estruturas hierárquicas e aristocráticas e começava a se organizar a partir do princípio da igualdade

O Homem que Compreendeu a Democracia: a Vida de Alexis de Tocqueville
Autor: Olivier Zunz.
Editora: Record. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. R$ 159,90 (490 págs.)

O pioneiro do terror

[RESUMO] Rubens Francisco Lucchetti iniciou aos 12 anos uma trajetória até então sem precedentes no horror brasileiro. Primeiro escritor do país assumidamente dedicado ao gênero, povoou livros, HQs e filmes com suas criaturas sobrenaturais e sua visão de mundo soturna

Por **Marcelo Miranda**
Jornalista, crítico e curador de cinema. Publicou textos em livros e antologias sobre terror e atualmente pesquisa a presença do gótico no cinema brasileiro. Foi produtor do podcast 'Saco de Ossos'

O escritor Rubens Francisco Lucchetti em sua casa em Jardinópolis, no interior de São Paulo, em 2012
Edson Silva/ Folhapress

Em um sábado de outubro de 1942, um rapaz de 12 anos corria empolgado pelas ruas do bairro da Lapa, em São Paulo. Segurava o jornal O Lapiano como se fosse o maior tesouro do planeta. Lá estava impresso o conto "A Única Testemunha".

A vontade do menino era parar todo mundo que encontrava na rua para dizer "olha isso aqui, essa história é minha, fui eu que escrevi!". Era a primeira vez que o jovem Rubens Francisco Lucchetti publicava um texto. A frase que iniciava o conto —e a trajetória vindoura ao longo dos 82 anos seguintes de vida e carreira— era: "Ouço, na noite fria, o dobrar do sino no campanário solitário".

Lucchetti morreu em 4 de abril deste ano, aos 94, em Ribeirão Preto (SP), após 15 dias internado para tratar uma pneumonia.

Uma enorme comunidade literária e cinéfila passou os últimos dias lamentando a morte dele, considerado uma lenda pela incansável trajetória de escrita e por ser o primeiro escritor brasileiro assumidamente dedicado ao gênero do horror.

O universo desenvolvido por Lucchetti em romances, contos, animações, histórias em quadrinhos e roteiros de cinema, rádio e TV era povoado por criaturas insólitas, castelos e casarões misteriosos, homens e mulheres perigosos, situações violentas, desdobramentos cheios de surpresas e um estilo de escrita direto e envolvente que o fizeram ser considerado "o papa da pulp fiction brasileira".

"O principal diferencial do Lucchetti é a maneira como sua escrita dialoga não apenas com correntes da literatura estigmatizadas como entretenimento descartável, mas também com outras linguagens artísticas, como os seriados de rádio, as HQs e o cinema de gênero", afirma o editor Cid Vale Ferreira, sócio da editora Sebo Clepsidra e profundo admirador, pesquisador e colecionador da obra de Lucchetti.

"Por toda a vida ele agiu como um embaixador autodidata de gêneros que muitas vezes tinham amplo espaço só em obras estrangeiras consumidas no Brasil, embora o país ainda desconfiasse da capacidade de seus artistas de criar algo dessa natureza", destaca Cid.

A tarefa de catalogar a obra de Lucchetti é hercúlea. Registros dão conta de que ele publicou 1.547 livros, cifra impressionante que imediatamente causaria alguma desconfiança sobre a qualidade, não fossem nuances importantes.

Boa parte dessa produção foi feita por encomenda de pequenas editoras e para a subsistência do autor. Isso incluiu livros sobre magia, receitas, interpretações de sonhos, horóscopos, manual sobre pílulas anticoncepcionais e guias de controle de pragas domésticas, entre outras peculiaridades. Ainda entram na conta livrinhos de bolso de todos os gêneros populares, de aventura a faroeste, de erotismo a cópias disfarçadas de clássicos literários de outros países.

Esses trabalhos eram assinados por pseudônimos, uns inventados por Lucchetti e outros pelos editores. Segundo ele próprio costumava dizer, apenas "uns 200 livros" foram de sua autoria plena, enquanto o resto era "baboseira deprimente e lixo editorial".

Cid Vale comenta: "A quantidade de encomendas com prazos insalubres, que redundavam em obras escritas às pressas, também exigia a preservação de seu nome, o que pulverizava esforços, de modo que boa parte desse material simplesmente não lhe agregava nada".

A importância histórica de Lucchetti não tem precedentes no Brasil. Ainda que antes dele tenha havido no país outras coletâneas de histórias de suspense e terror, como "Noite na Taverna" (1855), de Álvares de Azevedo, e "A Casa do Pavor" (1922), de Moacyr Deabreu, foi "Noite Diabólica" (1963), de Lucchetti, que se notabilizou como a primeira antologia intencionalmente pensada para ser um livro de histórias de assombro em um período em que o gênero já era sistematizado.

A importância histórica de Lucchetti não tem precedentes no Brasil. Ainda que antes dele tenha havido no país outras coletâneas de histórias de suspense e terror, como 'Noite na Taverna' (1855), de Álvares de Azevedo, e 'A Casa do Pavor' (1922), de Moacyr Deabreu, foi 'Noite Diabólica' (1963), de Lucchetti, que se notabilizou como a primeira antologia intencionalmente pensada para ser um livro de histórias de assombro em um período em que o gênero já era sistematizado

"Reconhece-se, em 'Noite Diabólica', a intencionalidade do arrepio, articulada por meio de contos breves que ora se inserem na manufatura do gótico, com todos os marcadores que dizem respeito a ele, ora reverberam textos de ficcionistas cardeais do gênero, como Edgar Allan Poe, Bram Stoker e H. P. Lovecraft", afirma o escritor e pesquisador Oscar Nestarez, que editou um dos últimos contos publicados por Lucchetti em vida, "A Casa", na coletânea "Mundos Paralelos: Horror" (ed. Globo, 2023).

"Embora se critique, nos livros de Lucchetti, a ausência de conexões com o espaço, com os contextos social e cultural e com o imaginário brasileiros, é inegável a contribuição para o que se estabeleceu como o sistema literário do horror nacional. Nos últimos anos, sua obra passou a ser consumida e respeitada por leitores, ficcionistas e editores de novas gerações."

Para o cineasta Carlos Adriano, que em 2002 fez o curta-metragem "O Papa da Pulp: R. F. Lucchetti, Faces e Disfarces", a vasta obra do paulista nascido em Santa Rita do Passa Quatro ocupa "uma espécie de subconsciente do imaginário popular brasileiro, dadas as dimensões de sua atuação plural".

O jornalista Daniel Solyszko, que prepara um livro sobre a vida e o trabalho do autor, reforça que "a única maneira de compreender e gostar de Lucchetti é através da chave do fantástico e do irreal".

"Ele assimilava diversas influências, a maioria estrangeiras, para depois traduzi-las de maneira particular. Seus livros se passam nos clubes noturnos de Berlim, nas ruas de Havana pré-revolução, em castelos e florestas sombrias no interior da Inglaterra, mesmo ele nunca tendo saído do Brasil", conta Solyszko.

Lucchetti, homem tímido e recluso, pouco afeito a holofotes, definia a si mesmo como "um ficcionista". Considerava-se inventor de novas realidades através da imaginação irrestrita e das possibilidades do fantástico.

"Minhas primeiras leituras foram histórias policiais, mas quando li 'O Coração Denunciador' e 'O Gato Preto', de Edgar Allan Poe, fiquei tão impressionado que não consegui mais imaginar nenhuma história que não envolvesse o fantástico e o sobrenatural", disse, em entrevista ao filho, Marco Aurélio, publicada na coletânea "No Reino do Terror de R. F. Lucchetti" (Opera Graphica, 2001).

"Só me sinto bem quando estou escrevendo histórias nas quais procuro explorar o folclore do horror."

Grande fã dos filmes de monstros do estúdio Universal realizados nos anos 1930, Lucchetti acabou ele mesmo se aproximando de um ícone brasileiro do gênero em 1966, quando conheceu o cineasta José Mojica Marins. Dois anos antes, Mojica lançara "À Meia-noite Levarei sua Alma", no qual interpretava o coveiro Zé do Caixão.

Em 1967, fez a sequência, "Esta Noite Encarnarei no Teu Cadáver". Em seguida, ao contratar Lucchetti como roteirista oficial, Mojica desenvolveu "O Estranho Mundo de Zé do Caixão" (1968) e consagrou seu personagem como um mestre de cerimônias macabro, perfil que reverberou por décadas adiante no imaginário popular, inclusive no saudoso "Cine Trash", da rede Bandeirantes, que exibia filmes de horror à tarde na TV aberta dos anos 1990.

"Lucchetti elogiava Mojica por ele ter conseguido, com Zé do Caixão, criar um personagem legitimamente brasileiro dentro da tradição do horror. Quando ele vai trabalhar com o Mojica, tenta apresentar uma nova leitura do coveiro, organizando um repertório que até então era mais caótico", diz a pesquisadora Laura Cánepa, especializada em cinema de horror brasileiro.

Em apenas dois anos, Lucchetti escreveu 25 roteiros para Mojica, dos quais 12 foram transformados em filmes até meados dos anos 1980. Também roteirizou episódios de duas séries de televisão e diversas histórias em quadrinhos com a presença do Zé do Caixão, estas em parceria com o desenhista ítalo-brasileiro Nico Rosso.

A parceria, contudo, não terminou muito bem. No fim da década de 1960, Lucchetti rompeu o contrato. "Mojica não soube aproveitar a oportunidade que teve com Lucchetti, que era um cocriador que o admirava", acredita Cánepa.

"Ele fazia escolhas sem consultá-lo, mudava de ideia sobre os trabalhos, vendia roteiros, trocava de emissora ou de editora, sem avisar. Lucchetti ficava a reboque da personalidade muito fulgurante e desorganizada do Mojica, que podia ter tido mais estabilidade na própria carreira se tivesse aproveitado melhor a proximidade com o roteirista."

Os desencontros não impediram que Lucchetti assinasse alguns dos trabalhos mais celebrados de Mojica, entre eles "Ritual dos Sádicos" (1969), "Finis Hominis" (1971), "Exorcismo Negro" (1974) e "Inferno Carnal" (1976).

E nem que posteriormente o escritor desenvolvesse quatro filmes para outro cineasta, Ivan Cardoso, entre eles "O Segredo da Múmia" (1982), pelo qual ganhou o prêmio de melhor roteiro no Festival de Gramado.

Por outro lado, as experiências deixaram marcas de ressentimento no autor. "Nenhum desses filmes me agradou. Se eu voltasse ao passado com a cabeça que tenho hoje, roteiro para cinema eu não faria", disse Lucchetti, em 2019, em entrevista a este repórter no podcast "Saco de Ossos".

Após as desilusões com o cinema e dificuldades de se manter financeiramente como escritor, Lucchetti pensou em aposentar a máquina de escrever. Mas, no começo dos anos 2010, morando em Jardinópolis (região próxima de Ribeirão Preto), foi procurado pela modesta Editorial Corvo com a proposta de um selo com seu nome (Coleção R. F. Lucchetti) e total liberdade criativa.

Em 2014, teve início a publicação de vasto material de ficção e não ficção de Lucchetti, entre inéditos e resgates revisados de romances, contos, crônicas, memórias, anotações e quadrinhos de sua autoria, com edição de seu filho. O próprio Lucchetti vendia os livros por um perfil no Facebook, ambiente no qual manteve contato com centenas de admiradores e que lhe permitiu ser redescoberto por uma nova geração. "Eu renasci", dizia ele.

O cineasta Carlos Adriano relembra a importância desse resgate para que Lucchetti se mantivesse tão ativo na última década. "Ele reconhecia que só agora estava conseguindo publicar sua obra como queria. As mutilações de seu trabalho no passado, seja em livros e revistas, seja em filmes, pode ser lida como alegoria da importância, do reconhecimento e do legado em um país periférico que não cuida bem de sua memória", diz Adriano.

O editor Cid Vale concorda. "O esforço atual de construir uma memória de sua produção angariou-lhe reconhecimento como um patrimônio vivo de nossa cultura, mesmo que em certos aspectos sua verve tenda a aclimatar estéticas de origem estrangeira."

Com a morte de Lucchetti, o filho, Marco Aurélio, deve continuar a editar e vender a obra do pai, já que material não há de faltar por bastante tempo. ←

Mulher ganha menos em 75% das unidades da Petrobras, BB e Caixa

Funcionários entram com salário igual, mas diferença surge ao longo de progressão da carreira

VIDA PÚBLICA
TODAS

Lucas Marchesini

BRASÍLIA As três principais estatais do Brasil pagam mais para homens do que para mulheres. Os dados são dos relatórios de igualdade salarial das empresas, divididos por unidades com mais de cem funcionários em cada estado.

O Banco do Brasil tem 59 relatórios, a Caixa, 44, e a Petrobras contabiliza 38. Em 110 das 146 unidades analisadas, o equivalente a 75%, os homens recebem salários maiores que as mulheres.

A situação é pior na Petrobras, onde a média salarial é maior para homens em 84% das unidades. Em seguida vem o Banco do Brasil, com 75%, e a Caixa, com 69%.

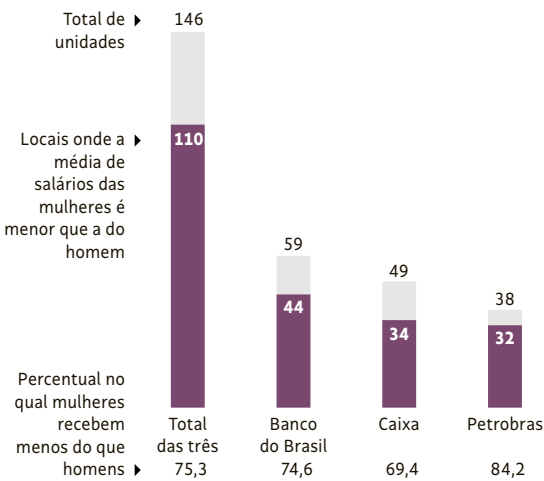
Em empresas estatais, diferentemente do setor privado, a entrada é por concurso público e os salários iniciais são iguais para todos. A diferença no rendimento surge a partir da progressão da carreira.

A Petrobras afirmou que seu plano de cargos não admite distinções entre homens e mulheres na mesma função e unidade de trabalho.

"A única diferença que pode ocorrer está relacionada aos ganhos com regime de trabalho diferenciado, como, por exemplo, quem trabalha embarcado", afirmou a assessoria de imprensa da petroleira. Há mais homens embarcados, diz a empresa, o que se reflete na média salarial.

Hoje, segundo a companhia, o quadro tem 17% de mulheres no quadro total. O percentual em cargos gerenciais é de 22%.

Plataforma da Petrobras; homens, maioria entre embarcados, ganham mais Bruno Santos/Folhapress

Desigualdade de salários entre homens e mulheres nas maiores estatais

Fonte: relatórios de igualdade salarial de cada empresa

> "Com esse tipo de desigualdade, todo o discurso do governo vai para o ralo. Quando as condições de entrada são as mesmas, é de esperar que as condições de progressão sejam parecidas para cada gênero, e não é o que vemos
>
> **Juliana Inhasz**
> professora do Insper

Já o Banco do Brasil segue um plano de cargos e salários com remunerações definidas "com critérios que não possuem qualquer vínculo com questões de gênero, raça ou outro aspecto associado à discriminação ou preconceito", segundo a diretora de gestão da cultura e de pessoas da companhia, Mariana Pires Dias.

"A diferença de remuneração apontada nos relatórios ocorre em função do histórico funcional de cada empregado", disse ela.

A Caixa, por sua vez, afirmou que tem referências salariais para cargos que seguem regras de antiguidade e merecimento, sem que haja distinção de gênero.

"As funções gratificadas são remuneradas conforme a responsabilidade e complexidade da atuação em cada posto de trabalho possibilitando o encarreiramento dos empregados em geral", afirmou a assessoria de imprensa da instituição financeira.

"A situação é um escândalo", afirma Juliana Inhasz, professora de economia do Insper. "Com esse tipo de desigualdade, todo o discurso do governo vai para o ralo."

"Quando as condições de entrada são as mesmas, é de esperar que as condições de progressão sejam parecidas para cada gênero, e não é o que vemos", analisa.

A maior quantidade de locais com homens recebendo mais mostra, de acordo com Inhasz, que "o rendimento maior não tem a ver com a aptidão em si, mas sim com discriminação".

"Aquela história que a gente sempre escutou muito no setor privado, de que a mulher engravida, tem de cuidar dos filhos e por isso fica um tempo fora do mercado também faz eco dentro do setor público", continua Inhasz.

As três companhias informaram ter programas para resolver a desigualdade salarial entre gêneros.

A Petrobras tem a meta de ter 25% de mulheres em cargos de liderança até 2030. A companhia também tem um programa de mentoria feminina, do qual já participaram cem duplas de mulheres.

O Banco do Brasil diz que tem uma cota de 30% para colocar funcionárias na diretoria-executiva até 2027.

A meta do BB é ter também 30% de mulheres nos cargos de liderança até o fim de 2025.

A Caixa promove ações para todos os empregados "tais como palestras, rodas de diálogo, mentoria interna, ações de capacitação e sensibilização para os homens", disse a empresa.

O banco também realiza estudos "para identificação de fatores a fim de fomentar as mulheres no espaço de gestão, preparação de líderes mulheres com capacitação específica, equidade em bancas de processo seletivo interno", disse sua assessoria de imprensa.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou em julho de 2023 a lei de igualdade salarial.

Ele deu até março deste ano para que qualquer empresa com mais de cem funcionários apresente um relatório comparando o salário de homens e mulheres. Essa comparação precisa ser feita a cada semestre e divulgada ao público.

Empresas questionaram a lei na Justiça. As companhias contestaram a divulgação de dados internos nos relatórios entregues ao Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo elas, os levantamentos podem expor informações sigilosas e afetar sua reputação.

Solidão de mulheres no comando diminuiu, diz empresária

Joana Cunha

SÃO PAULO "Minha história já foi contada milhões de vezes", afirma a empresária Chieko Aoki, quando a reportagem da **Folha** lhe pede para apontar o que mudou na participação feminina em cargos de liderança desde os tempos em que ela deslanchou no negócio de hotelaria.

Ainda no fim do século passado, ela se tornou conhecida como uma das raras mulheres no comando de grandes negócios no Brasil.

Japonesa naturalizada brasileira, Aoki veio para o país quando era criança.

Estudou direito na USP, administração no Japão, hotelaria nos Estados Unidos e chegou ao comando dos hotéis Caesar Park. Na rede, instalou seu próprio estilo de hospedagem de luxo, que misturava o atendimento clássico europeu com a precisão oriental e a tecnologia norte-americana da época.

Hoje, na avaliação de Chieko, a população feminina na liderança empresarial não sente mais a solidão do passado: já não é tão difícil encontrar outras mulheres em cadeiras de diretoria, embora ela ainda considere baixa a presença nos cargos de CEO.

Na visão de Chieko, o perfil mudou. Se no passado as poucas mulheres à frente dos negócios no Brasil costumavam ser as próprias fundadoras ou familiares de um fundador, hoje é mais comum ver mulheres que cresceram como executivas.

Da sua geração, alguns dos nomes mais famosos tinham laços familiares com seus negócios, como Liliana Aufiero (Lupo), Sônia Hess (Dudalina) e Luiza Trajano (Magalu), com quem Chieko construiu uma forte amizade.

Chieko Aoki, vice-presidente do grupo Mulheres do Brasil e presidente do Blue Tree Hotels, em SP Mathilde Missioneiro/Folhapress

"Muitas eram filhas de donos ou tinham começado o próprio negócio. Havia mulheres brilhantes fazendo acontecer, e isso foi se tornando uma luz. Quando tinha uma referência, muita gente seguia", afirma.

Ela própria diz ter recebido incentivo e reconhecimento do marido, segundo a empresária, um feminista para os padrões da sociedade japonesa masculina na qual começou sua carreira.

"A empresa dele foi uma das primeiras a colocar mulher na diretoria. Ele era diferente, abria porta para as mulheres. No Japão, você sabe, o homem passava e a mulher ficava para trás", afirma.

Nos anos 1970, Chieko ingressou na Aoki Corporation, grupo japonês que também atuava no ramo da construção civil.

Mais tarde, casou-se com o chairman, John Aoki, e impulsionou a expansão das operações da companhia, com faturamento bilionário e milhares de apartamentos em projetos hoteleiros nos continentes europeu, americano e asiático.

Foi então que acumulou funções de comando da rede Caesar Park e da Westin Hotel & Resorts, adquirida pelo grupo nos anos 1980 e vendida na década seguinte.

Hoje, aos 75 anos, é presidente da Blue Tree Hotels, bandeira que criou em 1997 e tem 20 unidades.

A amizade com Luiza Trajano foi recíproca na ocasião da morte dos maridos. "Quando ela perdeu o marido dela, eu estava no Japão e viajei até a casa dela, em Franca [interior de São Paulo]. Depois, quando o meu marido faleceu, ela ofereceu uma missa para ele", afirma Chieko.

Segundo ela, o Lide, grupo de líderes empresariais de João Doria, teve papel relevante no esforço de promover encontros entre lideranças femininas no passado.

Em 2006, quando foi criado o chamado Lidem, braço do Lide formado por mulheres, a variedade de nomes femininos no comando de multinacionais na época — como Amalia Sina (Philip Morris), Regina Nunes (Standard & Poor's), Nadir Moreno (UPS) e Sylvia Coutinho (HSBC)— sinalizava um avanço das empresas estrangeiras em relação ao tema.

Chieko, que foi a primeira presidente do Lidem, seguiu no ativismo pelo protagonismo feminino, ajudando a fundar, em 2013, com Luiza Trajano e outras 40 participantes, o grupo Mulheres do Brasil, do qual é vice-presidente atualmente.

O foco de seu trabalho no Mulheres do Brasil, hoje, está no combate à violência doméstica com ações de conscientização, suporte e inclusão financeira de vítimas para fomentar projetos e políticas públicas na área.

A empresária, que também pratica mentorias com jovens profissionais e entrou na lista de membros do Conselhão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), vê o debate sobre equidade salarial e licença paternidade entre os temas fundamentais.

"Vejo que muitas mulheres [quando têm filho] preferem dar uma parada. Mas não param. Fazem pesquisa, dão mentoria e continuam no mercado de alguma forma. Depois voltam. Por mais que você tenha babá, não é fácil. Eu fico pensando nas mulheres que não têm essa estrutura. Não deve ser fácil", diz Chieko, que não tem filhos.

Ela defende uma expansão da licença-paternidade que não seja necessariamente continuada, ou seja, com idas e vindas, de modo a equilibrar a presença do pai e da mãe nas diferentes fases do desenvolvimento da criança.

"A sociedade é feita de homens e mulheres. Então, os dois olhares e os dois pensamentos são importantes. Enquanto não vem a inteligência artificial para pensar por nós, somos homens e mulheres quem decidimos", diz.

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Celso Pansera

Cooperativa de crédito já tem mais agências bancárias do que o BB

A ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento) se tornou uma Febraban de instituições públicas. Sob o comando de Celso Pansera, elas concentram 45,5% do crédito. Boa parte desse desempenho se deve à digitalização dos bancos privados, o que abriu espaço para as cooperativas, especialmente no interior.

Por que cresceram tanto? Com a concentração bancária, houve uma redução muito grande de agências. Parece que todo mundo quer deixar o cliente em casa [atender pela internet]. Aonde as empresas, particularmente as micro e pequenas, estão indo [buscar crédito]? Aos bancos cooperativos, agências de fomento dos estados, que já são muito grandes e com uma capilaridade enorme.

De qual tamanho? O Sistema Nacional de Fomento é de R$ 2,4 trilhões, 45,5% do total do crédito no país. [Esses recursos] financiam 66% dos investimentos [das empresas]. A Sicredi, por exemplo, já tem uma rede bancária equiparável à dos grandes bancos, mas no interior. Ela começa agora a entrar nas grandes cidades.

Sicredi já tem o porte de um Banco do Brasil, por exemplo? Sim, já tem esse tamanho em termos de agências.

Onde essas cooperativas captam dinheiro? No BNDES, Finep, Basa, BNB [instituições de fomento]. Em 2022, a Finep lucrou R$ 280 milhões [com essas operações]. Em 2023, R$ 700 milhões. Isso porque a gente procurou essas pequenas casas bancárias.

Raio-X
Formando em Letras (UFRJ), sempre atuou em instituições ligadas à educação e à ciência. Elegeu-se deputado federal pelo MDB e foi ministro de Ciência e Tecnologia no governo Dilma Rousseff. Deixou o cargo para votar contra o impeachment e não retornou à pasta. Migrou para o PT, em 2018.

Pleiteiam uma alíquota menor que a dos bancos tradicionais na regulamentação da reforma tributária? Não podemos tratar diferentes com igualdade. Precisamos de alíquotas diferenciadas para as agências de fomento e para o crédito cooperativo. E vamos buscar isso. Primeiro com o governo, discutindo a regulamentação. Isso é uma conversa sobre o que foi aprovado. E, com o Congresso, sobre o que será aprovado. Então, lançamos recentemente uma agenda legislativa bem forte.

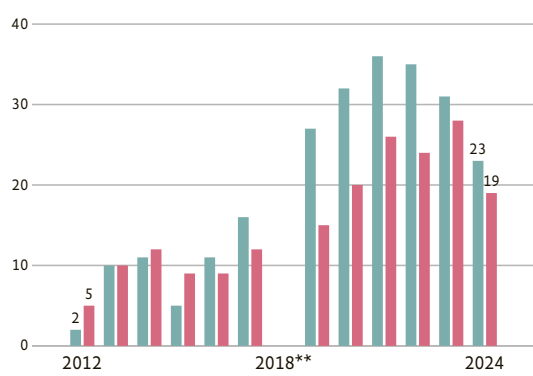
A ABDE virou a Febraban dos bancos públicos? Por esse modo, sim. Mas a ideia não é competir com eles. Há um mercado [que os bancos da Febraban não atendem] e o Brasil precisa avançar, inovar. O PIB industrial caiu de 21%, em 1970, para 12%. No mundo, saiu de 16% para 19% do PIB.

Tem uma proposta? Acredito que chegaríamos a um ponto de termos um Plano Indústria a cada três anos, atacando determinados eixos com o mesmo vigor do Plano Safra.

Percentual de mulheres CEOs cai no Brasil e no mundo

Quantos cargos de liderança* são ocupados por mulheres
Evolução nos últimos 12 anos, em % de cargos

* Cargos de liderança compreendem presidência, diretoria e gerência
Fonte: Grant Thornton

Quantas mulheres chegam à presidência das empresas
Evolução nos últimos 12 anos, em % de mulheres em cargo de liderança*

** Pesquisa não foi feita em 2018

Ranking dos 10 países com maior participação de mulheres CEOs

Nem todas querem risco de CEO, diz ex-chefe da Marisa

Entre mulheres líderes, cai a porcentagem das que chegam ao topo da carreira

TODAS

Daniele Madureira

SÃO PAULO Em 4 de março deste ano, a varejista de moda Marisa anunciou Edson Garcia como novo presidente-executivo (CEO). Ex-diretor da Caedu e ex-executivo de compras da Riachuelo, o especialista em marketing com MBA em varejo veio ocupar o lugar de Andrea Menezes, que ficou apenas um mês no cargo, depois de ter sido apresentada como a primeira CEO mulher da história da companhia, fundada em 1948 e conhecida pelo slogan "De mulher para mulher".

Com mestrado em física e dois MBAs, ex-vice-presidente do banco JPMorgan, ex-diretora dos bancos Merrill Lynch e Lehman Brothers, ex-CEO do banco Standard, especializada em governança e ESG, Andrea é hoje conselheira da Marisa, cargo que ocupava havia um ano, antes da indicação a CEO. A promessa é que, em maio, ela passe a presidir o conselho de administração da varejista.

"Serei a primeira mulher presidente do conselho da Marisa", diz a executiva à **Folha**, sem dar detalhes sobre o porquê da passagem meteórica no comando da rede.

"Vamos falar sobre isso no mês que vem", diz Andrea, lembrando que a Marisa está em período de silêncio e atrasada na divulgação do balanço do último trimestre de 2023. "Estamos felizes de voltar a ter no comando da empresa alguém especializado no varejo de moda popular, o DNA da Marisa", diz Andrea, referindo-se a Edson Garcia.

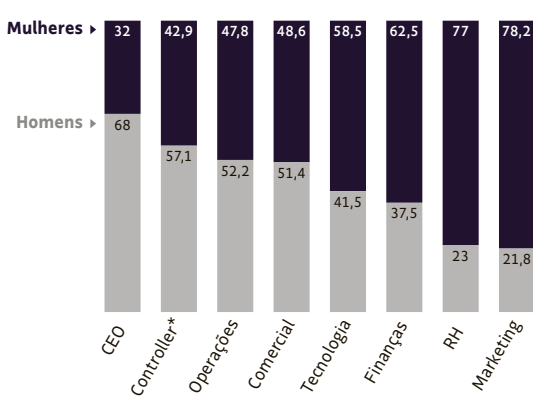
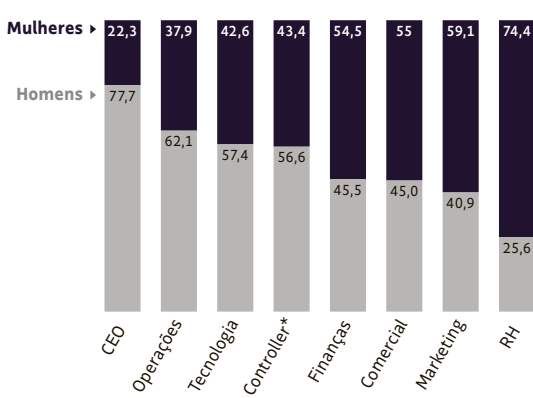
Segundo a reportagem apurou com fontes do mercado corporativo, a Marisa, que está em reestruturação desde o ano passado, enfrenta uma queda de braço entre os principais acionistas da empresa, controlada pela família Goldfarb. A companhia vem perdendo espaço para os gigantes asiáticos do comércio online, em especial a Shein. A crise e a disputa de poder vêm motivando seguidas trocas de comando na varejista. Procurada, a Marisa não quis comentar.

Ao deixar o posto de CEO, Andrea Menezes entrou para a estatística que aponta menos mulheres em cargos de comando no Brasil e no mundo em 2024.

Pesquisa Women in Business, da consultoria Grant Thornton, divulgada com exclusividade para a **Folha**, aponta que, no mundo, do total de mulheres em cargos de liderança nas empresas, 5% ocupavam o posto de CEO em 2012, percentual que evoluiu para 28% em 2023. Mas neste ano a fatia caiu para 19%.

No Brasil, foram três anos seguidos de queda: em 2021, 36% das mulheres em cargos de comando eram CEOs, mas agora elas somam 23%. Em todo o mundo, 4.891 empresas foram entrevistadas, incluindo 260 no Brasil.

"Existem mulheres avessas ao risco, nem todas querem assumir riscos como CEO", diz Andrea Menezes, citando como exemplo os riscos estatutários. Em uma empresa, o administrador responde por perdas e danos perante a corporação e aos terceiros que eventualmente tenham sido prejudicados pelo desempenho das suas funções.

Quem ocupa os principais cargos de comando nas companhias no Brasil
Em %

Quem ocupa os principais cargos de comando nas companhias no mundo
Em %

* Controller = analisa e estrutura as informações financeiras e de desempenho
Fonte: Grant Thornton; dados de 2024

Segundo Élica Martins, sócia de auditoria da Grant Thornton, a falta de programas com metas claras de equidade de gênero nas empresas levou à derrocada, assim como o fim do trabalho híbrido.

"As empresas que não trabalham com programas de sucessão, que colocam foco na diversidade, apresentaram perdas na participação feminina", diz Élica. Por outro lado, o retorno ao presencial, com o fim da emergência sanitária da pandemia de Covid-19, também pode ter contribuído para que mais mulheres decidissem deixar posições de comando.

"Nossa cultura ainda é muito patriarcal. Cobranças envolvendo a rotina do lar e dos filhos recaem sobre a maioria das mulheres. O trabalho híbrido é uma chance de elas equilibrarem melhor a vida profissional, pessoal e familiar", afirma Élica.

Ainda assim, segundo a sócia da Grant Thornton, desde 2016, o número de mulheres CEOs no Brasil é maior do que a média mundial. "O Brasil vem se destacando no cenário global com cada vez mais empresas que adotam metas ESG [de boa governança ambiental, social e corporativa]", afirma. "Essa tendência extremamente positiva, que engloba a diversidade de gênero, gera uma série de benefícios para o negócio", diz Élica, lembrando que instituições financeiras vêm facilitando o crédito para empresas que trazem essa preocupação.

De acordo com outro recorte da pesquisa da Grant Thornton, o Brasil ocupa o 10º lugar no ranking dos países com maior participação de mulheres CEOs, com 32% dos cargos preenchidos por mulheres. O primeiro lugar é da Grécia (50%), seguida por África do Sul (48,1%) e Tailândia (47,5%).

EUA, Alemanha e França ocupam, respectivamente, a 16ª, a 17ª e a 18ª posição no ranking de 28 países. Os dois últimos colocados são Emirados Árabes (7,5% dos CEOs são mulheres) e Japão (5,3%).

Considerando a evolução das mulheres em cargos de liderança —que envolvem os níveis de presidência, diretoria e gerência— nos últimos 12 anos, percebe-se que houve uma redução mais acentuada no Brasil em 2015, ano em que a economia registrou uma forte retração, com queda de 23,8% no PIB (Produto Interno Bruto).

Houve uma reação dessa participação nos três anos seguintes, mas em 2019, quando o PIB cresceu apenas 1,2%, a presença de mulheres em cargos de comando voltou a cair.

"Empresas que estão em busca de sobrevivência não costumam se preocupar com filosofia", diz a psicóloga Betania Tanure, especialista em comportamento organizacional, sócia da consultoria BTA Associados, referindo-se às metas ESG. "Mas muitas vezes é justamente por isso que elas estão em crise, porque não olham além do operacional e não vão às raízes do problema."

Betania concorda que o tema da diversidade de gênero vem avançando nas companhias, apesar dos percalços. "A tendência é que as empresas deixem o discurso 'oba oba' e adotem programas consistentes", diz. Ainda assim, é preciso considerar que existem mulheres que optam por desacelerar na carreira, especialmente com a volta do presencial. "É uma escolha legítima, mas que impacta o todo."

A pesquisa da Grant Thornton levantou a presença feminina nos principais cargos de comando das organizações: além de CEO, a liderança nas áreas de operações, finanças, tecnologia, recursos humanos, marketing, controller (que analisa e estrutura as informações financeiras) e comercial.

Dessas oito áreas (incluindo o comando da companhia), no Brasil, as mulheres são maioria em quatro delas (finanças, tecnologia, RH e marketing). No mundo, elas também têm a primazia em quatro áreas: finanças, RH, marketing e comercial.

No mundo, o percentual de mulheres em cargos de liderança ficou praticamente estável entre 2023 e 2024, passando de 32% para 33%. Mas no Brasil caiu de 39% para 37% neste intervalo.

"Teremos cada vez menos CEOs se não tivermos mais mulheres na liderança sênior", diz Élica Martins. "Os cargos intermediários são um caminho para ascender na carreira e chegar ao posto de CEO."

Mauricio Bähr

Subsídios fazem pobres pagarem energia renovável para os ricos

CEO da Engie viu com preocupação medida do governo que prorroga benefícios e diz que é hora de revisar o modelo setorial

ENTREVISTA

Alexa Salomão

SÃO PAULO O executivo Mauricio Bähr, CEO do grupo Engie no Brasil, afirma que o modelo de subsídios para energias renováveis no país se esgotou. Agora, funciona como um "Robin Hood às avessas", transferindo renda dos mais pobres para os ricos.

Bähr acompanhou com preocupação o anúncio da medida provisória que prometia reduzir a conta de luz. Assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ela prorrogou esses benefícios.

"Não é o governo que arca com isso, são os consumidores de baixa renda que acabam pagando esses custos", afirma.

Há 30 anos na área de energia, ele acompanha a evolução do setor, e é com base nessa experiência que defende um freio de arrumação regulatório.

"Não adiantam medidas localizadas. É preciso um diálogo na busca de soluções para o conjunto dos problemas, o que inclui a revisão de todo o modelo setorial."

Eduardo Anizelli/Folhapress

Mauricio Bähr, 66
Mestre em administração pela UFRJ e em finanças corporativas pela Universidade da Califórnia em Berkeley, foi por dez anos anos presidente do conselho de administração do Operador Nacional do Sistema. No grupo Engie há 27 anos, é vice-presidente e diretor de Renováveis para a América Latina

*

O sr. tem criticado subsídios a energia renováveis. Por quê? São desnecessários. Vou dar uma informação para resgatar. Quando se adotou subsídio para energia eólica no Brasil, com o Proinfa [Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica], a gente gerava energia renovável a R$ 400 e poucos por MWh [megawatt-hora]. Hoje, você consegue gerar energia eólica a R$ 220. Hoje, o subsídio é um ônus na tarifa de energia elétrica justamente para os menos abastados.

O subsídio para geração distribuída [em sua maioria fotovoltaica], por exemplo, isenta o consumidor que tem capacidade financeira para instalar o painel solar. No fundo, ele deixa de pagar alguns custos das distribuidoras, mas esses custos não deixam de existir. A distribuidora precisa continuar investindo na rede, e aquele custo é compartilhado. Os coitados dos consumidores que não têm dinheiro para ter painel solar em casa pagam mais caro por isso.

É um Robin Hood as avessas, pois não é o governo que arca com isso, são os consumidores de baixa renda.

O governo fala em redução da conta de luz, mas assinou uma MP [medida provisória] prorrogando subsídios a renováveis. Como o sr. viu isso? Em seu discurso, o ministro [Alexandre Silveira, de Minas e Energia] disse que estavam fazendo uma adequação do prazo para possibilitar a conexão dos projetos às linhas de transmissão. Mas isso leva à prorrogação dos subsídios — e nem podemos mais chamar de subsídio, é transferência de renda, porque é o consumidor que paga essa conta.

Vemos com muita preocupação a extensão desse desequilíbrio. O alento foi a reunião com os especialistas do setor, que contou com a participação do presidente Lula.

Não adiantam medidas localizadas. É preciso um diálogo na busca de soluções para o conjunto dos problemas, o que inclui a revisão de todo o modelo setorial.

Nos temos quase 25 GW [gigawatts] de capacidade instalada de energia solar distribuída, que foi construída nos últimos anos. Estamos com sobreoferta de energia, fazendo com que haja até um sinal invertido para o investimento. O preço da energia no mercado está abaixo do preço para instalar um nova usina, seja eólica, seja solar, seja a gás. Ou seja, não há incentivo [econômico] para nenhuma instalação de porte.

> **Engie Brasil**
>
> Com faturamento de R$ 11,7 bi em 2023 e 2.600 colaboradores, o grupo tem sob sua gestão no Brasil 10 GW de energia de fontes renováveis, 6% da capacidade nacional, provenientes de 82 usinas. Os investimentos em curso em projeto de energia limpa, essencialmente solar e eólica, somam R$ 20 bilhões no país. Com o TAG, faz a gestão de 4.500 km de gasodutos, que atravessam 10 estados e 191 municípios. Os investimentos em novos projetos nessa área totalizam R$ 3 bilhões. Também possui 3.806 km de linhas de transmissão e tem participado dos leilões de expansão desse segmento.

Estamos caminhando para aquela situação em que, no cenário de crescimento estável, a sobreoferta será consumida, mas vamos correr risco de desabastecimento.

Muitos especialistas chamam esse momento disfuncional do mercado de espiral da morte. É hora de suspender os subsídios? Remédio em dose exagerada vira veneno. Quando a gente começa a dar subsídio, a gente precisa saber que em determinado momento ele será reduzido e prever uma transição para acabar.

É hora de estancar essa ferida fazendo a transição. Quem já teve o subsídio, ok. Você não muda os contratos. É ruim alterar regra com efeito retroativo. Mas não pode incentivar novos. Está na hora de acabar com os subsídios.

A gente precisa também pensar em como usar essa sobreoferta de energia que o Brasil tem hoje. Assim como o país se tornou celeiro na produção de comida e proteína no mundo, também é celeiro de energia verde, renovável.

É necessário definir como o Brasil vai elevar o consumo de energia, com geração de empregos, através da atração de indústrias que queiram descarbonizar as suas atividades, e que hoje operam em países onde não há esse tipo de matriz energética que o Brasil oferece.

Se a gente pudesse criar programas para atração de indústrias, com selo de energia verde, estaríamos desenvolvendo o país e aceitando outras oportunidades. O Nordeste é abundante em energia solar e eólica. É o local atrativo para esses investimentos. Você melhoraria o índice de desenvolvimento e usaria de forma mais eficiente a energia abundante e limpa.

Outra coisa é a conexão com a América Latina, que não conseguiu lograr êxito até hoje. Com interconexões energéticas entre os países, o Brasil poderia ser protagonista na descarbonização da região.

A gente não precisa de uma crise aqui para ver a importância disso. Pode olhar para o que aconteceu na Europa recentemente, na guerra entre Rússia e Ucrânia.

Houve a necessidade de reformatar todo o fluxo de gás e eletricidade. A Europa só conseguiu sobreviver a essa crise de maneira razoável porque existem interconexões entre os países, seja por linhas de transmissão, seja por gasodutos. O preço subiu, mas não houve falta de energia ou racionamento.

Qual sua opinião sobre a gestão do sistema neste momento em que temos grande oferta de eólicas, solares e hidrelétricas, com essa sobra de energia? A gente não para o vento e o sol. Quem sofre é a hidrelétrica, pois é ela que precisa se ajustar. Temos o risco de verter água [jogar para fora da barragem, que serve como bateria natural].

O que falta é uma atualização do nosso desenho de regulamentação. Quando toda a legislação que hoje está em vigor foi criada, o Brasil tinha um sistema hidrotérmico, com hidrelétricas e térmicas. Ou seja, estava sob o comando do homem. Não se controla sol e vento, então, é preciso deslocar a geração das hidrelétricas, com efeitos sobre esse segmento.

Neste momento de transição energética, é preciso reduzir emissões, o que demanda custos e mudanças. Do que uma empresa precisa abrir mão para se tornar "net zero"? É uma excelente abordagem. Mas a gente tem exemplos de coisas a fazer que, além de reduzir a pegada de carbono, pode ser mais barato.

Normalmente, quando os aviões param para fazer entrada e saída de passageiros e o abastecimento, os fingers [passarela que liga o prédio do aeroporto ao avião para trânsito dos passageiros] ficam conectados a um gerador a diesel. Ou o avião mantém a terceira turbina, a de geração de energia elétrica e ar condicionado, ligada lá atrás. Nos aeroportos do Brasil é assim que funciona.

A gente está desenvolvendo uma solução em que, nessa parada, se coloque uma mangueira por baixo do avião que insufla o ar gelado. O sistema é conectado a uma tomada com energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

Nesta situação, a companhia aérea, além de não gastar com o combustível do gerador ou do avião, usa uma energia limpa — está descarbonizando com economia. Está sendo mais eficiente e ambientalmente mais responsável sem abrir mão de nada.

Mas na maioria dos casos não é assim. Tem, sim, diversos casos que requerem um investimento inicial para, por exemplo, mudar uma fonte de combustível. Mas tudo acaba sendo viável quando a gente faz a análise do período do investimento a longo prazo.

Existem oportunidades de descarbonização mesmo usando o gás [fóssil]. Nos estados da Amazônia, onde ainda há muita geração por óleo, a substituição por gás reduz emissões, beneficia o planeta, a um custo menor. Estamos numa transição. A gente precisa fomentar diferentes iniciativas.

No caso do gás fóssil existe uma discussão no Brasil sobre como usá-lo. Há divergências, por exemplo, para o uso na geração de energia elétrica. Qual a sua avaliação? É uma boa questão. O seu uso para a geração elétrica foi importante, funcionando como uma âncora para o início da exploração de gás no Brasil. Agora, a gente pode evoluir e adotar usos mais nobres para o gás, como produção de fertilizantes e nos processos em que ainda se utiliza o carvão. O contexto mudou.

Farmacêutica dona do Ozempic faz acordo de 15 anos para produção de energia em Minas

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO A gigante farmacêutica Novo Nordisk, fabricante do Ozempic e principal produtora de insulina do mundo, assinou um contrato para a criação de um parque solar no norte de Minas Gerais para suprir a necessidade da unidade de medicamentos de Montes Claros, principal cidade da região.

O contrato da fabricante dinamarquesa com a Elétron Energy, empresa que investirá R$ 245 milhões no negócio — incluindo o parque e o projeto com benefícios para o ambiente e a comunidade local —, tem validade de 15 anos.

A fábrica de Montes Claros, que produz 25% da insulina da Novo Nordisk — o que significa 12% do total do mundo —, passará a gerar 100% da energia que consome com a instalação do sistema.

"O projeto faz parte da estratégia de circularidade da Novo no sentido de não deixar nenhum impacto ambiental até 2030, principalmente com a parte de CO_2", afirmou Reinaldo Costa, vice-presidente corporativo da fábrica da Novo Nordisk.

A ser instalado em Buritizeiro, município distante 175 quilômetros da sede da Novo Nordisk em Montes Claros, o parque solar tem previsão de gerar 138 mil MWh/ano, conforme a empresa, com possibilidade de ampliação.

O local foi escolhido, segundo Costa e o CEO da Elétron Energy, André Cavalcanti, por ser uma área já degradada, por Buritizeiro ser um município pobre do norte de Minas e pelo fato de a área selecionada permitir a conexão com as linhas de transmissão da Cemig.

"A gente tinha conseguido um terreno mais próximo da fábrica, mas não era um terreno já degradado e haveria impacto ambiental. Escolhemos o terreno mais próximo já degradado, que a gente poderia aproveitar o espaço e ainda fazer a recuperação da área. Esse foi o principal fator."

O modelo de negócio adotado pelas empresas foi a chamada autoprodução de energia, por meio da qual a Novo Nordisk remunerará a Elétron Energy durante a vigência do contrato.

"É o arrendamento do sistema de geração de energia que é feito pela Novo, para ela autogerar a sua própria energia. E, com o contrato de arrendamento, de operação e manutenção de serviços que a gente presta para eles, eles vão nos remunerar durante esses 15 anos de contrato para, além de alugar o sistema, mantê-lo funcionando e gerando energia por esse prazo", disse Cavalcanti.

Do total investido pela Elétron Energy, 50% será de recursos próprios e, o restante, via financiamento do Banco do Nordeste.

O projeto já está aprovado e licenciado ambientalmente e os processos de limpeza da área e terraplenagem foram iniciados no município de pouco menos de 24 mil habitantes.

A construção da usina deve gerar 1.300 empregos, sendo 300 indiretos, conforme o CEO da empresa de energia. Ele disse que cerca de 80% dos contratados serão da cidade e de municípios vizinhos.

Cavalcanti afirmou que o projeto foi desenhado em conjunto pelas companhias e é diferente dos que existem no país e outros da própria Elétron, por ter um apelo ambiental complementar à geração de energia.

No mesmo terreno das placas haverá replantio, cultura de hidroponia e criação de abelhas nativas sem ferrão. O projeto prevê, ainda, a recuperação e plantio de árvores nativas e espaço ecológico revitalizado numa área de 40 hectares (56 campos de futebol) na cidade mineira.

Serão instaladas 93 mil placas solares, que se adaptam para ficar sempre apontadas para o sol, captando energia em todos os horários do dia e aumentando a eficiência energética.

A empresa alega que o uso da energia renovável na produção de medicamentos permitirá reduzir 46 mil toneladas de CO_2 por ano e que a meta é descarbonizar a sua produção no país.

A usina deve começar a operar em maio de 2025, com uso das linhas da Cemig para colocar a energia na rede, e a previsão da Novo Nordisk é de, em 15 anos, reduzir em 8% ao ano os gastos com energia.

Movimentação de navios na entrada para o porto de Santos; governo afirma que concessões solucionarão o entrave Eduardo Knapp/Folhapress

> Cada metro de limitação de calado significa 800 contêineres deixados para trás. Isso é carne e celulose que não vai embora. O exportador e o armador perdem dinheiro
>
> **Leandro Carelli Barreto**
> especialista da Solve Shipping

Navios reduzem capacidade para não encalhar em portos

Novas embarcações exigem maior profundidade em canais de acesso

Paulo Ricardo Martins

SÃO PAULO A infraestrutura de portos brasileiros está defasada e não comporta navios produzidos nos últimos anos, que são maiores e demandam mais profundidade no acesso aos terminais para atracarem. É o que apontam representantes e entidades do setor.

Neste mês, a ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal), que representa companhias como BRF, Cargill e Seara, afirma ter ido ao Ministério de Portos e Aeroportos pedir obras de ampliação dos calados (profundidade para atracação dos navios) nos portos do país.

Ricardo Santin, presidente da entidade, afirma que grandes navios que passam pelo Brasil hoje operam com somente 70% de sua capacidade, o que prejudica as exportações. Se transportassem mais contêineres, o peso do navio inviabilizaria sua saída, já que a profundidade é limitada, explica.

"Pelo tamanho dos navios que andam operando no Brasil, que são de 13 mil TEUs [medida que equivale a um contêiner de 20 pés], tem que reduzir de 20% a 30% sua capacidade de uso, senão ele encalha."

De acordo com um estudo do Centronave (Centro Nacional de Navegação Transatlântica), o país deixa de movimentar cerca de 1 milhão de toneladas por ano devido à limitação nos calados.

A entidade afirma que, em continentes como Europa e Ásia, os portos já têm capacidade para operar embarcações de até 24 mil TEUs.

Para o terminal de Santos (SP), por exemplo, o Centronave afirma ser necessário aprofundar o calado operacional em pelo menos 1,5 metro para que o porto dê conta de receber navios mais novos.

Hoje, o calado operacional do canal do porto organizado de Santos (área na qual os terminais são concedidos a empresas privadas por meio de arrendamentos) é de 13,5 metros na maré baixa e de 14,5 metros na maré alta.

O Centronave afirma que Santos deixa de movimentar, por ano, cerca de 500 mil TEUs, o que representa uma perda de receita de US$ 21 bilhões (aproximadamente R$ 107,5 bilhões) em importações e exportações.

Procurado pela reportagem, o Ministério de Portos e Aeroportos disse que, para atender a demanda de navios mais modernos, o governo federal tem dado atenção especial às concessões dos canais de acesso aos portos do país. "A concessão vai permitir que se faça o aprofundamento dos canais de acesso para atrair navios maiores e modernos por meio da política pública de fomento da infraestrutura logística brasileira", escreve em nota.

O ministério cita concessões previstas para os próximos anos, como a do canal de acesso a Paranaguá (PR).

Os estudos para a concessão do terminal estão em fase de ajustes depois que uma audiência pública sobre o processo foi realizada. A expectativa é que o leilão seja realizado ainda neste ano.

Entre 2025 e 2026, estão previstas concessões em Itajaí (SC), Santos, Rio Grande (RS) e Bahia, segundo a pasta.

Segundo Leandro Carelli Barreto, especialista da Solve Shipping, o calado ideal para receber navios mais modernos seria de pelo menos 16 metros com a maré baixa.

Levantamento feito pela consultoria apontou que boa parte dos portos brasileiros ainda estão aquém desse patamar. É o caso dos terminais do Rio de Janeiro, de Santos e de Paranaguá, por exemplo.

"Cada metro de limitação de calado significa 800 contêineres deixados para trás. Isso é carne e celulose que não vai embora. O exportador e o armador perdem dinheiro porque o porto não acompanhou o crescimento dos navios", diz.

Além do impacto na quantidade de carga exportada, o limite de profundidade nos canais de acesso também impulsiona a emissão de gases de efeito estufa.

Em vez de fazer o trajeto uma única vez em um navio maior, o entrave força as empresas a aumentar o número de viagens, emitindo mais carbono, explica Barreto.

Segundo ele, a expansão dos calados nos portos deve ser acompanhada de outras adaptações que fortaleçam as movimentações de carga.

"Os terminais brasileiros precisam de uma combinação de calado com mais berço, pátio, guindaste."

Calado de portos brasileiros é insuficiente para receber novos navios

Profundidade de calado de cada porto com maré baixa, em metros

Fonte: Solve Shipping

Samuel Pessôa
Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada

Brasil, uma situação perigosa

País vive rara conjunção de juros altos, dívida cara e pouca poupança

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Nesta semana, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva deve dizer que sua meta de poupar dinheiro em 2025 vai ser menor do que previa desde o ano passado. A meta de superávit primário vai ser menor —trata-se da diferença entre o que se arrecada e o que se gasta, afora despesas com juros.

Mesmo menos ambicioso, o objetivo será ainda assim difícil de cumprir, entre outros problemas que vão afetar o novíssimo teto móvel de gastos de Lula-Haddad.

As contas do governo do Brasil estão em situação perigosa, rara desde que se estabeleceu um regime baseado nas ideias de meta de inflação, câmbio flutuante e superávit primário, ideias na prática muita vez furadas, e desde que há estatísticas comparáveis. Desde 2002.

Que perigo é esse? A taxa média de juros que incide sobre a dívida pública é alta. Não se poupa o bastante (ou nada) a fim de que se possa pagar os juros e, assim, evitar que a dívida cresça sem parar. Desde 2002, tal conjunção ruim aconteceu nos anos da Grande Recessão (2014-2016) e na epidemia.

Com o teto de gastos de Michel Temer e a recessão, a taxa de juros começou a cair rapidamente. O teto era ruim e marcado para morrer, mas conteve o aumento explosivo da dívida.

Depois do aumento de gastos da epidemia, houve a contenção de 2021 —precoce, o que causou grande aumento da miséria. Mais importante, houve uma inflação inesperada enquanto as taxas de juros eram muito baixas. Em termos reais, a taxa de juros (implícita) da dívida ficou negativa de março de 2021 a junho de 2022. Foi um motivo importante de a dívida pública cair rapidamente do pico da Covid.

Agora, há perspectiva de juros reais altos por anos (mesmo com queda da Selic). Não há perspectiva de superávit primário relevante antes de 2026. Começa a se difundir no governo a ideia de que o próprio teto móvel de gastos de Lula 3, aprovado no ano passado, tenha de ser relaxado.

O custo médio nominal da dívida, a taxa de juros implícita que incide sobre a dívida pública total, está em 11,2% ao ano (nos últimos 12 meses até fevereiro), uma taxa real de 6,4%. Como resultado, o setor público, o "governo", pagou o equivalente a 6,8% do PIB em juros (R$ 747 bilhões em 12 meses, o equivalente a uns cinco anos de Bolsa Família). Na prática, não pagou: fez mais dívida para rolar essa conta. Também teve de pegar emprestado para pagar as contas corriqueiras, pois tem déficit primário: mais R$ 268 bilhões em um ano. O déficit total (nominal), pois, passa de R$ 1 trilhão (9,24% do PIB, da produção anual da economia).

Desde 2002, houve déficits desse tamanho ou maiores apenas no momento excepcional da epidemia e na Grande Recessão ou por efeito dela, em 2016 ou em 2017.

Nos demais anos, a taxa de juros média da dívida era menor ou não muito maior do que a de agora. Mas havia grandes superávits primários, como sob Lula 1 e Lula 2. Pagava-se parte da conta de juros. A dívida até caiu, dado também o crescimento do PIB.

O teto móvel de gastos de Lula 3 já periclita. O "arcabouço fiscal" de Lula-Haddad permite um certo aumento real de gastos a cada ano. Mas há despesas que crescem ainda mais: Previdência (também por causa do aumento do salário mínimo), saúde e educação. O aumento dessas despesas achatará as demais (como a de investimento em obras). Haverá pressão, pois, para se relaxar o teto.

A não ser em caso de crescimento excepcional do PIB ou de impostos, inviáveis no futuro previsível, a dívida aumentará por muitos anos.

Não há um nível de dívida a partir do qual se desencadeia necessariamente uma crise. Mas a situação é de perigo (em caso de nova rodada de aumento de juros por causa de inflação alta, por exemplo); implica crescimento econômico mais baixo.

Dívidas são contidas com combinações de crescimento econômico rápido, inflação, contenção de despesa e repressão financeira (achatamento de juros, viável apenas em certos países e em certos contextos internacionais).

O que Lula 3 vai fazer?

vinicius.torres@grupofolha.com.br

José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, autor de músicas como as trilhas do Fantástico Moacyr Lopes Junior - 26.nov.15/Folhapress

Ex-Globo, Boni torna trilha do Fantástico investimento

Direitos de composições do executivo são oferecidos no mercado financeiro

Alex Sabino

SÃO PAULO Quando o verso "eu vou tomar um tacacá" explodiu no ano passado, a cantora Joelma viu uma música sua, "Voando pro Pará", lançada oito anos antes, se tornar um hit tardio, especialmente nas redes sociais. Mas ela não foi a única a ganhar com isso.

"Essa canção faz parte de um dos catálogos. É um caso que está acontecendo agora", diz Bruno Boni, que viu aí uma nova oportunidade.

Por que não usar as composições do seu pai em uma tendência cada vez mais forte no mercado: a compra de acervos musicais por fundos de investimentos?

Nesse modelo, os royalties (pagamentos pelos direitos autorais) esperados para os próximos anos são oferecidos ao mercado como certificados de recebíveis. Trata-se de papel que dá o direito a seu detentor de receber uma receita no futuro.

No caso de "Voando pro Pará", cada vez que a música é tocada em qualquer plataforma, sejam as mais tradicionais, como rádio e TV, seja nas redes sociais, como TikTok, uma taxa é paga aos "donos" da música. Esse dinheiro é depois distribuído entre os investidores.

O pai de Bruno, fundador da Veridis Quo, empresa criada em 2022, é José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, 88. Um dos nomes mais importantes da história da TV brasileira, ele foi diretor de programação e produção, vice-presidente de operações e consultor da Rede Globo entre 1967 e 2001.

Ele também é autor de músicas como as trilhas do programa dominical Fantástico.

A ideia é criar uma carteira de royalties com as composições do executivo da televisão. Com aplicação mínima de R$ 10 mil, a meta é obter R$ 860 mil e dar um retorno de até 16,83% ao ano aos investidores, com prazo médio de 36 meses.

O rendimento máximo (não garantido, mas projetado) ficaria acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) de 2023 —CDI é um título emitido para dar lastro a transações bancárias, usado como referência para vários investimentos.

> Há muitos casos no passado de artistas que venderam o catálogo inteiro e depois descobriram que o hit teve performance melhor do que o esperado. Existe o jingle que o autor crê que vai tocar por cinco anos e toca por 50. Neste novo modelo, ele pode vender uma parte do seu catálogo ou licenciar por um período
>
> **Bruno Boni**
> fundador da Veridis Quo e filho do ex-executivo da Globo

O acumulado no ano passado pode chegar a 13,03%.

"Eu adoro música, mas sou compositor apenas quando obrigado. Sou autor da letra da música do Fantástico, da abertura de 'Tieta' e de 'Que Rei sou Eu?' [outra novela]. Criei jingles publicitários e produzi discos", afirma o executivo e hoje proprietário de uma afiliada da rede Globo no interior de São Paulo.

O pacote, batizado de "Fantásticas Trilhas do Boni", tem seis canções: além da trilha do Fantástico, da música-tema do programa e de "Tieta", estão "Ibiza Dance", gravada pelo Roupa Nova para o folhetim "Explode Coração"; o tema da novela "Perigosas Peruas", interpretada pelas Frenéticas; e o da abertura do programa infantil TV Globinho.

"Quando falei para o meu pai que íamos avaliar [o investimento], ele respondeu: 'Avaliar, não! Vamos vender e doar tudo para o Retiro dos Artistas'. É a cara dele fazer isso", lembra Bruno, citando o que Boni fará com o dinheiro a receber pela venda dos royalties.

"Acho que isso vai ajudar a despertar interesse de outros compositores que queiram vender [seus catálogos] e possam se abrir a essa possibilidade", diz ele.

A negociação de royalties de artistas é uma tendência antiga no mercado de música internacional. Geralmente, no entanto, eles eram comprados por gravadoras ou por pessoas físicas.

O caso mais famoso aconteceu em 1985, quando Michael Jackson adquiriu o catálogo dos Beatles por US$ 47 milhões (cerca de R$ 234 milhões pela cotação atual).

O cantor vendeu metade dos direitos sobre as obras à Sony Music em 1995 por US$ 100 milhões (R$ 497 milhões). Em 2016, sete anos após a morte do músico, a gravadora pagou US$ 750 milhões (R$ 3,7 bilhões) pela outra metade.

"É difícil ter acesso a esses artistas e autores, estavam sempre com grandes empresas. Nunca era distribuído para o varejo", afirma Ana Gabriela Mathias, COO da MUV Capital, empresa que faz parte da Hurst e que vai oferecer os royalties de Boni ao mercado.

"Há algumas plataformas que fazem isso. Em securitização, só há três: Jukebox e Songvest, nos Estados Unidos, e a Hurst Capital, no Brasil", diz a empresária.

Ela reconhece ser um processo repetitivo: é preciso explicar para o investidor como funciona e quais as vantagens. Um dos atrativos é receber uma remuneração mensal. A Hurst já lançou 60 operações desse tipo.

A empresa tem catálogo com músicas de artistas como Paulo Ricardo (ex-RPM), Toquinho e Amado Batista, entre os nomes mais famosos para o grande público.

Também comprou os direitos de compositores de canções conhecidas, como "A Nova Loira do Tchan" e "Dança da Cordinha" (ambas do grupo É o Tchan), "Quando a Chuva Passar" (Ivete Sangalo), além de obras de Zé Neto e Cristiano, Gusttavo Lima, Simone e Simaria, Maiara e Maraísa e Marília Mendonça.

Um caso emblemático é o do compositor Luiz Avellar, afirma Ana Gabriela.

"Ele é autor da abertura do Jornal Hoje, do Globo Esporte... Faz trilhas. Durante a pandemia [da Covid-19], lançamos operação com o catálogo dele, que também é autor de músicas de vários filmes, como "Tainá", exibidos pela Globo. Foi algo que a gente não previu. A rentabilidade foi de 35% porque as trilhas também viralizaram em redes sociais", afirma a empresária.

Esse é um atrativo, segundo Bruno Boni e a MUV, dos recebíveis de Boni.

O Fantástico está no ar todos os domingos na Globo, e trechos da trilha são executados várias vezes. Também são usados em vídeos no TikTok. Tudo isso rende royalties, que devem ser pagos ao Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição). O órgão, por sua vez, repassa os valores à empresa.

O que está em serviço de streaming, como "Tieta" e "Explode Coração", rende uma quantia mensal paga pelo Globoplay. Se a Globo decide reprisar os capítulos em TV aberta, existe a possibilidade de multiplicar o valor.

"Há muitos casos no passado de artistas que venderam o catálogo inteiro e depois descobriram que o hit teve performance melhor do que o esperado" diz Bruno Boni.

"Existe o jingle que o autor crê que vai tocar por cinco anos e toca por 50. Neste novo modelo, ele pode vender uma parte do seu catálogo ou licenciar por um período", afirma ele.

Há os riscos estabelecidos. Entre os principais, estão pirataria, falsificação e inadimplência no pagamento ao Ecad. Se a música é executada em um show, por exemplo, os organizadores precisam pagar royalties.

No final de tudo, a MUV depende dos dados repassados pelo Ecad, embora afirme ter uma equipe para fiscalizar quantas vezes foram tocadas, se alguma viralizou nas redes e até se há algum erro no registro das canções.

Segundo a entidade de direitos autorais, em 2022 foi arrecadado, com royalties sobre músicas, R$ 1,39 bilhão. Desse total, R$ 1,23 bilhão foi distribuído a 316 mil artistas.

É um dinheiro que dá para dançar, curtir, ficar de boa, como diria a música de Joelma.

Edson Ikê

O Judiciário e o bem comum

Descontrole das decisões judiciais não começou recentemente

Marcos Lisboa
Ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003-2005) e doutor em economia.

O ativismo do Judiciário ganhou maior visibilidade com o debate sobre as críticas do empresário Elon Musk ao ministro Alexandre de Moraes, juiz do Supremo Tribunal Federal.

O problema, contudo, é bem maior, e mais antigo.

Alguns defendem que não há descontrole, mas apropriada reação aos ataques contra as instituições. De fato, nos últimos anos, ocorreram manifestações preocupantes, algumas públicas, outras em redes sociais, que defenderam comprometer as regras da democracia no Brasil.

A mais grave ocorreu na vizinhança do 7 de Setembro de 2021, com a ameaça de reeditar um movimento com impactos semelhantes aos da greve dos caminhoneiros. A mais pública se deu em 8 de janeiro de 2023. Esses movimentos foram graves e devem enfrentar o rigor da lei.

O Supremo teve voz clara na contestação aos movimentos do 7 de Setembro, há quase três anos. Aparentemente, os militares se dividiram sobre rejeitar o resultado da eleição de 2022, e muitos defenderam o Estado de Direito, antes da posse do atual governo.

Em março de 2019, foi instaurado o inquérito sobre "Fake News" para apurar "notícias que ameaçavam membros do STF".

Após a instauração do inquérito, a Procuradoria-Geral da República "pediu esclarecimentos sobre o procedimento, que foi instaurado como um processo sigiloso e sem apontar alvo específico".

A procuradora teria argumentado que "os fatos ilícitos, por mais graves que sejam, devem ser processados segundo a Constituição".

Foi de pouca valia. Na época, o ministro Moraes, responsável pela investigação, afirmou que "o inquérito é presidido pelo Supremo Tribunal Federal, não é presidido pela Polícia Federal com participação do Ministério Público". "Podem espernear à vontade."

Não houve apenas restrição de conteúdo nas redes sociais, segundo a tese defendida por muitos de que "a liberdade de expressão é relativa". Houve restrição de contas de usuários. O que ocorreu foi muito além da restrição a discursos. Grupos foram proibidos de se manifestar.

Qual a razão, exatamente? Não sabemos. Nem mesmo quais contas foram bloqueadas ou as razões da censura. Alguns documentos vazados sugerem que até a razão do bloqueio, uma determinação judicial, deveria ser omitida. Até hoje, contudo, muito permanece sob sigilo.

A fragilização das regras do Estado de Direito não é de agora. Ela começou há, pelo menos, duas décadas.

No escândalo do mensalão, a maioria da opinião pública optou por comprar a valor de face a tese de Roberto Jefferson de que havia um esquema de compra de votos no Legislativo. Congressistas votariam a favor do governo em troca de pagamentos que podiam ser retirados na boca do caixa todo mês.

Havia corrupção, mas a fonte era bem diferente, e maior, do que sugeria a tese do deputado, que acabou preso por esses e outros crimes.

O governo Lula optara por obter acordo no Congresso com pequenos partidos, que, por sua vez, poderiam indicar diretores de empresas estatais. Essas empresas tinham governança frágil. Seus diretores possuíam ampla autonomia sobre com quem negociar, quanto cobrar.

Os escândalos de corrupção vieram à tona em meio às disputas sobre quem comandaria a escolha de diretores das estatais.

Em vez de investigar o problema de fundo, entender as motivações de quem acusa, rastrear os recursos e analisar evidências, os órgãos de controle e o Supremo optaram por decisões que aplacavam a opinião pública e aplicaram penas, muitas vezes com critérios juridicamente criativos, como a estranha versão adotada da "teoria do domínio do fato".

A opinião pública deu-se por satisfeita, e alguns membros da Corte ganharam ares de heróis.

Mas o problema de fundo, a corrupção nas diretorias de estatais, continuou a ocorrer. O resultado foi o escândalo de magnitude sem precedentes, em 2014, conhecido como petrolão, investigado pela Lava Jato.

Os indícios, como as confissões iniciais, a documentação das fraudes, um gerente da Petrobras devolvendo perto de US$ 100 milhões, entre outros, indicavam a necessidade de uma investigação detalhada e cuidadosa, pelo descontrole que revelava na gestão pública.

Mas não foi bem isso que ocorreu. Com a conivência dos órgãos superiores, ocorreram prisões de longa duração, até obter as confissões desejadas. Órgãos do Judiciário extrapolaram o princípio do "juiz natural" para julgar casos que deveriam ser tratados em outras comarcas.

Alguns inocentes chegaram a ser presos por meses.

Como no caso do mensalão, a Lava Jato saciou o desejo da sociedade por punição e inventou novos heróis, dessa vez em Curitiba.

Ocorreram, posteriormente, descalabros como a ação disparatada contra Luiz Carlos Cancellier, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, que resultou em tragédia.

Tudo com a complacência dos órgãos de controle do poder público.

Os desdobramentos na política são conhecidos. Um ex-presidente foi proibido por meio de uma decisão de um juiz do STF de assumir um cargo de ministro depois que o juiz da Lava Jato vazou ilegalmente uma gravação. Mais tarde, o ex-presidente foi preso.

Anos depois, o STF decidiu que não deveria ser bem assim. Os casos haviam sido julgados na vara errada, e abusos haviam sido cometidos.

As idas e voltas do Judiciário, as mudanças na jurisprudência e a falta de autocontenção não se restringiram aos casos de combate à corrupção.

Desde ao menos 2006, a pesquisa empírica documenta como decisões judiciais têm interferido nas atribuições legais conferidas ao Executivo, em diversas áreas.

Em outros países, como o Reino Unido, cabe às agências de saúde determinar os procedimentos a serem acolhidos pelo poder público. Não no Brasil.

Faltou ao Judiciário aceitar que o benefício concedido a José faltará a Maria. Nosso Estado patrimonialista distribui benesses sem aventar quem pagará a conta.

Foram cerca de 9 milhões de processos para conceder benefícios previdenciários entre 2015 e 2019, muitas vezes em razão da flexibilização dos critérios legais adotada pelas cortes, como documenta pesquisa realizada pelo Insper em parceria com o CNJ.

Têm sido frequentes as intervenções judiciais em contratos juridicamente perfeitos, como no mercado de crédito ou nas dívidas dos estados com o governo federal.

Compradores de automóveis adquiridos por leasing deixaram de pagar as suas dívidas. Em qualquer outro país que respeita as regras, a saída seria vender o automóvel, pagar o que faltava da dívida e embolsar o que restasse.

Não no Brasil. O Judiciário decidiu que, se certo percentual da dívida já tivesse sido pago, o automóvel pertencia mais ao devedor do que ao financiador.

O resultado foi o encolhimento do mercado de crédito. Em 2009, havia R$ 110 bilhões em operações de leasing. Dez anos depois, esse montante caíra para R$ 10 bilhões. Possíveis compradores de automóveis, famílias que se beneficiariam das operações de leasing, perderam o acesso a essa modalidade de crédito, bem mais barata.

Existem muitos outros exemplos de intervenções judiciais com efeitos difusos que prejudicam o restante da sociedade, como a invenção do distrato unilateral na compra de imóveis, ou o afastamento das regras previstas pela Lei de Falências.

Recentemente, os tribunais superiores têm revisto decisões sobre temas tributários. Regras que valiam podem não valer mais. Não havia o transitado em julgado? Pois é, deixou de ser assim.

O tema do ativismo do Judiciário vai muito além do inquérito sobre as "Fake News".

| **DOM.** Ana Paula Vescovi, Marcos Lisboa, **Candido Bracher**